

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A Construção da Fronteira Agrícola na BR-158, Mato
Grosso.**

Luciano Duque Jardim

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

INSTITUIÇÕES, MERCADO E REGULAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA BR-158, MATO
GROSSO.**

LUCIANO DUQUE JARDIM

Sob Orientação do Professor
Georges Flexor

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre** em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade em
Instituições, Mercado e Regulação.

Rio de Janeiro, RJ
Outubro 2008

..... Jardim, Luciano Duque
..... A Construção da Fronteira Agrícola na BR-158, Mato
D Grosso / Luciano Duque Jardim – 2008.
145 f.

Orientador: Georges Flexor.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 139 – 145.

1. Território - Brasil - Dissertação. 2. Soja – Brasil –
Dissertação. 3. Técnica – Brasil – Dissertação. 4.
Fronteira – Brasil - Dissertação. I. Flexor, Georges.
II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

LUCIANO DUQUE JARDIM

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade em Instituições, Mercado e Regulação.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / /

Georges Flexor (Dr.)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA
(Orientador)

Sérgio Pereira Leite (Dr.)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA

Julia Adão Bernardes (Dra.)
Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria José,
que durante toda a minha vida sempre me apoiou
e me deu forças com seu carinho
e palavras de incentivo.

AGRADECIMENTOS

Devo registrar os meus agradecimentos aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar. Ao meu orientador que, com suas sugestões, paciência e compreensão, forneceu-me o auxílio indispensável para concretizar este trabalho. À minha ex orientadora da época da graduação em Geografia na UFRJ, Júlia Adão Bernardes, com inculuiu em mim a valorização do conhecimento científico e também me permitiu acompanhar seu grupo de pesquisa na BR-158 em Mato Grosso, o que foi de suma importância para a presente dissertação. Aos funcionários do CPDA, Henrique e Tereza, que sempre tiveram simpatia e boa vontade nas minhas constantes idas à secretaria do curso buscar informações e tirar dúvidas. Aos meus colegas do CPDA, pelas conversas e palavras de incentivo.

RESUMO

JARDIM, Luciano Duque. **A Construção da Fronteira Agrícola na BR -158, Mato Grosso.** 2008. 145p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituições, Mercado e Regulação). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

O esforço principal deste trabalho é analisar e compreender como se deu a construção e expansão da fronteira agrícola da Br-158, no Vale do Araguaia, Mato Grosso, a partir da investigação dos processos de reorganização do território que ocorreram na mesma desde a sua gênese até a atualidade, resultando num território com uma marcante diferenciação sócio-espacial interna, a qual é observada a partir da comparação entre os municípios que constituem o recorte espacial da investigação: Querência, Canarana, Água Boa e Nova Xavantina. Assim, a presente pesquisa procurou demonstrar tal diferenciação como um traço marcante da fronteira estudada e ao mesmo tempo apresentá-la como tributária dos diversos momentos de construção e expansão dessa fronteira do capital. Tal área vem apresentando, desde o final da década de 1990, uma forte expansão da atividade sojifera, a qual provocou uma presença cada vez maior da técnica nesse território, com significativas implicações de ordem sócio-espacial. Contudo, apesar desse vetor recente de transformação, a área estudada tem sua gênese em fatos e processos situados num pretérito um tanto longínquo, detectados nas décadas de 1940, 50, 60 e 70. Tal situação nos obrigou a investigar o papel do Estado e das grandes empresas na reorganização do território da fronteira, bem como do papel da técnica nessa reorganização.

Palavras chave: território, soja, técnica e fronteira.

ABSTRACT

JARDIM, Luciano Duque. **The Construction of the Agricultural Frontier in BR-158, Mato Grosso**. 2008. 145p. Dissertation (Ms.C. in Development, Agriculture and Society, Institutions, Market and Regulation). Course of Post-Graduate in Development, Agriculture and Society, Agriculture Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BR-158's agricultural frontier is a specific space in the context of the state of Mato Grosso, representing and expressing, different from other regions of the state, a strong and recent expansion of the soy activity. However, despite that recent transformation vector, such frontier has its genesis in remote facts and processes, which were detected in the 1940's, 50's, 60's and 70's. This paper has as an objective of understanding the processes of reorganization of the territory which has happened in that frontier since its origin until nowadays, resulting in a heterogeneous space. Thus, this research intends to demonstrate the heterogeneous nature of the studied frontier, which is presented as tributary in its construction and expansion moments. Such task also constrained us to investigate the role of the State and big companies in the reorganization of the frontier territory.

Keywords: territory, soy, technical and frontier.

LISTA DE TABELAS

Tabela I	- População residente e variação nos municípios de Água Boa, Canarana, Nova Xavantina e Querência – 1996-2000.....	30
Tabela II	- População e Taxa de Crescimento Demográfico por Municípios da área de estudo 1970, 1980, 1991 e 2000.....	31
Tabela III	- Distribuição relativa da população segundo situação de domicílio: urbana ou rural Municípios da fronteira agrícola no eixo da BR-158, Mato Grosso 1970, 1980, 1991 e 2000.....	38
Tabela IV	- Volumes de migração e saldo migratório dos municípios da área de estudo 1986-1991 e 1991-2000.....	40
Tabela V	- Pessoas ocupadas, população economicamente ativa e taxa de desemprego nos municípios da área de estudo – 1991-2000.....	42
Tabela VI	- Percentual do número de estabelecimentos segundo os grupos de área – 1996.....	47
Tabela VII	- Área dos estabelecimentos agropecuários (%) segundo grupos de área nos municípios da área de estudo – 1996.....	48
Tabela VIII	- Área dos estabelecimentos agropecuários (hectare) segundo a utilização das terras – 1996-2006.....	50
Tabela IX	- Porcentagem do número de estabelecimentos segundo o uso da terra nos municípios da área de estudo – 1996-2006.....	53
Tabela X	- Número de estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor nos municípios da área de estudo – 1996.....	54
Tabela XI	- Área dos estabelecimentos agropecuários (em hectare e %) segundo a condição do produtor nos municípios da área de estudo – 1996.....	55
Tabela XII	- Produção agrícola das lavouras temporárias mais relevantes nos municípios da área de estudo – 1996, 2000 e 2006.....	57
Tabela XIII	- Evolução do rendimento da soja nos municípios da área de estudo (nordeste mato-grossense) – 1990-2006 – kg/ha.....	61
Tabela XIV	- Efetivo de bovinos segundo os municípios da área de estudo – 1996-2006.....	66
Tabela XV	- Evolução no número de tratores nos municípios estudados – 1996-2006.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I	- Comparação da população residente nos municípios da área de estudo entre os anos de 2000 e 2007.....	33
Gráfico II	- Crescimento populacional nos municípios da área de estudo no período de 2000-2007.....	34
Gráfico III	- Grau de urbanização dos municípios da área de estudo em %.....	36
Gráfico IV	- Participação das atividades econômicas na composição do PIB nos municípios da fronteira – 2000.....	37
Gráfico V	- Índice da variação da população urbana – 1996-2000.....	39
Gráfico VI	Porcentagem da população ocupada na área rural em relação à PEA segundo os municípios da área de estudo, Mato Grosso – 1980-2000.....	43
Gráfico VII	- Participação dos “autônomos ou conta própria” na agropecuária na PEA, segundo os municípios selecionados da área de estudo, Mato Grosso – 1970- 2000.....	44
Gráfico VIII	- Percentual de migrantes interestaduais segundo sua origem, nos municípios da área de estudo – 2000.....	45
Gráfico IX	- Evolução da área plantada total com lavouras temporárias e de soja no período 1996-2006 segundo os municípios da área de estudo.....	51
Gráfico X	- Comparação das quantidades produzidas (ton.) entre as lavouras temporárias – 2006	58
Gráfico XI	- Comparação do valor da produção de soja (mil reais) entre os anos de 1996 e 2004.....	59
Gráfico XII	- Percentual do valor da produção de soja em comparação ao total das lavouras temporárias – 1996 e 2004.....	60

LISTA DE ABREVIACÕES

AGF	- Aquisições do Governo Federal
CODEMAT	- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
COMAGRA	- Comercial Agrícola e Colonizadora Ltda
CONAGRO	- Colonização e Consultoria Agrária
COOPERCANA	- Cooperativa Agrícola de Canarana
COOPERCOL	- Cooperativa Colonizadora 31 de Março
CPR	- Cédula do Produtor Rural
EGF's-COV	- Empréstimos do Governo Federal, com Opção de Venda
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGOPA	- Empresa Agropecuária do Estado de Goiás
EMPAER	- Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
EMPA-MT	- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso
FAB	- Força Aérea Brasileira
FBC	- Fundação Brasil Central
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	- Instituto Sócio Ambiental
MODERFROTA	- Programa de Modernização da Frota de Tratores e Máquinas Agrícolas
NUCLAMB	- Núcleo de Estudos Geoambientais
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	- Projeto de Aceleração do Crescimento
PAM	- Produção Agrícola Municipal
PDI	- Plano de Desenvolvimento Integrado
PEA	- Pessoas Economicamente Ativas
PGPM	- Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	- Produto Interno Bruto
PIN	- Programa de Integração Nacional
PND	- Programa Nacional de Desestatização
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO	- Pessoas Ocupadas
POLAMAZONIA	- Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO	- Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE	- Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PLADESCO	- Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro Oeste
PRODECER	- Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRODOESTE	- Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PROTERRA	- Agroindústria do Norte e do Nordeste
SAG's	- Sistemas Agroindustriais
SEPLAN	- Secretaria de Estado do Planejamento
SIDRA	- Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR	- Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	- Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
UFMT	- Universidade Federal de Mato Grosso
USDA	- Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
1.1. Fronteira.....	13
1.2. O Território.....	20
1.3. Técnica.....	24
2. A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA BR-158.....	28
2.1. Localização e contextualização.....	28
2.2. Dinâmica demográfica.....	29
2.3. Estrutura fundiária.....	47
2.4. Produção agropecuária.....	56
3. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA BR-158.....	67
3.1. Década de 1940: Vargas e a expedição Roncador-Xingu.....	67
3.2. Décadas de 1960 e 1970: Os grandes programas e os projetos de colonização.....	72
3.3. A Década de 1990: mudanças no papel do Estado na agricultura e o avanço da soja.....	82
3.3.1. <i>O avanço da soja na BR-158 na década de 1990.....</i>	<i>82</i>
4. CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA: ELEMENTOS E FATORES.....	98
4.1. A atuação estatal no Centro-Oeste.....	98
4.1.2. <i>O papel do Estado na fronteira da BR-158 e seus rebatimentos na reorganização do território.....</i>	<i>105</i>
4.2. A importância da técnica.....	115
4.3. As empresas ou corporações e seu papel na reorganização espacial na fronteira.....	120
CONCLUSÕES.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a gênese e expansão da fronteira agrícola numa região específica do estado de Mato Grosso: o eixo da rodovia BR-158, no nordeste mato-grossense, que se apresenta como uma área de recente expansão da soja. No estado de Mato Grosso, o processo de avanço da fronteira agrícola, ancorado na difusão da soja, se iniciou no sudeste mato-grossense, para, num segundo momento, alcançar a região da Chapada dos Parecis e finalmente atingir o eixo da BR-158. Estudaremos especificamente os municípios de maior destaque na produção de soja e que estão situados ao longo do trecho asfaltado da rodovia, a saber: **Querência, Canarana, Água Boa e Nova Xavantina**. Nesse estudo, verificou-se como o avanço da fronteira agrícola, tendo a soja como carro chefe, que traz no seu bojo o processo de modernização da agricultura, vem provocando transformações de ordem espacial, com mudanças significativas na organização e nos usos do território.

Estamos tratando de uma fronteira agrícola com uma marcante diferenciação sócio-espacial interna. Tal diferenciação seria inteligível através da análise de algumas dimensões (fundiária, histórica, tecnológica e social) nos municípios selecionados. É a partir dessa premissa que desenvolvemos nossa linha analítica nesse trabalho, à qual incorporamos a questão da técnica e suas repercussões na organização do espaço. Para compreender a formação e evolução da fronteira da Br-158 foi necessário recorrer a um recorte temporal que nos permitiu acompanhar desde a sua gênese até os diversos momentos de expansão da mesma, os quais estão associados com o movimento mais amplo da dinâmica global do capitalismo bem como com a reorientação política das ações do Estado brasileiro. Sendo assim, estabelecemos um período de análise que abarca a década de 1940 até a contemporaneidade.

Os processos reestruturadores do território se reproduzem em diferentes escalas, portanto, constitui-se um imperativo metodológico enfocar também a macrorregião Centro-Oeste, pois foi a partir dessa escala macro que foram planejadas e emanadas as ações públicas direcionadas à ocupação do território e difusão da agricultura na área que nos propusemos a estudar.

A fronteira agrícola brasileira é um processo social que reflete e condiciona a reprodução de um espaço geográfico através da incorporação de terras e mão-de-obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital

em direção a espaços até então periféricos e marginalizados (SILVA, 2006a). Assim, no território brasileiro, a expansão da fronteira agrícola tem significado:

“um adensamento técnico-informacional e normativo sob uma nova regulação política com a participação decisiva de grandes empresas ligadas ao agronegócio” (TOLEDO, 2005, p. 2).

Para IANNI (1997) o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados industriais. Sendo assim, é mister investigar a atuação dessas empresas, seu papel na reorganização do território, pois:

“a estratégia das transnacionais tem provocado mudanças no uso do solo e na orientação das atividades agrícolas” (Ibid., p. 40).

Outro ponto crucial é o papel desempenhado pelo do Estado através das políticas públicas para a agricultura na área em estudo. Em geral, a ocupação do cerrado pela soja se deu com o apoio de diversos programas do governo federal, como o POLOCENTRO por exemplo.

O território tende a aumentar a sua densidade técnica (objetos técnicos, insumos, serviços especializados, pesquisa e logística), constituindo aquilo que Milton Santos chamou de espaços da globalização (SANTOS, 1996). Assim, a expansão da fronteira agrícola na área em estudo, tendo a soja como cultura preponderante, se explica também pela transformação do espaço em sua materialidade técnica.

Acreditamos como MILTON SANTOS, (2002), que tudo o que é essencial hoje no mundo se faz a partir do conhecimento do território. Segundo o autor:

"o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência" (Ibid., p. 9).

O território mato-grossense, hoje domínio da soja e de outras produções agrícolas modernas, de complexos agroindustriais, de redes técnicas, de fluxos de circulação de capital, transporte, mão-de-obra, de relações sociais densas, de vínculos com o comércio internacional, cresce e se expande, estando o funcionamento dessa sociedade vinculado aos arranjos territoriais derivados de determinados mecanismos de ordenamento (BERNARDES,

2004).

Objetivos

O presente trabalho tem por **objetivo principal** analisar e compreender os processos de reorganização do território que acompanharam a construção da fronteira em estudo, apresentando-os como tributários da expansão da mesma. Assim, buscou-se, após percorrer os diferentes momentos de construção dessa fronteira, explicar a constituição atual da mesma. Sendo assim, emerge como uma questão de suma importância, demonstrar como se deu a construção dessa fronteira, o que nos obriga a buscar na história os elementos explicativos mais efetivos.

Portanto, para atingir tal objetivo, é mister pensar na evolução desse espaço de fronteira, a construção desse espaço e sua diversidade. Nesse sentido, tratamos da construção dessa fronteira a partir da análise da evolução dos seguintes aspectos ou variáveis:

- história: investigando como se deu a sua ocupação;
- estrutura fundiária;
- produção agropecuária;
- dinâmica demográfica;

Procura-se explicar a evolução e caracterização dessa fronteira a partir da análise de variáveis selecionadas nos municípios escolhidos, considerando que a análise conjunta de tais municípios é um caminho metodológico para compreender as mudanças sócio-espaciais associadas ao avanço dessa fronteira. A inserção de lugares e regiões, ao longo do movimento de formação e consolidação de uma fronteira capitalista, dá-se através da contínua diferenciação interna da escala espacial, onde o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo é organizado no espaço (SMITH, 1988 *apud* FRANCO DA SILVA, 2003). Sendo assim, busca-se enfatizar tal diferenciação interna através da comparação do município de Querência, de colonização mais recente, com os municípios de Canarana, Água Boa e Nova Xavantina, que registram uma ocupação mais pretérita.

Outro objetivo da pesquisa é investigar o papel das grandes empresas ligadas à agricultura (as corporações) na construção dessa fronteira, isto é, na reorganização desse

território. Na sociedade capitalista contemporânea, as corporações são agentes extremamente poderosos de reorganização territorial. Nesse sentido, investigaremos suas políticas territoriais, sua atuação na estruturação do território.

Também como objetivo de grande importância, destacamos a investigação do papel do Estado na evolução dessa fronteira, ou seja, a atuação das políticas públicas tanto para a ocupação do território quanto para a agricultura e sua contribuição para a reorganização territorial dessa fronteira.

Trabalhamos com a idéia de que a atual expansão da fronteira agrícola na região pode funcionar como elemento otimizador das transformações sócio-espaciais, nos obrigando assim a investigar as possíveis repercussões de tal expansão no espaço demarcado por nossa pesquisa. Portanto, apresentamos como se dá o avanço da fronteira da soja nessa área (os atores envolvidos, dentre os quais, os produtores, as grandes empresas e o Estado através das políticas públicas), e a repercussão dessa expansão na reorganização do território, acarretando uma (re)estruturação do mesmo. Portanto, para melhor esclarecer o caminho que percorremos para a consecução dessa tarefa, destacamos aqui que, é através das mudanças engendradas no que chamamos de **materialidade** do território, vislumbrada por uma variedade de objetos técnicos e/ou fixos¹ que lhes são incorporados, e nos **fluxos**² que circulam pelo mesmo, que procuramos demonstrar a (re)organização do território da fronteira em questão.

De acordo com ARACRI (2005, p. 39):

“Os sistemas técnicos não agrupam apenas as máquinas e as inovações tecnológicas per si, mas também técnicas organizacionais e administrativas associadas ao trabalho intelectual, as quais são convocadas a desempenhar um papel decisivo no processo de acumulação”.

Nesse sentido, a técnica assume grande importância, pois se materializa não apenas na forma de objetos técnicos como torres de telecomunicação, fazendas modernas, colheitadeiras modernas, armazéns, escritórios de empresas transportadoras, torres de telecomunicação, auto-estradas, ferrovias e hidrovias, mas também na forma de técnicas de gestão das

¹ Termo cunhado por MILTON SANTOS na obra *Por uma geografia Nova*, onde o autor estabeleceu sua primeira proposta de conceitualização do espaço, considerando-o um conjunto de fixos e fluxos. No seu dizer: “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (SANTOS, 1982, p. 53). Assim, os fixos podem ser objetos técnicos, prédios que abrigam as empresas, armazéns, fazendas modernas, escritórios, máquinas modernas, rodovias, etc.

² Os fluxos envolvem a circulação da produção, insumos, informações e ordens no espaço geográfico.

empresas, fazendas e da logística. Sendo assim, a presença da técnica na área em estudo, tal como a descrevemos acima, imprime um novo conteúdo no território. Essas novas territorializações, que se definem em função de potencialidades específicas de determinados lugares (ARACRI, 2005), impõem novos usos no território, aniquilando o seu conteúdo anterior.

Acreditamos que a constituição atual da fronteira agrícola pesquisada envolve a atuação das variáveis mais importantes do atual momento histórico – a ciência, a tecnologia e a informação – no processo de transformação e (re)estruturação do território. SANTOS (1994) nos ajuda, a demonstrar a importância deste momento quando afirma que a técnica se constitui num dado explicativo da sociedade e do espaço. Assim:

“as características do espaço e da sociedade, em um dado momento histórico, estão em relação com um determinado estado das técnicas” (SANTOS, 1996, p. 137).

Então, procurarmos mostrar que as mudanças sócio-espaciais da área em estudo relacionam-se com a evolução da fronteira agrícola, a qual envolve a presença de objetos técnicos e as ações³ necessárias ao funcionamento dos mesmos.

Trabalhamos a questão da técnica como um eixo norteador para explicação das mudanças sócio-espaciais ocorridas na área de estudo, sem ser determinista, procurando entender, a partir do fenômeno técnico, a produção e a transformação do espaço. As recentes tecnologias introduzem relações novas com o espaço, com implicações de ordem social e territorial ainda pouco estudadas (BERNARDES, 1998). Partimos desse fundamento na medida em que a técnica, a partir de determinado momento (década de 1990), passou a ser, ainda que de forma não homogênea, um elemento presente na evolução da fronteira a qual nos propusemos a estudar.

Portanto, este trabalho objetiva também esclarecer as implicações de ordem sócio-espacial das ‘implantações técnico-científicas’⁴ verificadas na área a ser pesquisada. Procurar-se-á, então, analisar o papel da ciência e do uso de tecnologias específicas como instrumento de mudança estrutural (BERNARDES, 1995, p. 240), buscando compreender e explicar as

³ Na atualidade, as ações são cada vez mais imbuídas de racionalidade, no dizer de Santos (1996, p. 66) “as ações chamadas racionais tomam com frequência esse nome a partir da racionalidade alheia. Essas ações racionais são cada vez mais numerosas. Sua racionalidade deve-se, em grande parte, à própria natureza dos objetos técnicos, cuja vocação original é, exatamente, servir a uma ação racional, ação que ser quer precisa, graças às técnicas concretas”.

⁴ Usamos o termo implantação técnico-científica para designar as sucessivas implantações de objetos associados à produção, os quais costumam apresentar um conteúdo preñado em ciência, tecnologia e informação (C,T &I).

condições de transformação do espaço na área em questão.

Como objetivo específico buscou-se investigar a possibilidade da consolidação/conformação de um **uso corporativo do território** na região em estudo, o que envolve a investigação tanto da atuação das grandes empresas⁵ que dominam o circuito da soja, quanto das ações do Estado no sentido de dotar o território de infra-estruturas que atendam aos interesses dessas empresas, que representam uma diminuta parcela da sociedade local. No que tange o papel das empresas, tentou-se vislumbrar de que forma essas empresas participam na instalação de objetos técnicos, na implantação da infra-estrutura necessária à produção agrícola. Estudamos também a participação das grandes tradings e outras empresas no financiamento da produção agrícola, propiciando a emergência de um subsistema de crédito, o qual não está associado aos recursos governamentais, tornando esse território palco de novas relações econômicas e sociais.

De acordo com CASTILLO (2004) a territorialização da commodity soja numa dada região provoca a emergência de uma nova organização territorial em que:

“estabelece-se uma nova organização do território, muito mais vulnerável às oscilações do mercado internacional, fundada sobre redes extra vertidas, em que se reconhece uma tendência à especialização funcional da produção agrícola nos lugares. Trata-se de um projeto aderente aos interesses daqueles que tem acesso à informação técnica e nela baseiam suas ações, ficando os demais agentes à deriva do atual movimento de modernização, conduzindo a um uso cada vez mais corporativo do território brasileiro”⁶. (Ibid., p. 81)

Tal afirmação do autor citado nos é útil para apreender a nova realidade que vem se constituindo na área em estudo, a qual se caracteriza por uma nova organização do território, marcada pela presença da técnica, da ciência e da informação.

Também como objetivo específico, esta pesquisa abordou a questão da seletividade da instalação de novas empresas⁷ ligadas à cadeia da soja nesse território, ou seja, que razões levaram a eleição dessa área como palco para suas atividades.

⁵ Por grandes empresas nos referimos principalmente às grandes tradings presentes na região, mas também as empresas ligadas ao transporte e ao fornecimento de insumos e maquinário necessário à produção.

⁶ Grifo nosso.

⁷ De acordo com SANTOS & SILVEIRA (2002) as empresas, na sua estratégia de localização, podem acrescentar aos lugares escolhidos, os requisitos exigidos para que a operação empresarial seja rentável. Pretendemos verificar a presença ou não de tal atitude espacial de tais empresas.

Hipóteses de trabalho

Nossa hipótese principal é a de que a fronteira agrícola na região em estudo, ao longo do eixo da BR-158, se constituiu através de processos (históricos, sociais e econômicos) que resultaram num espaço com marcantes diferenças internas, que poderiam ser observadas através de um estudo comparativo entre o município de Querência e os demais. Em suma, há uma diferença significativa entre aquele município e os de Canarana, Água Boa e Nova Xavantina. Explicar os processos de reorganização do território que se consubstanciaram nessa fronteira é uma tarefa importante no sentido de trilhar um caminho que permita verificar tal hipótese.

Defendemos também a idéia de que foi a partir da chegada das grandes empresas associadas à atividade sojifeira, na década de 1990, que o território conheceu transformações mais significativas, que levaram a mudanças cada vez mais rápidas e mais marcantes na sua organização e nos seus usos. Assim, é imprescindível investigar o papel das grandes empresas (Amaggi, Bunge, ADM, Cargill, Coimbra) na reorganização do território, a execução de suas políticas territoriais, sua relação com o Estado, e seu papel na difusão da técnica na área em estudo. Contudo, não se pode prescindir aqui, da análise da atuação do Estado, tanto no período anterior à chegada das tradings, como ao longo do tempo em que as mesmas foram se instalando na região.

Assim, a implantação, difusão e êxito das novas técnicas (principalmente sob a forma de objetos técnicos ligados à produção e como insumos técnico-científicos) contribuem para a reestruturação sócio-espacial/territorial da área em estudo, com profundas alterações na organização e uso do território. Nesse sentido, postulamos que, as tecnologias que passam a se instalar nessa região provocam, inquestionavelmente, transformações no território, as quais podem ser percebidas pelas mudanças na sua **materialidade**, com a presença de novos objetos técnicos como armazéns, torres de telecomunicação, máquinas de plantio (etc.), escritórios de empresas que prestam serviços, e nos **fluxos**, os quais se intensificam, com o aumento na circulação da produção, da informação e dos insumos necessários à mesma, e finalmente nas **formas organização, financiamento e comercialização da produção**, com a tendência cada vez maior desse território ser palco de relações contratuais formais e rígidas entre os diversos atores sociais presentes na área em estudo.

Justificativa

É fato conhecido a existência de vários trabalhos sobre a expansão da soja em Mato Grosso, os quais abordaram o sudeste mato-grossense – área pioneira na produção sojÍfera – a Chapada dos Parecis, o Corredor de exportação da BR-163 (Cuiabá-Santarém), enquanto que sobre a BR-158, no Vale do Araguaia, poucos estudos foram realizados. Esse território corresponde a uma fronteira agrícola formada pela atuação de diversos e importantes atores econômicos e sociais, como o Estado, as grandes empresas, os produtores e os posseiros. Portanto, este trabalho pode contribuir para o entendimento do processo de construção e evolução de uma fronteira agrícola do estado de Mato Grosso para a qual não foram realizados estudos nesse sentido. Tal fato já se constitui assim numa considerável justificativa para o presente estudo.

A área de estudo vem conhecendo uma presença crescente de ciência e técnica, as quais exigem adaptações do território, implicando em transformações de ordem espacial. Essas transformações, provocadas pela presença da ciência e da técnica têm recebido a atenção de alguns autores. Contudo, destacamos aqui os trabalhos de Milton Santos⁸, os de Júlia Adão Bernardes, dentre os quais destacam-se BERNARDES (1996) e BERNARDES (1998) e também os de Ricardo Castillo, dentre os quais, CASTILLO (1999) e CASTILLO (2004).

Sendo assim, a presente pesquisa fornece valiosas contribuições no sentido de auxiliar a compreensão da nova realidade espacial da área em estudo, relativa às transformações e implicações provocadas pela atuação da ciência, da técnica, e da informação (C, T & I)⁹. Dessa forma, contribui também para compreender o próprio espaço geográfico, que no período atual é profundamente marcado por esses vetores.

Nosso projeto se aventura na tentativa de empreender uma análise da evolução e expansão de um espaço de fronteira que, a partir de determinado momento – a década de 1990 – passou a ter a atividade sojÍfera como mola propulsora das mudanças, bem como seu papel na produção transformações de ordem espacial, constituindo-se assim num trabalho que contribui para a compreensão da gênese de uma fronteira agrícola, sua evolução e, ao mesmo tempo, dos aspectos recentes que constituem o moderno campo brasileiro. Isto se dá na

⁸ Este autor afirma que hoje, mais do que nunca, o processo de produção e estruturação do espaço se realiza com uma contribuição majoritária da ciência e da técnica. “Enquanto geógrafo, acreditamos que a elaboração da realidade espacial tenha estreita dependência das técnicas” (SANTOS, 1994, p. 10).

⁹ Para não parecermos “genéricos” demais com o termo C, T & I, cabe ressaltar aqui que, ao falar ciência, nos referimos às instituições de pesquisa como a EMBRAPA, laboratórios, universidades. Já a técnica envolve os objetos técnicos ligados à produção, ao transporte e à comunicação. A informação de que tratamos é aquela que emana das torres de telecomunicação, dos boletins de pesquisa agropecuários, dos aparelhos celulares modernos que conectam os produtores ao mundo globalizado.

medida em que a presente pesquisa ousou trabalhar com uma atividade que produz e envolve complexas situações e articulações, as quais abarcam o mercado internacional e o nacional, até as ações de incentivo empreendidas pelo Estado e as novas formas de atuação e organização dos produtores agrícolas.

Sendo assim, o fato de estarmos vivendo num período técnico-científico, no qual a ciência e a técnica têm crescente importância no processo de organização do território, justifica nosso trabalho, na medida em que é importante verificar se expansão da atividade sojística na área de estudo se caracteriza pelo mesmo intenso nível tecnológico empregado em seus processos produtivos em outras áreas do estado.

Procedimentos metodológicos

Faremos aqui, a descrição do processo que permitiu a construção dessa pesquisa, pois acreditamos que relatar os procedimentos de pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferece a outros a possibilidade de refazer o caminho e, desse modo, avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos.

Com intuito de atingir os objetivos e verificar as hipóteses propostas estabelecemos determinadas etapas, fundamentais no processo de investigação. Sendo assim, numa primeira etapa nos preocupamos com a construção da base teórica do trabalho, a qual funciona como o suporte da pesquisa. Nesse momento estudamos os conceitos que consideramos norteadores da pesquisa, os quais são necessários para o tratamento do objeto da mesma. Nesse sentido, foram estudados os conceitos de fronteira, território e técnica.

A segunda etapa envolveu a definição das escalas espaciais e temporais de análise. No que se refere às escalas espaciais, a noção de escala utilizada não foi aquela comum aos cartógrafos, que expressa uma relação matemática entre a dimensão real do fenômeno e a sua representação, mas aquela exposta por CASTRO (1995), que a apresenta como uma das formas de apreender e abordar a dimensão de representação do fenômeno, não reduzindo o estudo do mesmo a uma única e rígida escala. Consideramos tal noção ideal na medida em que nos liberta da analogia com a escala cartográfica. De acordo com a autora citada, a complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões e medidas dos fenômenos sócio-espaciais exigem maior nível de abstração.

Nos preocupamos com um recorte espacial no qual o fenômeno estudado tem sentido. Sendo assim, escolhemos uma escala espacial que consideramos ideal para expressar o

fenômeno que estamos estudando. Portanto, a seleção dos quatro municípios já citados anteriormente se deu devido ao fato dos mesmos se localizarem ao longo da Br-158 no Vale do Araguaia e por terem sido palco de ações e processos importantes no sentido da construção de uma fronteira agrícola, os quais, como já citamos anteriormente, remontam à década de 1940. E também por apresentarem uma importante expansão e produção de soja a partir da década de 1990, fato que ajuda a traduzir suas características atuais.

Quanto à escala temporal, adotamos o período de 1940, quando se deu a gênese da fronteira estudada, até a atualidade, passando pelos dois outros momentos históricos que consideramos fundamentais para a sua construção, quais sejam, as décadas de 1960 e 70 e a de 1990.

Numa terceira etapa realizamos o levantamento dos dados secundários, através da seleção de alguns indicadores produzidos por variadas instituições, dentre as quais, o IBGE, a CONAB, A Secretaria de Planejamento do Governo de Mato Grosso (SEPLAN/MT) e outros. Assim, a coleta de dados secundários foi feita a partir das estatísticas produzidas por:

- IBGE: Produção agrícola Municipal e Censos agropecuários
- IPEADATA: informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- SEPLAN MT
- CONAB
- Governo do Estado de Mato Grosso

Tal levantamento de dados foi de suma importância, na medida em contribuíram para a confirmação de nossa hipótese principal.

A quarta etapa envolveu a ida a campo, a qual não foi um trabalho de campo propriamente dito, funcionando mais como um reconhecimento da área de estudo. Aproveitamos a possibilidade de acompanhar o grupo de pesquisadores do NUCLAMB (Núcleo de Estudos Geoambientais) da UFRJ, os quais contavam com um ônibus da UFMT para transportá-los a partir de Barra do Garças. Aproveitei o parecer favorável da coordenadora do grupo, Júlia Adão Bernardes, e os acompanhei a partir do município citado. Como tal possibilidade me apareceu de uma forma um tanto repentina, não pude fazer um planejamento adequado das ações que um efetivo trabalho de campo requer. Contudo, no tempo disponível fiz um roteiro de visitas, o qual contemplava algumas das grandes empresas presentes na região, como a Amaggi, a Bunge e a Caramuru, visitas a produtores e sindicatos de produtores nos municípios estudados. Sendo assim, realizei entrevistas não estruturadas

com os gerentes¹⁰ das referidas empresas, um “pequeno” produtor de soja em Nova Xavantina e dois diretores dos sindicatos dos produtores de Querência e Canarana.

Na quinta e última etapa, realizamos o tratamento dos dados e informações obtidos, o que envolve a construção de tabelas, gráficos e mapas, bem como a posterior análise dos mesmos. Iniciamos também a produção textual da pesquisa, articulando os dados já devidamente tratados e analisados às construções intelectuais feitas pelo autor com auxílio da bibliografia que obtivemos.

Finalmente, encerrando a discussão metodológica, apresentamos agora a estrutura da dissertação.

No Capítulo I, nos dedicamos à introdução de questões de ordem teórica, isto é, serão apresentados os conceitos que deverão estruturar o processo de investigação. Sendo assim, apresentaremos aqui os conceitos de fronteira, território e técnica.

O Capítulo II, intitulado a Fronteira Agrícola na BR-158 dedica-se a uma caracterização da área de estudo. Nesse sentido, apresentamos a sua localização e contextualização em relação ao estado de Mato Grosso. Realizamos também uma extensa caracterização no que tange à dinâmica demográfica, à estrutura fundiária, à produção agropecuária. Vale dizer que nessa caracterização buscamos em vários momentos trazer a luz nossa hipótese de trabalho, tentando assim demonstrar diferenciação entre Querência e os demais municípios, através da análise de diversas informações e dados.

No Capítulo III abordamos a construção histórica da fronteira, apresentando os momentos cruciais dessa construção. Sendo assim, serão apresentados e analisados os principais períodos históricos nos quais se deu a construção da fronteira estudada. Estabelecemos então, uma periodização que envolveu três momentos fundamentais. Tentaremos mostrar, em cada momento, as transformações que ocorreram na reorganização do território e seus rebatimentos na constituição da fronteira estudada. Consideramos este capítulo fundamental para se compreender a construção e evolução da fronteira da Br-158 no Vale do Araguaia.

O Capítulo IV dedica-se a analisar os fatores e elementos que consideramos fundamentais na construção da fronteira estudada. Nesse sentido, analisamos, num primeiro momento, o papel do estado na expansão da fronteira na região Centro-Oeste e principalmente na fronteira da BR-158 e os rebatimentos da atuação do mesmo na reorganização do território.

¹⁰ No caso da Amaggi, acompanhamos o grupo do NUCLAMB numa visita a Fazenda Tanguro, no município de Querência. O gerente da fazenda atendeu a todos, respondendo prontamente os questionamentos de todos. Nesse contexto, consegui obter algumas informações através de perguntas previamente elaboradas.

Num segundo momento trataremos da importância da técnica para a expansão da fronteira agrícola na área em questão, sobretudo da fronteira da soja, tentando esclarecer suas implicações na reorganização do território. Encerrando o Capítulo, nos dedicamos à análise do papel das grandes empresas ou corporações na condução de processos que levam a reorganizações territoriais.

Finalmente, após os capítulos apresentamos as considerações finais, isto é, a conclusão do trabalho.

Convém ressaltar aqui, depois desta apresentação da estrutura da dissertação, que, ao estudar o papel da técnica na produção e nas transformações do espaço, tomaremos o cuidado de não enveredar pela abordagem da escola chamada por GEORGES GURVITCH (1969) de “tecnológica”. Esta linha de estudos teria desejado interpretar a realidade social e seu movimento a partir exclusivamente dos meios técnicos, atribuindo, assim, um papel predominante aos utensílios e objetos, como se os mesmos se implantassem sozinhos, sem a interferência humana. Partiremos da convicção de que, ao se estudar a importância da técnica na transformação do espaço, deve-se levar em conta a participação dos quadros sociais, onde as técnicas e os homens se encontram. Portanto, este trabalho se desenvolverá considerando a técnica – ou implantação técnico-científica – como uma criação social, produto da inteligência e da intencionalidade humana.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentaremos aqui, as categorias conceituais que estarão presentes em nossa pesquisa. Vale ressaltar que tais conceitos serão utilizados devido a sua pertinência com o nosso objeto de estudo. É sabido que essas categorias são representações preestabelecidas, as quais “induzem” a maneira de apreender o objeto de estudo. De acordo com LENOIR¹¹ (1998, p. 61):

“A primeira dificuldade encontrada pelo sociólogo deve-se ao fato de estar diante de representações preestabelecidas de seu objeto de estudo e que induzem a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo”. O mesmo autor nos diz também que “o ponto de partida de qualquer pesquisa é constituído por representações”.

Sendo assim, ao escolher determinadas categorias, acabamos também definindo as formas ou meios pelos quais procuraremos atingir os objetivos estabelecidos. Talvez aqui esteja presente a tal indução citada pelo autor acima.

Na apresentação de cada conceito neste Capítulo, destacaremos as abordagens que consideramos mais pertinentes, para que, num segundo momento, possamos articular o conceito proposto, tal qual o consideramos aqui com nosso objeto de pesquisa.

1.1. Fronteira

O historiador americano Frederick Jackson Turner, estudando a ocupação do oeste dos Estados Unidos na virada do século XIX para o século XX, concebeu a fronteira como limite entre a civilização e a barbárie (KNAUSS, 2004), o que inspirou o ideário de ocupação evocado pelo Plano de Integração Nacional brasileiro na década de 70. TURNER (1893, p. 24) afirmava que:

“fronteira é o pico da crista de uma onda – ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização”.

¹¹ Texto utilizado na disciplina Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais, ministrada pela professora Verônica Secreto, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

As idéias de Turner tiveram grande repercussão na sociedade americana na época, mas também, posteriormente, no Brasil. Nesse sentido, SECRETO (2001, p. 39), nos auxilia a ressaltar a importância da obra de TURNER quando afirma:

“poucas interpretações históricas, talvez nenhuma, tiveram o êxito que teve a do historiador norte-americano Turner sobre a fronteira. Sua teoria do avanço da fronteira americana como explicação do desenvolvimento particular dos Estados Unidos converteu-se, ainda durante sua vida, na versão ortodoxa nacional, que todos repetiam que se ensinava. Obviamente, tal recepção e a conseqüente divulgação, levaram a vulgarização da mesma. Desde a contribuição interpretativa de Turner, foi impossível falar de terras novas, abertas ou de fronteira, sem mencioná-lo”. (Idem)

De acordo com BERNARDES (2005), tais idéias encontraram repercussão em muitos autores brasileiros, sendo reproduzidas como se o conceito fosse permanente, o que, em realidade, constitui um erro, pois:

“as fronteiras são uma realidade que, como tudo, se subordina a marcha da história, cujo significado, cuja importância, muda com a história” (SANTOS, 1995, p. 5).

Os governos militares implementaram suas políticas de colonização e ocupação no interior do território brasileiro influenciados em grau elevado pela concepção de Turner.

Sendo assim, concebia-se a fronteira como o “vazio” econômico e demográfico, pois pouquíssimo ou nada era considerado sobre a população que já habitava a mesma.

Portanto, na verdade a fronteira não constitui um “espaço vazio”, mas, reconhecendo-se a existência de uma ocupação anterior à colonização, com base em MARTINS (1996), reafirmamos a importância do papel dos diversos atores sociais desde o grande produtor ao índio. Deve ser ressaltada a construção do autor no que se refere à fronteira na atual fase de modernização, que se caracteriza por uma nova racionalidade econômica vinculada à expansão dos mercados, à criação do novo e de novas formas de vida (MARTINS, 1996). A fronteira em pauta está sendo concebida como em constante mutação, sendo:

“(...) simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos”. (Ibid., p. 25)

A compreensão da noção de fronteira passa pelo entendimento das chamadas ‘frentes de expansão’ e as ‘frentes pioneiras’. É importante compreender o que caracteriza cada uma

dessas frentes, apontando para as singularidades e os choques de uma fronteira com a outra. De acordo com MARTINS (1997, p. 159):

“a distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira”.

Segundo este mesmo autor, as concepções de fronteira centradas na figura do pioneiro escondem o lado essencial e trágico desse espaço, que se expressam em conflitos mortais, na genocidade e desencontro de etnias, além, dos radicais conflitos de classes que, contrapostas, se desencontram em interesses econômicos variados, e, sobretudo, pelo abismo histórico que as separa.

Como “frente de expansão” se entenderia o movimento no qual a vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado, mas fornece produtos para a comercialização, não podendo, pois, ser classificada de economia natural. Tratar-se-ia de economia de excedentes, na qual os participantes têm como objetivo a produção para subsistência e secundariamente a troca dos produtos (MARTINS, 1975). Ela se integra à economia de mercado por dois aspectos: pelo excedente que produz e que se realizam como mercadorias na economia de mercado e pela absorção de excedentes demográficos, que não podem ser contidos na fronteira econômica. Desse modo, a frente de expansão faria parte da forma capitalista de produção (MARTINS, 1975), contribuindo ainda para a acumulação capitalista em termos de oferta de mão-de-obra abundante e barata e na abertura do espaço para uma posterior ocupação pela fronteira econômica.

Outra característica marcante da “frente de expansão” é o uso privado de terras devolutas, no qual não se configura a propriedade da terra, não assumindo a mesma a equivalência de mercadoria. A figura central é o posseiro ou ocupante (MARTINS, 1975). Quando se passa da produção de excedentes para a produção de mercadorias, quando se implanta a propriedade privada da terra, que em vez de ser ocupada é comprada, ter-se-ia a “frente pioneira” (MARTINS, 1975).

Nesse contexto, o deslocamento progressivo das frentes de expansão tem sido, na verdade, um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital: o modo da sua expansão territorial.

“Um outro momento desse modo de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas frentes pioneiras. Ambas, na verdade, são

faces e momentos distintos da mesma expansão”. (MARTINS, 1997, p.15)

Sendo assim, cabe destacar aqui que, a expansão da fronteira agrícola na BR-158, nordeste mato-grossense, conheceu essas duas formas ou momentos distintos. Dedicaremos atenção a essa questão no Capítulo III deste trabalho.

Percebe-se que tanto um movimento quanto o outro reflete a expansão do capital sobre inúmeros territórios brasileiros. No entanto, gostaríamos de refletir sobre as singularidades que compõem cada frente, para caracterizá-las justamente no que as diferencia.

De acordo com MARTINS (1982, p. 75):

“através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão”.

No entanto, MARTINS (1997) alerta que há controvérsias na definição de frente de expansão:

“Para uns, a frente de expansão aparece como sendo expansão da sociedade nacional; para outros, como expansão do capitalismo e, para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção. Originalmente, era expansão da fronteira da civilização”. (Ibid., p. 155)

Em se tratando da frente pioneira, MARTINS nos diz que:

“A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”.

Portanto, constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (MARTINS, 1997, p. 153). Portanto, a frente pioneira não é apenas o deslocamento de sujeitos para um espaço novo e “vazio”. Esta é, também, a frente do “pioneiro inovador”, do sujeito capitalista que produz para o mercado, do espaço e do tempo moderno que induzem a modernização, da instauração de máquinas e de técnicas avançadas¹². Essa frente pioneira apresenta, com isso, um forte componente ideológico que prega levar a modernização às áreas antigas, atrasadas, “mortas”, para produzir uma nação do

¹² Esse momento de expansão da fronteira, a região passou a conhecer mais efetivamente a partir da década de 1990.

“progresso”, das grandes produções agrícolas, da riqueza e do enriquecimento rápido. Essa ideologia desconsiderou as populações que viviam nesses locais.

Nesse processo ocorre aquilo que HARVEY (2005) chama de ajuste espacial, em que o espaço, no caso, as fronteiras, são ajustadas para uma maior exploração, onde se deslocam indivíduos com uma nova racionalidade econômica, centrada na produção para o mercado, na acumulação de capitais.

De acordo com MARTINS (1975), o traço imediato da frente pioneira é que nela se instaura o empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferrovias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e comércio. Sobre os financiamentos HARVEY (2005, p. 51) afirma que:

“o sistema de crédito possibilita a expansão geográfica do mercado por meio do estabelecimento da continuidade onde antes não existia continuidade alguma”.

Nesse sentido, este mesmo autor tomando como referência MARX, faz a seguinte declaração ao se referir a frente pioneira:

Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca) e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em anular esse espaço pelo tempo [...] Quanto mais desenvolvido o capital [...] mais esse capital esforça, simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e uma maior anulação do espaço pelo tempo. (Ibid., p. 51)

Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca) e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em anular esse espaço pelo tempo:

[...] Quanto mais desenvolvido o capital [...] mais esse capital esforça, simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e uma maior anulação do espaço pelo tempo (Ibid., p. 51).

Assim, o movimento da frente pioneira reflete a expansão geográfica do capitalismo e a necessidade de anular o espaço pelo tempo, que pode, em parte, ser impulsionada pelo surgimento de um sistema de crédito. Passa-se, portanto, da produção do excedente para a

produção de mercadorias. No entanto, o ponto fundamental na frente pioneira é a nova relação que se estabelece com a propriedade privada da terra.

De forma mais geral, LÉNA, P. & OLIVEIRA (1991), complementando o que discutimos, expõem os aspectos que caracterizam uma fronteira agrícola, a saber:

“a integração sócio econômica, no âmbito de uma sociedade nacional, de espaços em geral pouco povoados, cujos habitantes muitas vezes não pertencem à mesma cultura, e/ou apresentam quadro econômico que difere daqueles que caracterizam as regiões mais dinâmicas do país; implica o deslocamento permanente de população para participar do desenvolvimento das novas atividades. Se esse processo fosse conduzido por populações locais, falar-se-ia em desenvolvimento regional, não em expansão de fronteira; a origem externa à região dos agentes econômicos, bem como a defasagem cultural, técnica e econômica que acarretam; a expansão da fronteira exige a ausência de populações ou a presença de populações que, demograficamente e politicamente, não tenham condições de se opor ao processo ou conduzi-lo”. (Idem, p. 117)

Mas o que pode ser considerado novo no processo de transformação da fronteira nas últimas décadas? Para MACHADO, L. O. (1992) na gestão de política pública do governo federal para a Amazônia, a partir da década de 60, passou a ser incorporado:

“o uso de recursos técnicos modernos, a articulação com o capital privado nacional e internacional e a integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica”. (Idem, p. 38)

onde um dos resultados espaciais são a modernização agrícola e a transformação qualitativa da relação dos diversos agentes na objetivação do território. Poderíamos, em boa medida, incorporar essas questões na caracterização da fronteira da BR-158 nas últimas décadas.

A dinâmica qualitativa expressa que na objetivação do trabalho social evidenciam-se propriedades locais e globais, daí a dimensão de escala geográfica na relação social (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983). Desse modo, a interpretação da fronteira da BR-158 não pode ser dissociada da inserção do Brasil no capitalismo global, na totalidade do movimento do mundo.

A busca por produtividade e competitividade são “valores” novos nos *fronts* agrícolas da modernização capitalista, tais como a fronteira da BR-158.

Atualmente, algumas fronteiras adquirem novos contornos, pois conquistas na área da ciência e da tecnologia via industrialização, permitem o aproveitamento de terras, até então consideradas impróprias ao cultivo. Verifica-se a expansão por áreas já ocupadas

anteriormente, que se convertem com novas produções, como no caso da grande lavoura comercial em terras de cerrado, onde se praticava a pecuária extensiva. Esta nova forma de avanço da fronteira está ligada à tecnificação da agricultura, ao investimento de capital, à intensidade da produção, à monocultura e à grande propriedade. Essa seria, então, a forma atual de expansão do espaço produtivo. Assim, o presente trabalho pretende abranger, em parte, a problemática da nova fronteira incorporada pela grande lavoura tecnificada.

A presença de novos capitais, de novos atores sociais e agentes econômicos na periferia do sistema é um indicativo da expansão da economia globalizada, que só se realiza pela mudança do território, dando-lhe outra coerência funcional.

Esse processo de integração vertical e horizontal da fronteira e que lhe confere a dimensão globalizada é marcado, como apontou SILVA, C.A.F. (2006, p. 304) pela organização reticular do território, ou seja, nas redes de transportes, comunicações, energia, que interligam a rede urbana regional, nacional e global. Tem-se uma integração física e econômica do território, daí que as políticas públicas espaciais para a região, nos últimos anos, e agora com o PAC, que prevê a liberação de milhões de reais para a conclusão do asfalto da BR-158 até a divisa com o Pará, denotam essa visão reticular, centrada na rede de transportes como “vertebração logística” do território. Em função dessa integração vertical e desse sistema reticular do território – rede territorial – que podemos compreender a presença desses “novos” agentes econômicos da fronteira globalizada. Como explicar a presença das corporações Grupo André Maggi, Cargill, Bunge y Born, ADM e Dreyfus nos municípios estudados? Suas ações ensejam escalas geográficas diferentes porque expressam ações políticas diferentes da sociedade local. As ações desses grupos expressam um movimento geográfico de corporatização do território, e tem no “*controle da informação como o elo central de espaço agrário técnico-científico-informacional*” (SILVA, 2006, p. 304).

As noções que expusemos aqui são importantes para o entendimento do nosso objeto de pesquisa, na medida em que abordam diretamente as maneiras e momentos da constituição de uma fronteira agrícola. Assim, contribui para entender a questão da expansão da fronteira e dos processos de reorganização do território associados, na área em que estamos estudando.

1.2. O Território

Neste tópico, buscar-se-á abordar as diversas acepções do conceito de território, priorizando aquelas que nos parecem mais pertinentes, procurando, em determinados momentos, relacionar este conceito com o de poder. Para melhor apreensão da dinâmica recente nas regiões de fronteira agrícola de nosso país, o conceito de território pode trazer elementos que nos permitem lidar melhor com essa realidade.

Num primeiro momento destacamos o Geógrafo CLAUDE RAFFESTIN (1993) como um dos pioneiros na abordagem do conceito de território. Em sua obra, o autor enfatiza o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território. Em seu dizer:

“É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (Ibid. p. 143).

Nesse sentido, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Segundo o mesmo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (Ibid., p. 144).

Na análise de RAFFESTIN (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA (1995) concebe o território como:

“um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. (Ibid., p. 78)

Assim, ele adverte que o território não se confunde com o território do Estado-Nação, podendo ser construído e (des)construído nas mais variadas escalas, e também não se confunde com a violência e a dominação, mostrando aqui, as contribuições de H. ARENDT. No seu dizer:

“todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quartelão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. (Ibid., 1995, p.81)

Sendo assim, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

Para o autor em questão:

“... sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém”. (Ibid., p. 97)

Tal consideração nos é útil, pois nossa área de estudo conheceu o avanço de uma nova atividade econômica, a qual envolve novos atores que antes não atuavam na região, como é o caso das tradings e dos grandes produtores sulistas, que passam a ser agentes de territorialização marcantes naquela fronteira agrícola.

Em SOUZA (1995), mais uma vez o poder aparece atrelado ao território, como um elemento fundamental para a sua compreensão.

Finalmente, uma compreensão que tem sido difundida no Brasil é a dimensão do uso do território, inicialmente trabalhada por BERTHA BECKER no início dos anos oitenta. Posteriormente, na década de 90, Milton Santos adere à utilização do conceito empregando a denominação **território usado**, o que converte para o emprego comum dos usos políticos e econômicos que se faz do território. Fazendo uma salutar articulação do poder com o território, BECKER nos diz:

“face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. (...) o território volta a ser importante não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social” (Idem, 1983, p. 7-8).

Já para MILTON SANTOS, o território é considerado como a “extensão apropriada e usada” (SANTOS & SILVEIRA, 2002, p. 19). Assim:

“o uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” (Ibid., p. 21).

Concluindo, o território é:

“o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local, que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos” (Idem, 1999, p. 19).

Vale apresentar aqui também, as considerações de BERNARDO MANÇANO FERNANDES sobre esse conceito. O referido autor considera que:

“o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. [...] O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional.

Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade”. (FERNANDES, s/d, p. 3)

É a partir dessa concepção de território que o autor constrói o conceito de territorialidade:

“o conceito de território carrega duas dimensões: um sentido físico, objetivo, material e localizado; e outro como espaço social, com dimensões culturais, políticas, econômicas, históricas; em sua complexidade e temporalidade. Portanto há uma dimensão relacional, subjetiva, representável e indeterminada. Um mesmo território físico pode conter várias territorialidades que colidem, se destroem e se recriam por meio de relações de poder” (Idem, 2005, p. 28).

Assim, ocorreria a constituição de dinâmicas próprias nas regiões de fronteira agrícola, e que a estariam conduzindo a superar a condição de fronteira, para se estabelecer como região consolidada, onde também as dinâmicas próprias passem a determinar o funcionamento desse espaço sócio-territorial. Portanto, nos parece uma tarefa importante apreender quais projetos inspiraram os diferentes atores sociais atuantes nessa área, ou seja, as territorialidades produzidas principalmente pelo Estado e pelas grandes empresas.

Encerrando esse tópico, é mister ressaltar que, os novos processos sociais nos põem diante de um imenso desafio teórico: a compreensão da variável ‘espaço social’ na produção do conhecimento e, nela, do papel do território na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas. A esse respeito, é expressiva a fala de JOSÉ REIS, que destaca a relevância das investigações territorialistas, ao mostrar que:

“a determinante espacial do desenvolvimento econômico é tão fundamental como o tempo” (REIS, 2005, p. 51).

Para esse autor:

“Um território – não sendo um dado, não sendo estático é, sem dúvida, um lugar em que se inscrevem relações de poder. Mas é antes de tudo o mais, um lugar que define a morfologia das relações de poder em presença. As quais, não sendo lineares nem heteronimamente estabelecidas, têm que ser definidas e mapeadas para cada território e cada processo relevante”. (Ibid., 69).

Como já nos disse SOUZA (1995), é inconcebível que um espaço não esteja territorializado por alguém. Portanto, o conceito de território não poderia ser negligenciado

nesse trabalho, o qual, ao tratar o avanço de uma fronteira agrícola resultando num território com marcantes diferenças sócio-espaciais internas, nos induz a pensar quem, ao longo dos diversos momentos de construção dessa fronteira, implementou ações no sentido de organizar esse espaço? Com qual finalidade? Nesse sentido, a noção de território enquanto um espaço definido e delimitado por relações de poder ganha corpo, pois este trabalho investigará as ações de diversos atores envolvidos no processo de expansão da fronteira, as quais se territorializam no espaço.

1.3. Técnica

Outro conceito fundamental que citamos é o de técnica, considerado por MILTON SANTOS como sendo:

“um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. (SANTOS, 1996, p. 25)

Deve-se então considerar que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica (SANTOS, 1996). SANTOS (1994) nos ensina que o estudo das técnicas ultrapassa largamente o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais, as quais explicam como, em diferentes lugares, técnicas, atribuem resultados diferentes aos seus portadores.

As técnicas são criações sociais, demandadas pelos atores hegemônicos da economia e da sociedade. Tal definição implica que a construção do espaço, *strictu sensu*, seria um fato técnico, mas na essência um fato social, tendo em vista que as práticas sociais dominantes são os elementos de estruturação das sociedades (BERNARDES, 1995, p. 244).

Outro autor, que trabalha a questão da técnica, é JACQUES ELLUL, filósofo francês, que tem uma representação preestabelecida da técnica na qual atribui-se uma autonomia à mesma, que possuiria um caráter tirânico, impondo-se sobre o próprio homem. De acordo com ELLUL (1968), a técnica tende a um autocrescimento e a uma universalização que envolve os homens, os quais não têm capacidade de escolher ligar-se ou não aos objetos técnicos. Para ele, a técnica não possui limites, e no futuro será eliminado tudo aquilo que não é técnico. Para um problema técnico, faz-se necessário buscar uma resposta também técnica. A acumulação de objetos e sistemas técnicos no mundo moderno pressupõe uma exterioridade

entre os homens e as máquinas, entre técnica e natureza. ELLUL é um representante claro do pensamento técnico que desassocia a natureza e o corpo humano nas práticas de evolução técnica. Para ele, a técnica avança e se desenvolve independentemente da natureza e da condição humana enquanto espécie. Por conseguinte, apesar de ELLUL (1968) atribuir à técnica certa personificação, considerando o homem impotente mediante sua atuação praticamente autônoma, ressalta-se sua contribuição ao apreender, como SANTOS (1996), que a técnica não é composta somente de objetos, mas de ações técnicas, que nos fazem refletir sobre a existência da mesma até em nosso cotidiano.

Apesar do referido autor trazer contribuições importantes, discordamos de sua idéia central, pois acreditamos que a técnica, enquanto criação social, obedece aos interesses de determinados grupos sociais que detém o controle da mesma. Nesse sentido, ARRUZZO (2005, p. 102), comunga com nosso pensamento ao dizer que:

“Para nós, é a sociedade quem condiciona, ou melhor, são determinados agentes pertencentes a classes sociais, que condicionam a criação, objetivos, usos e, muitas vezes, conseqüências das técnicas”.

A autora afirma também que:

“o estado das técnicas também se impõe às classes sociais, já que não deixa de ser condição histórica para todos”. (Ibid.)

Assim, uma vez presentes em determinado território, as técnicas provocarão mudanças nas relações sociais, como assevera MARCUSE (1999, p. 74) ao argumentar que a tecnologia é:

“ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação”.

Outro autor que tece considerações importantes sobre a técnica é Paul Virilio. De acordo com o mesmo, as inovações tecnológicas transformam, modificam e alteram o espaço geográfico em todas as escalas (local, nacional, global) (VIRILIO, 1998). Ao escrever sobre os motores da história, nos mostra como as inovações técnicas transformam as relações entre os indivíduos com a natureza em todas as escalas. Os motores a vapor, a explosão, o elétrico, o foguete e o da informática (VIRILIO, 1998), contribuíram para uma “tecnicização do

território”, tornando assim o espaço geográfico cada vez mais mecanizado com profundas alterações no modo de produzir, nas formas de circulação e de consumo do espaço. Nesse sentido esse autor corrobora algumas ponderações de SANTOS (1996) sobre a questão da técnica.

Complementando o que foi exposto, citamos Landes (1994), para o qual o desenvolvimento das técnicas está inscrito num contexto social e econômico, onde algumas técnicas se tornam hegemônicas em relação às outras técnicas ou tecnologias¹³. É inegável que a **técnica** é agente importante de mudança, principalmente, na relação entre homem e natureza. Entretanto, quando se pensa em **técnica** como agente de mudança histórica, é fundamental ter em mente que a técnica é social, é a instrumentalização do trabalho, e é a forma de subordinação do trabalho abstrato. Os domínios de um sistema técnico em cada período histórico são, na verdade, a hegemonia de uma determinada classe social¹⁴, ou de um grupo, sob uma dada estrutura produtiva de acumulação de riquezas. De acordo com MUNFORD (1971), quando uma determinada técnica se torna dominante, desvaloriza outras técnicas, e ocorre quando esta permite a ampliação da riqueza, acumulando mais excedentes, que no contexto do capitalismo, o objetivo fundamental é o lucro, tornando-se relevante o aumento da produtividade para atingir o mercado que cada vez é mais ampliado.

Se nos primórdios da história humana, as técnicas avançam em função da necessidade de sobrevivência da sociedade. Com o advento do capitalismo, os avanços da técnica, articulados em graus diferenciados da relação entre invenção e ciência, se devem à necessidade de acumulação do capital, portanto, não é a necessidade social, que alavanca o conhecimento e as invenções, mas a busca por maior produtividade, com menos trabalho (ação humana) e mais técnica.

Neste sentido, MARX já anunciava:

"(...) A própria manufatura tornou-se insuficiente; então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos". (MARX & ENGELS, 1988, p. 78)

¹³ Nesse sentido, é importante pensar o sistema técnico existente na área em estudo, no período que antecede o avanço da fronteira agrícola da soja na década de 1990.

¹⁴ As técnicas que predominam na região em estudo correspondem ao domínio de determinada classe social, que no trabalho chamamos de atores hegemônicos, àqueles detentores de maior quantidade de capital e com maior margem de influência nas decisões políticas em vários âmbitos governamentais. A questão do poder, tal qual apresentada por POULANTZAS (1977), ajuda a entender a presente situação.

Cumpramos destacar que levaremos em conta a definição da categoria “técnica” proposta por SANTOS (1996), a qual é extremamente relevante para o presente projeto, na medida em que ajudará entender as alterações que as novas técnicas utilizadas na agricultura moderna atual provocam. Sendo assim, este conceito também norteará o desenvolvimento do nosso trabalho.

Finalizando, a questão da técnica como fenômeno social permite-nos elaborar uma leitura de que o conteúdo novo na fronteira tem na incorporação de sistemas técnicos ao processo de trabalho um elemento crucial da relação social na transformação da fronteira. Se o processo de trabalho e a produção de produtos no nordeste mato-grossense eram, até então, predominantemente rudimentares e que aos poucos passa a incorporar novos sistemas técnicos, isso traz uma dimensão nova no conteúdo territorial da fronteira e que encerra uma relação de escala geográfica também nova. Dessa forma, tal conceito está fortemente conectado ao objeto de pesquisa dessa dissertação, na medida em que se constitui em elemento necessário à explicação dos novos usos que passou a ter esse território, bem como componente basilar da constituição dessa nova fronteira.

CAPÍTULO II

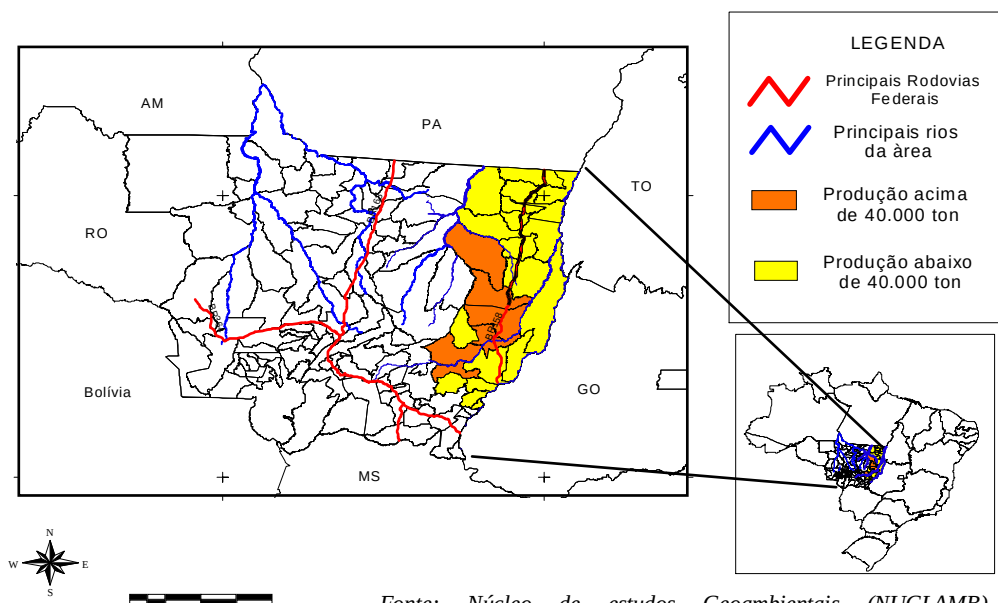
A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA BR-158

Como já expomos em outro momento, para melhor compreender nosso objeto de pesquisa, selecionamos quatro municípios a serem estudados, os quais foram palco dos diversos processos e momentos da construção da fronteira no eixo da BR-158. Reportamo-nos à noção de escala apresentada por CASTRO (1995), na qual a análise dos municípios selecionados corresponde à escala ideal para melhor analisar o fenômeno que nos propusemos a estudar.

2.1. Localização e contextualização

A área de estudo proposta por este trabalho situa-se na porção leste do estado do MT, localizada entre os rios da Morte e rio Araguaia, tendo como divisa os estados GO, TO e PA, compreendendo a extensão física a Rodovia BR-158 dentro do estado em análise. O mapa abaixo mostra a posição de nossa área de estudo no contexto do estado de Mato Grosso. Os municípios estudados estão na cor laranja, que expressa àqueles que obtiveram produção superior a 40 mil toneladas.

Mapa 1 – Eixo da BR-158, leste mato-grossense, 2004.



De cima para baixo, temos os seguintes municípios, Querência, Canarana, Água Boa e Nova Xavantina, exatamente nessa ordem.

A ocupação dessa área tem início no governo de Getúlio Vargas, quando a expedição Roncador-Xingu atingiu o Rio das Mortes, localidade que hoje corresponde ao município de Nova Xavantina. Tal expedição estava inserida no grande projeto nacional denominado de “Marcha para o Oeste”. O local serviu de base para os órgãos executivos da Marcha, como a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. Trataremos melhor desse assunto no Capítulo III.

Nos últimos anos, o território que constitui a fronteira agrícola da BR-158 vem conhecendo uma expansão da atividade sojeira, a qual já se encontra consolidada em outras regiões do Estado, como o sudeste e a Chapada do Parecis. Sendo assim, selecionamos os municípios de Querência, Canarana, Água Boa e Nova Xavantina, os quais têm sido palco do avanço da atividade sojeira. Tais municípios se constituíram na medida em que se dava o avanço dessa fronteira¹⁵.

A expansão atual da atividade sojeira se dá no contexto de uma logística que se delineia, com a previsão de asfaltamento da rodovia BR-158 a partir do município de Ribeirão Cascalheira até o município de Vila Rica, na fronteira com o estado do Pará, de onde a soja prosseguirá por rodovia já asfaltada até o município de Marabá, onde passa a utilizar a ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce até o Porto de Itaqui/Ponta da Madeira (Maranhão), a partir do qual será exportada para os mercados europeu e asiático. O asfaltamento do trecho em questão aparece como uma das ações do Projeto de Aceleração do Crescimento (**PAC**) do governo federal no estado de Mato Grosso.

Outra logística que pode beneficiar a produção regional é o aproveitamento potencial da hidrovia Tocantins-Araguaia, que se insere no chamado Corredor de Transporte Multimodal Centro-Norte, o qual já aparece como projeto desde o programa federal “Brasil em Ação”, do governo Fernando Henrique Cardoso.

2.2. Dinâmica demográfica

A dinâmica demográfica é um elemento importante ao se analisar o processo de ocupação e formação de uma fronteira agrícola. Nas regiões de fronteira, as oportunidades econômicas de modo geral associam-se à possibilidade de acesso a terras férteis ainda não

¹⁵ As origens da fronteira e sua construção serão apresentadas no Capítulo III.

incorporadas ao processo produtivo. Na medida em que tal possibilidade deixa de existir, estanca-se, de imediato, o fluxo migratório para a região e passa a ter lugar, a partir desse momento, o processo de estabilização ou, o que tem sido mais freqüente, constata-se diminuição no ritmo de crescimento regional. Sendo assim, apresentaremos aqui dados populacionais e migratórios, os quais são fundamentais para caracterizar e compreender a área em estudo.

Tabela I
População residente e variação nos municípios de Água Boa, Canarana,
Nova Xavantina e Querência - 1996-2000

Municípios	1996	2000	Variação (%)
Água Boa	15.093	14.755	- 2,2
Canarana	13.745	15.408	12,0
Nova Xavantina	18.999	17.832	- 6
Querência	4.221	7.274	72

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso/2003

De acordo com a Tabela I, que mostra os dados obtidos a partir do Anuário estatístico de Mato Grosso, o município com o maior contingente populacional no ano 2000 é Nova Xavantina, seguido por Canarana, Água Boa e Querência, respectivamente. Contudo, observamos que os municípios de Água Boa e Nova Xavantina apresentaram uma variação negativa de crescimento populacional, enquanto que Canarana e Querência apresentam uma situação inversa, principalmente Querência. Estes dois últimos experimentam uma nova expansão da fronteira agrícola, notadamente da soja no final da década de 1990, fator esse que vem exercendo, sem dúvidas, influências positivas no aumento populacional desses municípios, sendo que Querência quase dobrou o número de habitantes em apenas quatro anos. A Tabela II mostra a evolução da população total dos municípios e as taxas de crescimento populacional, de 1970 a 2000, nos auxiliando assim a entender melhor a ocupação da fronteira.

Tabela II
População e Taxa de Crescimento Demográfico por Municípios da área de estudo
1970, 1980, 1991e 2000.

Municípios	População Total				Taxa de crescimento (% a.a)		
	1970	1980	1991	2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Água Boa	1.979	4.045	16.568	16.711	7.41	13.68	0.10
Canarana	2.264	6.362	11.882	15.407	10.88	5.84	2.93
Nova Xavantina	3.700	12.381	18.505	17.828	12.84	3.72	-0.41
Querência	-	-	-	7.274	-	-	-

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Na década de 70, consideramos que houve um crescimento considerável na área de estudo, pois sua população quase triplicou, passando de 7.943 habitantes em 1970 para 22.788 em 1980. Esse crescimento populacional se deu majoritariamente via migração, dentro da conjuntura da época, que estimulava a ocupação das áreas de fronteira. Sendo assim, vale ressaltar que foi nessa década que se deu a implementação do programa governamental POLOCENTRO¹⁶ (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o qual atingiu os municípios que compõem a área de estudo atuando na área de infra-estrutura de escoamento e armazenamento da produção agropecuária e também fornecendo crédito subsidiado de forma a permitir ao agricultor o investimento inicial na recuperação¹⁷ das áreas. Um dos objetivos principais era fomentar a introdução da rizicultura irrigada, dentro da política governamental de produção de alimentos (ABREU, 2001).

Nesse contexto, também na década de 1970, foram implantados vários projetos de colonização privados, inseridos num outro eixo da estratégia de ocupação e desenvolvimento da região, que foi a política de colonização dirigida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e contava com incentivos fiscais da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) para projetos privados de colonização. Essas iniciativas foram implementadas nas décadas de 1970 e 1980, destinadas ao assentamento de pequenos

¹⁶ A partir de 1975, já no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) implementou diversos programas especiais, dentre eles o POLOCENTRO.

¹⁷ Estudos pedológicos indicaram na época a acidez do solo do cerrado, necessitando sua correção, principalmente através do calcário. A descoberta de um depósito de calcário no município de Água Boa exigiu melhorias na infra-estrutura viária, para que o calcário pudesse ser transportado para outras áreas.

produtores do sul, à produção de lavouras alimentares (arroz, milho e mandioca) e ao desenvolvimento da pecuária bovina (ISA, 2007).

Remonta à década de 60 o momento em que a Região Centro-Oeste iniciou um processo de modificação de sua estrutura produtiva, impulsionada pela ação estatal através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e integração da região aos outros mercados, elementos que tiveram importantes consequências em sua dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população.

Esta ação estatal explicita-se através da preocupação de integração nacional do regime militar, o que justifica os representativos investimentos em grandes projetos agropecuários.

"Enquanto a sociedade brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que sucederam no poder nesse período, o Araguaia, o Mato Grosso e a Amazônia foram invadidos pelos grandes grupos econômicos através dos projetos agropecuários". (OLIVEIRA, 1997, p. 290)

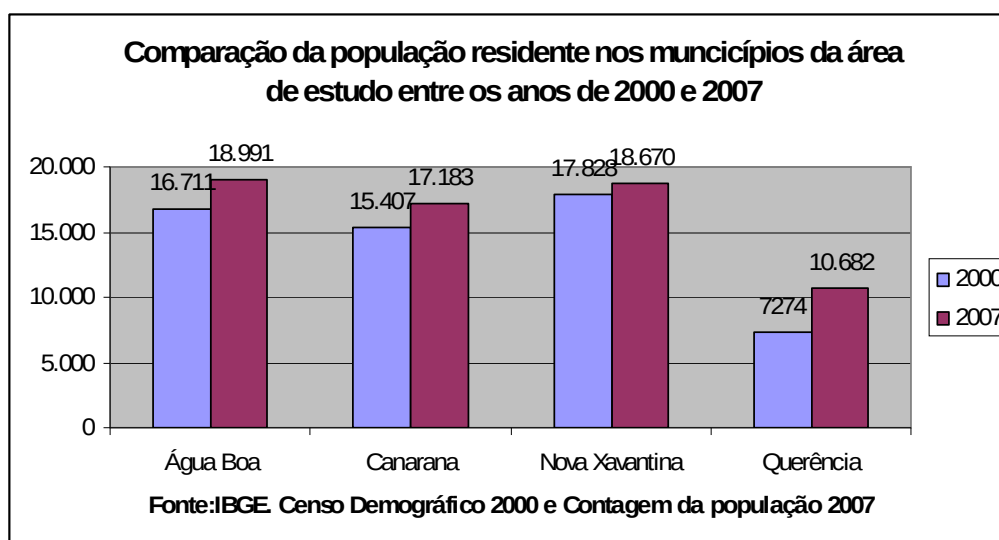
Portanto, tal crescimento populacional demonstrado na tabela não foi aleatório, está associado às políticas implementadas pelo Estado no sentido de ocupar a região, as quais foram mais efetivas nesse período, estimulando os pequenos agricultores do Sul do país a migrarem para os municípios que compõem a área de estudo.

A Tabela II também nos mostra que, na década de 1980 a taxa de crescimento demográfico diminuiu seu ímpeto na fronteira em estudo. O município de Água Boa apresenta o maior crescimento de toda a região na década de 80, quando todos os municípios percorrem o caminho inverso, sendo que o aumento em relação à década passada é bastante expressivo, de uma taxa de crescimento de 7.41%(a.a) na década de 70 para 13.68%(a.a) na década de 80.

Porém essa dinâmica demográfica não se sustenta na década de 90. No município de Água Boa a queda é bastante expressiva (de 13.68% para 0.10%), enquanto que em Canarana também há queda, mas não tão acentuada (de 5.84 para 2.93). Somente em Nova Xavantina – o maior município da fronteira em estudo – ocorreu um valor percentual negativo. Destaca-se que houve a criação do município de Querência no início da década de 90, emancipado a partir de Canarana e São Félix do Araguaia (pertencente à microrregião de Norte Araguaia). Vale lembrar que a taxa da área em estudo (2,05%) no período de 91 a 2000 foi menor que a do Estado (2,37%). Tal redução da intensidade do crescimento demográfico espelha, em grande medida, o arrefecimento da migração.

Observemos agora o Gráfico I, que nos mostrará os dados mais recentes no que diz respeito à população residente nos municípios estudados, a partir das informações do Censo Demográfico de 2000 e da Contagem da População de 2007, ambos efetuados pelo IBGE. O gráfico mostra a comparação da população residente nesses dois momentos, nos auxiliando assim, a ter uma idéia da evolução mais recente na população da fronteira estudada.

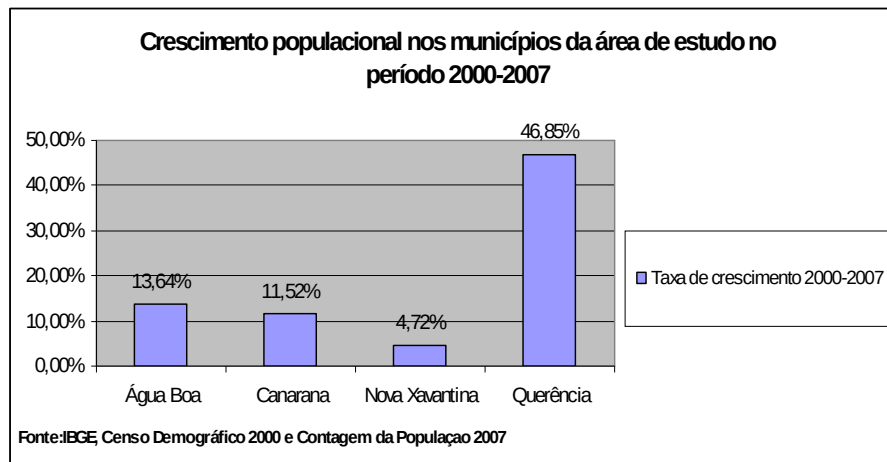
Gráfico I



No que se refere à população residente no ano de 2007, o município de Água Boa apresentou o maior valor, superando Nova Xavantina, que em 2000 era o município de maior população residente. Portanto, em 2007, Água Boa liderava com 18.991 habitantes, sendo seguido de perto por Nova Xavantina, com 18.670. Canarana registrou uma população de 17.183 habitantes e Querência, 10.682 habitantes, apresentando assim, o menor valor dentre os municípios.

Na comparação entre os anos de 2000 e 2007, observamos que todos os municípios apresentaram um crescimento na sua população, o que será melhor demonstrado no Gráfico II.

Gráfico II



A partir da análise do gráfico constatamos que o município de Querência foi o que apresentou a maior taxa de crescimento no período 2000-2007, aumentando a sua população residente em 46,85%, valor bem superior aos dos outros municípios. A população de Água Boa registrou um crescimento de 13,64%, a de Canarana 11,52% e, finalmente, a de Nova Xavantina apresentou o menor crescimento, com 4,72%. Contudo, este último ganhou um pequeno fôlego no que tange ao crescimento populacional, pois no período 1996-2000 chegou a registrar um valor negativo (ver Tabela I). Água Boa, que também teve uma variação negativa de seu crescimento no período 1996-2000, registrou a segunda maior taxa de crescimento populacional em 2000-2007.

Alertando sobre a situação de Nova Xavantina, BONFANTI (2006, p. 56) afirma que:

“Nova Xavantina apresenta um quadro praticamente estagnado em termos de população. Os índices negativos não são ainda alarmantes, mas requerem atenção e uma profunda avaliação na estrutura econômica, no sentido de definir e redefinir atividades que envolvam mais mão-de-obra, produzam riqueza para o maior número possível de pessoas, sejam sustentáveis economicamente e formem uma cadeia produtiva envolvendo outros setores e segmentos da sociedade”.

Finalizando essa parte, destacamos a marcante diferenciação interna da fronteira estudada, pois temos Querência com uma alta taxa de crescimento populacional no período, contrastando com o baixo valor apresentado por Nova Xavantina.

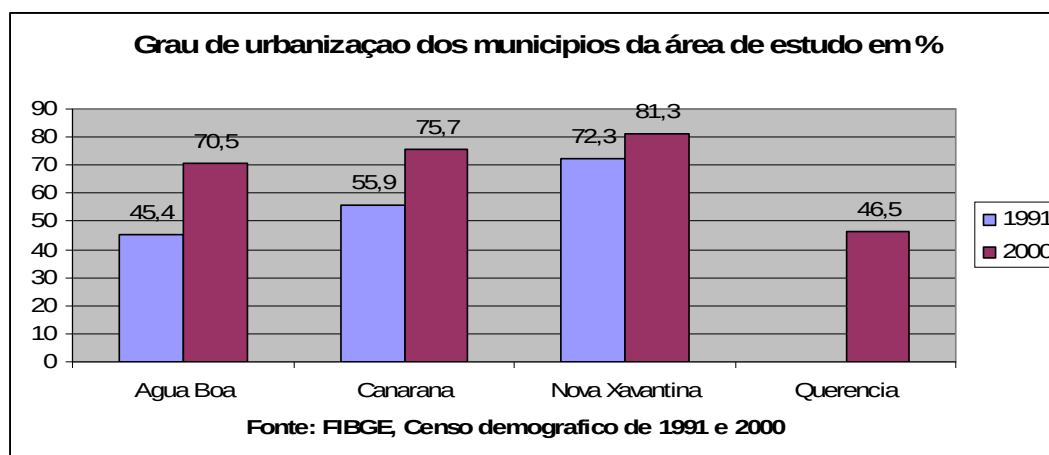
Num contexto mais geral, o que se percebe é que, não apenas a fronteira em estudo, mas também o estado de Mato Grosso, hoje, particularmente em termos migratórios, está muito aquém daquilo que foi na década de 70 e parte dos anos 80, fruto do progressivo desaparecimento de um dos fatores que mais contribuíram para a sua ocupação: a expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola (CUNHA, 2006). Contudo, temos que fazer uma ressalva: enquanto a porção do território correspondente aos municípios de Água Boa e Nova Xavantina apresentou um crescimento demográfico nulo ou mesmo negativo (caso de Nova Xavantina) na década de 1990, corroborando a constatação presente no primeiro parágrafo desta página, a porção mais ao norte, correspondente aos municípios de Canarana e Querência, os quais se encontram num processo de expansão da atividade sojifera, apresentam um considerável dinamismo, principalmente o município de Querência, o qual teve uma ocupação mais tardia, com os primeiros moradores chegando ao município em 1986. De 1996 até os dias de hoje a população de Querência mais que dobrou (comparar Tabelas I e II), contrastando fortemente com a dinâmica apresentada no município de ocupação mais antiga (Nova Xavantina). E, como pudemos observar na página anterior, na atualidade Querência mantém o maior dinamismo demográfico, enquanto Nova Xavantina continua praticamente estagnado.

O Estado, atualmente, apresenta elevado grau de urbanização, onde os centros urbanos tornaram-se as últimas opções para a permanência dos migrantes ali chegados, situação que se agrava quando se considera o reduzido potencial de absorção demográfica da maioria deles. Nesse sentido, de acordo com o Gráfico III, Querência foge desse padrão, pois apresenta, para o ano de 2000, um grau de urbanização de (46,5%), bem menor que os outros municípios da fronteira estudada.

Nova Xavantina é o município mais urbanizado, com um grau de urbanização de 81,3%, seguido por Canarana, com 75,7% e Água Boa, com 70,5%. Já no ano de 1991, Nova Xavantina apresentava maior urbanização (72,3%). No período de 1991 a 2000 os municípios de Água Boa e Canarana apresentaram aumento significativo no seu grau de urbanização. Tal fato indica que as etapas iniciais de ocupação das fronteiras agrícolas já se realizaram.

Chama à atenção na área em estudo, a elevação no grau de urbanização entre os períodos, de aproximadamente 12% de aumento, o que nos permite inferir que a mesma conheceu um crescimento na oferta de serviços e comércio tipicamente urbanos. Contudo, uma parcela significativa desses serviços atua no suporte da atividade agrícola, tal como venda de máquinas, implementos, escritórios de comercialização e etc.

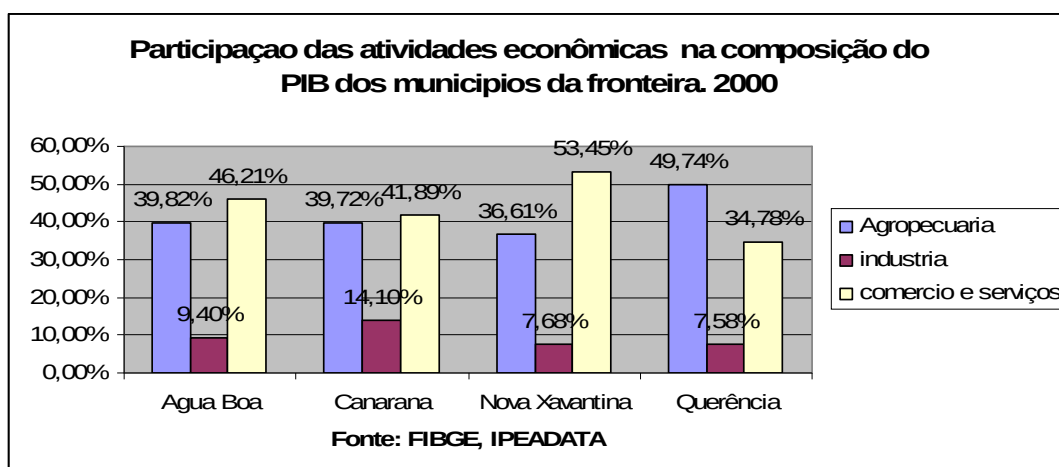
Gráfico III



Cabe esclarecer que a urbanização da população em qualquer sociedade constitui um processo natural, decorrente da modernização do setor produtivo rural, aliada ao desenvolvimento dos setores secundários e terciário no espaço urbano. No entanto, uma particularidade chama a atenção no caso da fronteira estudada. É o acelerado ritmo com que a população vem-se urbanizando. Nem mesmo o Estado de São Paulo, na sua fase de industrialização mais intensa, registrou ritmo de urbanização tão acelerado. Contudo, diferentemente de São Paulo, a indústria não foi o setor que mais cresceu na área em estudo. Na porção urbana do território, o crescimento se deu no setor de comércio e serviços. Na verdade, no estado de Mato Grosso a indústria não tem uma participação relevante na composição do PIB Estadual. Com efeito, em 1980, em 1989 e em 2005, a indústria contribuiu com somente 18% e 18,2% e 18,66%, respectivamente, do Produto Interno Bruto (PIB) mato-grossense.

No que se refere à participação da indústria na composição do PIB dos municípios da fronteira estudada, observamos, com o auxílio do Gráfico IV, que mostra a participação das atividades econômicas na formação do PIB Municipal no ano 2000 que, de forma geral, tal atividade tem um peso ainda menor nos municípios estudados.

Gráfico IV



O município em que a indústria tem a maior participação no PIB é Canarana, com 14,10%, seguido por Água Boa (9,40%), Nova Xavantina (7,68%) e Querência (7,58%), respectivamente. Percebemos que, em três dos municípios estudados, o valor de participação da atividade industrial no PIB não alcança 10%.

No que se refere à atividade agropecuária, Querência apresenta o maior valor de participação dessa atividade (49,74%), com os outros municípios apresentando valores muito próximos entre si. Constata-se que apenas em Querência a atividade agropecuária responde pela maior parcela do PIB municipal, pois nos outros municípios o setor de comércio e serviços é o que tem a maior participação na composição do PIB. Contudo, a agropecuária apresenta índices significativos de participação, representando 39,82% em Água Boa, 39,72% em Canarana e 36,61% em Nova Xavantina, demonstrando a importância dessa atividade para a reorganização do território da fronteira estudada.

No que tange aos serviços, Nova Xavantina é o espaço em que esse setor responde pela maior fatia do PIB, alcançando o percentual de 53,45%, sendo seguido por Água Boa (46,21%), Canarana (41,89%) e Querência (34,78%), respectivamente. Sendo assim, essa característica confere ao setor serviços, particularmente ao comércio e à administração pública, a responsabilidade de sustentar o nível do emprego urbano formal nessa fronteira.

Finalizando a análise desse gráfico, chamamos a atenção para o fato da participação da atividade industrial nessa fronteira ser bem menor do que os índices do Estado de Mato Grosso. Constatamos também a marcante diferença entre Querência e os demais municípios,

pois Querência fugiu ao padrão apresentado pelos outros municípios, com a atividade agropecuária ainda mais forte que o setor de serviços.

Tabela III
Distribuição relativa da população segundo situação de domicílio: urbana ou rural
Municípios da fronteira agrícola no eixo da BR-158, Mato Grosso
1970, 1980, 1991 e 2000

Em %	1970		1980		1991		2000	
Municípios	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Água Boa	41.3	58.7	18.6	81.4	45.4	55.0	70.5	29.5
Canarana	39.0	61.0	9.1	90.9	55.9	44.0	75.6	24.4
Nova Xavantina	43.0	47.0	37.6	62.4	72.3	28.0	81.4	18.6
Querência	-	-	-	-	-	-	53.9	46.1

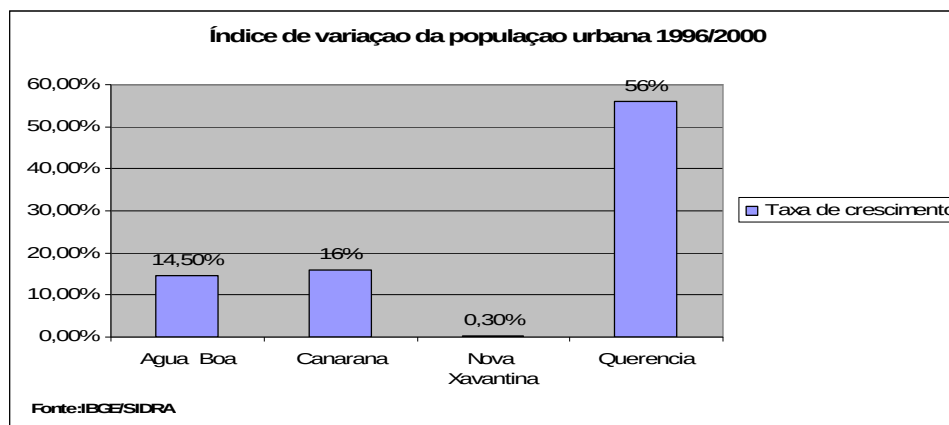
Fonte: FIBGE, Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Com o auxílio da Tabela III, podemos perceber que na área em estudo como um todo, nos anos 70 e 80, a porcentagem de pessoas vivendo na zona rural é maior. Já a partir da década de 1990 os municípios passam a contar com um número de habitantes cada vez maior com situação de domicílio urbana. Foi a partir da década de 1990¹⁸ que a soja conheceu uma expansão na região, bem como se deu a instalação das grandes empresas comercializadoras do grão na região, como a Bunge, a Cargill e ADM. Nova Xavantina é o município com o maior percentual de população residindo em área urbana (81,4%), seguido por Canarana (75,6%), Água Boa (70,5%) e Querência (53,9%), respectivamente.

Veremos agora o Gráfico V que nos ajudará a mostrar esse aumento da população urbana na década de 1990.

¹⁸ Trataremos especificamente desse período no Capítulo III.

Gráfico V



Podemos observar que não há uma homogeneidade no comportamento dos municípios, pois há uma nítida discrepância entre os valores apresentados por alguns destes. Embora tenha ocorrido uma variação positiva no índice de variação da população urbana da fronteira, na década de 1990, percebemos que o município de Querência apresentou um valor bem superior aos demais, com uma variação de sua população urbana de 56%, seguido por Canarana (16%), Água Boa (14,50%) e Nova Xavantina (0,30%). Novamente chamamos a atenção para o fato de Querência ter sofrido uma ocupação mais recente, bem como acolheu a atividade sojifera em momento mais tardio, quando comparada aos demais municípios. Portanto, mesmo com esse elevado valor de crescimento de sua população urbana, no ano de 2000, Querência ainda apresentava uma parcela de mais de 40% (ver Tabela III) de sua população residindo em área rural.

Apresentando o valor mais baixo, Nova Xavantina apresenta uma variação quase nula de sua população urbana no período 1996-2000. Esse município, contudo, é o mais urbanizado da fronteira da BR-158, com um povoamento mais antigo. Tal fato indica que, no contexto da fronteira, esse município corresponde ao território mais urbanizado da mesma, e que, desde 1980 já apresentava uma diferença considerável em relação aos outros municípios, no que tange à proporção de pessoas vivendo no espaço urbano (ver Tabela III).

Tabela IV
Volumes de migração e saldo migratório dos municípios da área de estudo
1986-1991 e 1991-2000.

Municípios	1986-91			1995-2000		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
Água Boa	9.810	2.994	6.816	1.896	992	904
Canarana	6.670	3.028	3.642	2.205	806	1.399
Nova Xavantina	7.856	6.768	1.088	1.093	1.740	-647
Querência	-	-	-	2.753	184	2.569

Fonte: FIBGE 2003, Censos demográficos de 1991 e 2000.

Com o auxílio da Tabela IV veremos os dados sobre o volume de migração nos municípios selecionados, o que inclui os imigrantes e emigrantes, e o saldo migratório resultante da conjunção destes últimos.

Na referida tabela constata-se que o saldo migratório de todos os municípios da área de estudo no período 1986-1991 foi positivo, com destaque para Água Boa, que apresentou o maior valor. Tal fato indica a preponderância da imigração sobre a emigração, que é um dos aspectos fundamentais da constituição de uma fronteira agrícola. O saldo migratório da área de estudo como um todo é alto, representando aproximadamente 20% de sua população em 1991. Portanto, a década de 1980, se apresenta comum um período em que prevaleceu a chegada significativa de migrantes na fronteira agrícola da BR-158.

Os anos 90 demonstram a manutenção da atratividade da fronteira. Nesse momento, é Querência que passa a apresentar o maior saldo migratório, seguido por Canarana e Água Boa. Nova Xavantina, o município de povoamento mais antigo e o mais urbanizado foi o único a apresentar o saldo migratório negativo. Contudo, vale ressaltar que em valores absolutos os volumes de imigrantes nessa fronteira diminuiu significativamente nessa década, expressando a diminuição do ímpeto migratório para a mesma.

Outro padrão migratório que podemos observar nessa fronteira é que, no transcorrer dessas duas décadas ocorreu **uma acelerada deterioração na capacidade de retenção populacional**. Por exemplo, em Nova Xavantina o número de emigrantes representa quase 90% do número de imigrantes do município no período 1986-1991 e, no período 1995-2000 o

número de emigrantes supera o de imigrantes. Ainda no período 95-2000, em Água Boa o número de emigrantes representa aproximadamente 50% do total de imigrantes e em Canarana temos uma percentual de aproximadamente 35%. Tais dados expressam e corroboram a tendência citada acima, contudo, não podemos inserir ainda, o município de Querência nessa mesma situação. Querência apresenta um grau de urbanização significativamente menor que o de seus vizinhos. A ocupação do mesmo se deu em momento bastante ulterior em comparação com os outros municípios dessa fronteira.

Tal fato reforça novamente o pressuposto inicial deste trabalho, que é o da marcante diferenciação espacial interna da fronteira, tributária dos diversos momentos de construção da mesma, o que será discutido no Capítulo III.

Em suma, neste subespaço, o modelo de ocupação implantado centrou-se na pecuária e no latifúndio, esgotando rapidamente as possibilidades de geração de empregos no setor primário da economia, condição essencial à manutenção da população no meio rural. A fronteira da BR-158, entretanto, caracterizou-se como a única área estadual em que, efetivamente, prevaleceram os fatores de atração migratórios. Basicamente, em decorrência da circunstância histórica que conjugou a acelerada deterioração das condições de sobrevivência no campo, presentes nos Estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, com a relativa disponibilidade de terras férteis na região, registraram-se a atração de um volumoso fluxo migratório, notadamente para as áreas de colonização mantidas pelos diversos projetos inseridos no contexto da SUDECO e do POLOCENTRO.

O arrefecimento da imigração na fronteira em questão, relacionado à indiscutível diminuição dos atrativos para os migrantes, especialmente para aqueles interessados na “promessa” das fronteiras agrícolas para se estabelecerem como pequenos proprietários e desenvolverem uma agricultura ou pecuária em base familiar, não foram o único fator demográfico responsável pela redução do seu crescimento populacional. Houve também intensificação da emigração para fora de Mato Grosso, a partir dos anos 80, registrando inclusive aumento absoluto na década de 90 (CUNHA, 2006).

Para auxiliar a discussão exposta nos parágrafos acima, no que se refere à questão do emprego na fronteira e a retenção dos migrantes, vejamos a Tabela V, que mostra as pessoas ocupadas (PO) nos municípios selecionados, em comparação com as pessoas economicamente ativas (PEA) e taxa de desemprego dos mesmos.

Através da análise da tabela constatamos que em 1991 todos os municípios apresentaram reduzidas taxas de desemprego. Água Boa apresentou a menor taxa, com 2,25%, Nova Xavantina registrou uma taxa de 4,01% e Canarana 4,15%. Em 1991, Água Boa

apresentava o menor grau de urbanização (Gráfico III), pois a maior parte de sua população ainda residia em áreas rurais (Tabela III). Em Canarana, nesse mesmo ano, a população urbana superou a população rural, mas com uma pequena margem ainda. Apenas Nova Xavantina já tinha uma percentagem mais elevada de pessoas vivendo na área urbana (Tabela III), superior a 70%.

Tabela V
Pessoas ocupadas, população economicamente ativa e taxa de desemprego nos municípios da área de estudo – 1991-2000.

Municípios	1991			2000		
	Pessoas Ocupadas (PO)	Pessoas economicamente Ativas (PEA)	Taxa de Desemprego*	Pessoas Ocupadas (PO)	Pessoas economicamente Ativas (PEA)	Taxa de Desemprego
Água Boa	6.117	6.258	2,25%	7.182	7.948	9,63%
Canarana	4.680	4.833	4,15%	6.461	7.216	10,46%
Nova Xavantina	7.300	7.605	4,01%	7.273	8.531	14,74%
Querência	-	-	-	3.333	3.535	5,71%

Fonte: IPEADATA

OBS: Não há dados para Querência, pois o município foi criado em 1991.

No ano 2000, as taxas de desemprego aumentaram significativamente. Nova Xavantina responde pela maior taxa da fronteira da BR-158, com 14,74%, seguida por Canarana com 10,46%, Água Boa com 9,63% e Querência com 5,71%. Um dos prováveis fatores que provocaram o aumento do desemprego é a expansão do plantio da soja na década de 1990, quando se deu concomitantemente a chegada das grandes empresas comercializadoras do grão na região, quebrando o monopólio que antes eram exercidos pelas cooperativas¹⁹. Outro fator, que veio na esteira da soja, foi o aumento da mecanização da produção, com a presença cada vez maior dos objetos técnicos requeridos pela atividade sojifeira para ser competitivo e viável na região.

Sendo assim, boa parte dos migrantes que buscavam se estabelecerem como pequenos proprietários viam essa possibilidade cada vez mais remota, sendo obrigados a se

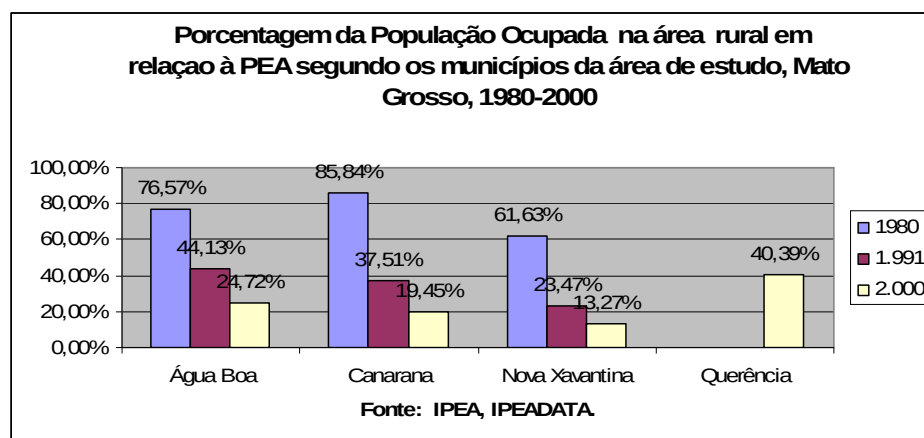
¹⁹ A questão das cooperativas e a ocupação do espaço da fronteira serão apresentadas de forma aprofundada no Capítulo III.

estabelecerem nas áreas urbanas, onde tentariam garantir sua reprodução através da sua inserção no setor de serviços, que como já vimos anteriormente, é o que responde pela maior fatia do PIB desses municípios, excetuando-se o município de Querência.

A década de 1990 representou um momento em que essa fronteira adquiriu novos contornos, pois sua expansão relacionava-se cada vez mais com a tecnificação da agricultura, ao investimento de capital, à intensidade da produção, à monocultura e à grande propriedade. Tal modelo de expansão não poderia ter um resultado diferente no que se refere à questão do emprego na região, gerando o seguinte paradoxo: tem-se um território em que a agricultura tem grande participação na economia regional, contudo a grande maioria dos habitantes não tem inserção nessa atividade.

Auxiliando a compreender a discussão acima, observemos o Gráfico VI, que nos mostrará a evolução da população ocupada²⁰ na porção rural dos municípios, seu percentual perante a PEA dos mesmos.

Gráfico VI



Constatamos que no período 1980-2000 todos os municípios apresentaram uma redução drástica no percentual de pessoas ocupadas nas áreas rurais. Em 1980, podemos afirmar que a fronteira da BR-158 se configurava como um espaço no qual a área rural era responsável pela maior parte dos empregos. Assim, nesse ano, Canarana tinha 85,84% da população ocupada na área rural, seguido por Água Boa (76,57%) e Nova Xavantina (61,63%).

²⁰ Tomando por base o Censo Demográfico do IBGE, o IPEA chama a atenção para a definição de pessoa ocupada, que seria “No Censo, foi considerada como OCUPADA a pessoa que trabalhou nos últimos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, ou parte deles”.

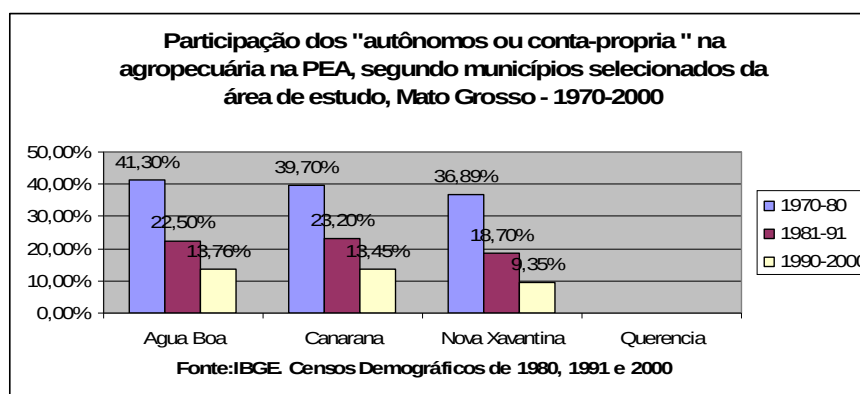
Já em 1991 as áreas rurais deixaram de responder pela maior parcela de pessoas ocupadas na fronteira em questão. Contudo, ainda apresentavam valores significativos de representação.

Em 2000, temos percentuais bem menores do que aqueles apresentados em 1980. Assim, Nova Xavantina é o município com menor percentual de população ocupada em área rural (13,27%). Canarana e Água Boa também registraram baixos valores, com 19,45% e 24,72%, respectivamente. Querência, ainda tem uma representação significativa de sua área rural, que responde por 40,39% da população ocupada. Como já vimos no início deste tópico, a agropecuária, diferentemente dos outros municípios, ainda responde pela maior fatia do PIB municipal. Portanto, esses dois fatores estão intimamente relacionados.

Temos assim uma relevante diferença, com visível dimensão territorial, que se manifesta na capacidade das áreas rurais em empregar a PEA. Sendo assim, Querência não estaria ainda no mesmo padrão apresentado pelos municípios vizinhos, fato que está associado ao que já dissemos anteriormente quanto à sua ocupação mais tardia. O avanço da fronteira agrícola se deu, nos outros municípios primeiro.

Agora, no que tange a participação dos “autônomos ou conta-própria”²¹ na agropecuária, observamos, com o auxílio do Gráfico VII, que a participação dessa categoria apresentou uma forte redução da década de 1970 até ano 2000. Essa categoria²², que seria representativa do pequeno produtor familiar, diminuiu em todos os municípios da fronteira.

Gráfico VII



²¹ Acreditamos que, dentre as possibilidades oferecidas pelo Censo Demográfico, esta categoria seria a que mais se aproxima da identificação do pequeno proprietário familiar.

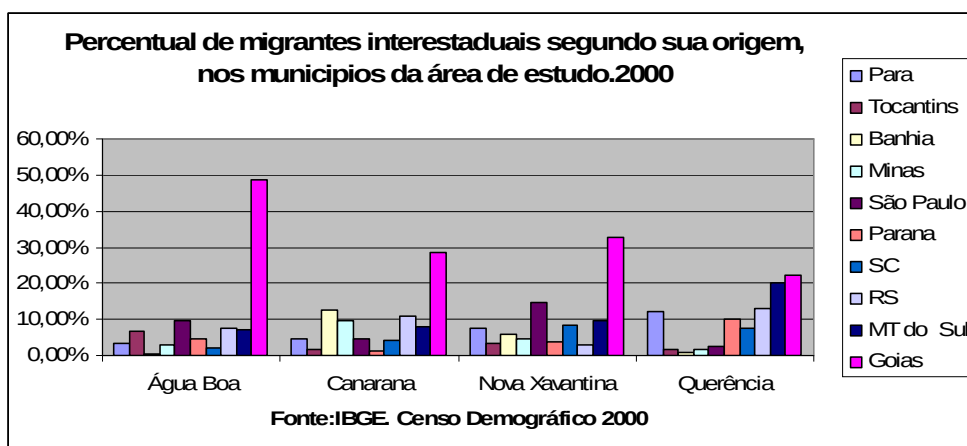
²² De acordo com CUNHA (2006, p. 102) “É importante alertar para o fato de que, no Censo de 2000, existe uma possibilidade de que na categoria “conta-própria na agropecuária” estejam também contabilizados os parceiros e meeiros, cuja condição não foi levantada no referido censo. Assim, em comparação com os censos anteriores, os percentuais apresentados podem estar até sobre estimados, muito embora o peso de parceiros e meeiros historicamente tenha sido pouco representativo no Estado.

No período 1970-1980, os autônomos alcançavam índices expressivos na região. Água Boa foi o município em que essa categoria representou a maior parcela da PEA, com 41,30%, seguido por Canarana (39,70%) e Nova Xavantina (36,89%).

No período 1990-2000, o qual coincide com a quebra das cooperativas agrícolas e de colonização na região, e com a chegada das grandes empresas, tais como Bunge e Cargill, registrou uma forte diminuição da participação do pequeno proprietário (autônomo) na fronteira. Tal redução está, sem dúvidas, relacionada a transformação produtiva pela qual a fronteira estudada passou, com o predomínio da pecuária e da atividade sojifeira. Tem-se assim, um cenário de uma fronteira que se urbaniza rapidamente e que, portanto, oferecem poucas alternativas aos seus habitantes, em particular aqueles ligados ao meio rural.

Finalmente, encerrando esse tópico, veremos agora, pela análise do Gráfico VIII, as principais origens dos fluxos migratórios recentes²³ para a fronteira da BR-158.

Gráfico VIII



A primeira constatação imediata, no que se refere a origem dos migrantes é que, em todos os municípios, predominou o fluxo migratório oriundo de Goiás. Água Boa foi o município no qual os migrantes interestaduais desse estado atingiram o maior percentual, com 48,67%, sendo seguido por Nova Xavantina (32,86%), Canarana (28,56%) e Querência (22,37%). Vale ressaltar que Nova Xavantina e Água Boa estão mais próximos geograficamente ao estado de Goiás, o que, com certeza tem influencia na maior

²³ Cabe aqui uma explicação de caráter metodológico. Usamos a definição do IBGE, que captou como migrantes aqueles que não residiam no município até cinco anos antes do recenseamento. Assim, o migrante interestadual aqui é aquele que até 31/07/95 residia em outro estado.

representatividade desses migrantes nesses dois municípios.

Depois de observar esse padrão comum a todos os municípios, trataremos isoladamente cada município agora. Tal fato justifica-se na medida em que, depois que identificamos esse fluxo migratório principal, comum a todos os municípios, percebemos diferenças marcantes entre todos os municípios no que se refere à origem dos migrantes, nos levando assim a esse procedimento, que acreditamos ter maior capacidade explicativa.

Em Água Boa, o 2º fluxo migratório mais importante no final da década de 1990 foi aquele com origem no Estado de São Paulo, respondendo por 10% do total de migrantes interestaduais no município. Em seguida temos os migrantes provenientes do Rio Grande do Sul (7,68%), do Mato Grosso do Sul (7,24%) e do Tocantins (6,67%).

Canarana teve como 2º fluxo mais representativo o de baianos, que respondeu por 12,70% do total de migrantes interestaduais. O Rio Grande do Sul aparece logo depois, com 10,93%, seguido por Minas Gerais (9,72%) e Mato Grosso do Sul (7,78%).

O Município de Nova Xavantina, assim como o de Água Boa, também recebeu significativo número de paulistas (14,59%) que representaram o 2º fluxo migratório mais importante. Em seguida temos os migrantes oriundos do Mato Grosso do Sul (9,53%), os de Santa Catarina (8,44%) e os do Pará (7,44%).

Em Querência, os migrantes de Mato Grosso Sul formaram o 2º fluxo mais importante, respondendo por 20,09% do total de migrantes, um valor bem próximo ao de Goianos (22,37%). Foi apenas nesse município que os migrantes oriundos da Região Sul apresentaram valores significativos como um todo, isto é, nos outros municípios apenas um dos estados da região sul figurava como origem relevante de um fluxo migratório. Assim, o Rio Grande do Sul respondeu por 12,90% do total de migrantes, o Paraná participou com 9,45% e Santa Catarina com 7,45%. Outro estado que figurou como importante local de origem dos migrantes de Querência foi o Pará, que participou com 12,29%. Vale lembrar que Querência é o município mais ao norte da fronteira que estudamos, estando, portanto mais próximo do referido estado.

Depois dessa análise isolada de cada município, podemos afirmar com mais propriedade ainda, a significativa diferenciação interna da fronteira da BR-158, pois no que tange a origem dos migrantes recentes, verificamos que não há uma correspondência de todos os municípios quanto à origem dos fluxos migratórios.

Observamos também, de forma geral, a diminuição da importância do fluxo migratório originado do Sul do país, que era forte na década de 1970 e 1980. Nesse período, é sabido que

o Estado, através de vários programas e projetos, incentivava a ida de pessoas do Sul do país para o Centro-Oeste²⁴.

2.3. Estrutura fundiária

No que se refere a estrutura fundiária dominante na fronteira da BR-158, podemos afirmar que apresenta padrão próximo ao do estado, com uma forte concentração da terra, marcada pelo predomínio dos estabelecimentos agropecuários de maior tamanho em hectare. Para vislumbrar melhor essa questão, vejamos as Tabelas VI e VII.

Tabela VI
Percentual do número de estabelecimentos segundo os grupos de área - 1996

Municípios	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 a menos de 2.000 ha	2.000 a menos de 5.000 ha	5.000 a menos de 10.000 ha	10.000 a menos de 100.000 h	100.000 ha e mais
Água Boa	22,51	15,81	19,09	9,83	5,98	7,55	2,14	1,42	-
Canarana	3,87	8,92	32,15	17,00	10,61	9,60	4,04	1,35	-
Nova Xavantina	27,25	19,56	18,76	5,19	3,79	1,90	1,50	0,50	-
Querência	8,27	47,12	11,51	2,52	6,47	4,68	1,44	5,04	0,36
Total (estado)	18,33	13,63	11,03	5,63	4,47	3,40	1,32	0,95	0,02

Fonte: Censo Agropecuário, 1996

Considerando num primeiro momento, padrões mais gerais, percebemos, com o auxílio da Tabela I que, o maior número de estabelecimentos agropecuários se concentra nos estratos de terra inferiores a 500 hectares, isto é, os que se enquadram no que é definido como pequena ou média²⁵ propriedade no padrão fundiário do cerrado mato-grossense. Os estratos que se enquadram nas médias propriedades – de 500 ha a 2.000 ha – apresentam alguma expressão. O número de estabelecimentos nas propriedades situadas no grupo de área de 2000 a menos de 5.000 hectares alcança valores com alguma relevância apenas em dois municípios.

²⁴ Discutiremos melhor esse tema no Capítulo III.

²⁵ Informações obtidas a partir de material da SEPLAN. Secretaria de Planejamento - SEPLAN/Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários - SAAF, 1994. As propriedades com menos de 500 hectares são consideradas pequenas.

Nos grupos de área acima de 5.000 hectares o número de propriedades é pouco expressivo em todos os municípios.

Analisando casos particulares agora, constatamos que Nova Xavantina e Água Boa são os municípios com o maior número de estabelecimentos no menor estrato de área, registrando 27,25% e 22,51%, respectivamente.

Tabela VII
Área dos estabelecimentos agropecuários (%) segundo grupos de área nos municípios da área de estudo. 1996

Municípios	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha	500 a menos de 1.000 ha	1.000 a menos de 2.000 ha	2.000 a menos de 5.000 ha	5.000 a menos de 10.000 ha	10.000 a menos de 100.000 ha	100.000 ha e mais
Água Boa	1,73	2,30	6,89	7,50	9,17	25,24	15,86	30,96	-
Canarana	0,23	1,06	9,17	9,97	12,46	24,02	22,46	20,47	-
Nova Xavantina	4,81	5,91	13,03	8,62	12,22	13,04	25,87	15,20	-
Querência	0,30	2,51	1,85	0,91	4,34	6,97	5,18	54,74	23,08
Total (estado)	1,97	2,78	5,49	6,25	9,83	16,29	14,66	32,13	9,29

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996

No que se refere à área dos estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de áreas, observamos, com o auxílio da Tabela VII que, apesar da maioria dos estabelecimentos estarem concentrados nos grupos de área que corresponderiam às pequenas propriedades, são os estratos de terra de tamanho superior a 2.000 hectares, portanto, as grandes propriedades, que ocupam a maior área, num padrão que também é comum ao estado de Mato Grosso.

Nova Xavantina é o município no qual os estabelecimentos situados nos grupos de área situados na faixa inferior a 500 hectares alcançam maior representatividade, confirmando assim, observações realizadas no trabalho de campo, onde pudemos perceber que Nova Xavantina dava sinais de ter uma estrutura fundiária menos concentrada do que em outros municípios da fronteira, na qual a pequena propriedade alcança índices expressivos. Assim, os estabelecimentos situados na faixa citada acima ocupam 23,70% da área do total ocupada por estabelecimentos agropecuários. BONFANTI (2006, p.76) nos ajuda a demonstrar tal fato, ao

chamar a atenção para a particularidade de Nova Xavantina no que se refere a sua estrutura fundiária e o plantio da soja, quando comparada a outras áreas do Cerrado:

“Enquanto têm-se estudos e pesquisas comprovando que na área do cerrado brasileiro as propriedades que cultivam a soja são na sua maioria maiores que 1000 hectares, Nova Xavantina tem 60% das propriedades com menos de 500 hectares”.

Contudo, vale ressaltar que mesmo assim, há uma forte concentração da terra nesse município, na medida em que os 3,90% dos estabelecimentos situados nas propriedades com mais de 2000 hectares ocupam 54,07% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários.

Em Água Boa os 11,11% de estabelecimentos enquadrados no referido estrato fundiário respondem por 72,06% da área ocupada. Em Canarana temos 14,99% dos estabelecimentos acima de 2000 hectares ocupando 66,95% da área. Confirma-se assim, que a concentração da terra é padrão na fronteira da BR-158.

Citamos agora, propositalmente por último, o município de Querência, pois temos aqui, uma concentração da terra muito forte, bem superior aos dos outros municípios. Nesse município, os 6,84% dos estabelecimentos com mais de 2.000 hectares respondem por 89,97% da área ocupada por estabelecimentos, valor esse muito superior ao registrado pelos demais municípios. Observamos também, na análise conjunta das Tabelas VI e VII que, em Querência, os 5,04% de propriedades no grupo de área de 10.000 a menos de 100.000 hectares respondem por 54,74% da área. Querência foi também, o único município a apresentar propriedades no grupo de área correspondente aos maiores estabelecimentos, aqueles acima de 100.000 hectares. Assim, os 0,36% de estabelecimentos que figuram nesse grupo de área, ocupam 23,08% da área total dos estabelecimentos, explicitando ainda mais a polarização da propriedade da terra nesse município.

Constata-se que a estrutura da propriedade da terra é concentrada nas mãos de poucos proprietários. Sem dúvidas, tal estrutura está associada ao planejamento governamental implantado na década de 1970, que através de Programas como o POLOCENTRO e o POLAMAZÔNIA, priorizaram os grandes projetos agropecuários e as grandes empresas, resultando em enormes latifúndios. Assim, atividades econômicas que se desenvolveram predominantemente nessa fronteira, a saber, a pecuária extensiva e a atividade sojifeira a partir da década de 1990, também contribuíram para tal modelo nefasto de concentração fundiária.

Veremos agora, com o auxílio das Tabelas VIII e IX, a evolução da área dos estabelecimentos agropecuários de acordo com a utilização das terras.

Tabela VIII
Área dos estabelecimentos agropecuários (hectare) segundo a
utilização das terras – 1996-2006

1996							2006			
Municípios	Total	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Pastagens	Matas e florestas	Total	Lavouras Perma-nentes	Lavouras tempo-rárias	Pasta-gens	Matas e flores-tas
Água Boa	639.596	1.877	76.594	371.072	169.806	380.693	5.318	26.830	237.227	100.906
Canarana	698.199	143	41.090	331.640	310.152	712.995	285	83.246	365.066	258.319
Nova Xavantina	421.515	4.182	32.846	255.555	104.736	428.794	753	34.943	285.230	93.387
Querência	565.497	1.948	28.563	214.998	309.980	524.132	3.506	112.811	99.775	304.658

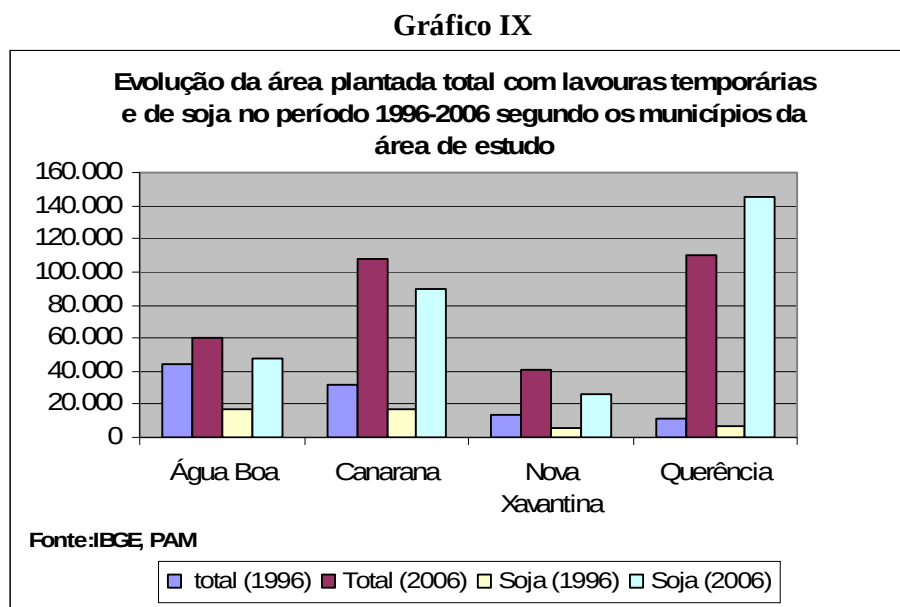
Fonte: Censo Agropecuário 1996 e SIDRA, Resultados preliminares do Censo Agropecuário 2006.

A primeira observação importante que pudemos apreciar na tabela em questão foi a de que, da área da fronteira agrícola referente ao território ocupado pelos estabelecimentos agropecuários, as pastagens utilizam a maior parte desse território. Pode-se afirmar que a pecuária é nessa região, assim como no Mato Grosso, a atividade que mais utiliza o solo. No período 1996-2006 o Município de Água Boa apresentou uma forte redução na área de pastagens, passando de 371.072 hectares para 237.227 hectares. Querência também registrou uma forte redução das áreas dos estabelecimentos voltadas para a pecuária, passando de 214.998 hectares para 99.775 hectares. Somente Canarana e Nova Xavantina apresentaram aumento na área ocupada por pastagens. Assim, o primeiro apresentou um aumento de 331.640 hectares para 365.066 hectares. Já o segundo município em questão registrou um aumento de 255.555 hectares para 285.230 hectares.

Portanto, no período em questão, a pecuária não conheceu uma grande expansão na fronteira em estudo.

Outra constatação geral que nos chamou a atenção na Tabela VIII foi o aumento da área das lavouras temporárias nos municípios, no período 1996-2006, com exceção de Água Boa, onde ocorreu uma forte diminuição da área dos estabelecimentos voltados para essa utilização da terra, com uma retração de 76.594 hectares para 26.830 hectares. Nova Xavantina apresentou um tímido aumento na área de suas lavouras temporárias, passando de

32.846 hectares para 34.943 hectares. Canarana registrou um expressivo aumento no que tange as lavouras temporárias, mudando de 41.090 hectares para 83.246 hectares, ou seja, dobrando sua área de lavouras temporárias. Contudo, foi Querência que registrou um aumento que poderíamos chamar de espetacular, passando de 28.563 hectares para 112.811 hectares, praticamente quadruplicando sua área destinada às lavouras temporárias. Como interpretar tal aumento das lavouras temporárias? Quais seriam as culturas que puxaram esse aumento? Para esclarecer tais indagações temos que adiantar determinados dados que seriam usados no tópico referente à caracterização da produção agropecuária da fronteira. Sendo assim, vejamos o Gráfico IX abaixo.



No Gráfico IX pode-se contemplar o total da área plantada com lavouras temporárias, bem como, o total de área plantada com a lavoura de soja entre os anos de 1996 e 2006, a fim de confirmar a visibilidade do quanto o cultivo de soja é representativo dentro do quadro total de cultivos temporários nos municípios em análise.

Pôde-se perceber que a extensão de área plantada é crescente no intervalo de tempo proposto quase em todos os municípios. Além disto, a área plantada de soja já era representativa desde 1996 dentro do total de lavouras temporárias, sendo que em 2006, seu papel é ainda mais relevante, principalmente nos municípios de Canarana e Querência.

Dentro do grupo total de lavouras temporárias, com exceção da soja, três outros cultivos se destacam, sendo eles: o algodão, o milho e o arroz. Além destes três, estão presentes outros cultivos diversificados, como o abacaxi e a mandioca, os quais, contudo, não representam concorrentes diretos ao mercado sojífero.

Sendo assim, observamos que os dados do gráfico em questão corroboram as constatações verificadas na Tabela VIII, no que tange às lavouras temporárias. Portanto, no gráfico pudemos constatar que foram Canarana e principalmente Querência que apresentaram aumentos mais expressivos na área plantada com lavouras temporárias e na área plantada com soja. O primeiro município em questão registrou um forte aumento da área total com lavouras temporárias, que se traduziu nos seguintes valores: de 31.950 hectares em 1996 para 107.500 hectares em 2006, mais do que triplicando tal área em 10 anos. No que se refere à área plantada com soja, o aumento foi bem mais intenso, registrando um crescimento de 17000 hectares em 1996 para 89.759 hectares em 2006, ou seja, mais do que quintuplicando a área plantada com soja.

Já Querência apresentou um fantástico crescimento de sua área plantada com as lavouras temporárias enumeradas acima, pois tal área aumentou de 11.044 hectares para 110.345 hectares, isto é, a referida área plantada foi multiplicada por dez no período. A área plantada com soja, por sua vez, teve um crescimento maior ainda, passando de apenas 7.000 hectares em 1996 para 145.000 hectares em 2006, um crescimento de 2071% em 10 anos.

Pelo exposto acima, podemos afirmar que o crescimento agrícola recente na fronteira em estudo, principalmente no que tange a soja, se caracterizou por uma forte expansão da área plantada, rompendo com um padrão de crescimento agrícola em que essa área cresceu muito pouco durante toda a década de 1990²⁶.

É de suma importância ressaltar aqui que, a expressiva expansão de área plantada se beneficiou do aumento e da renovação recentes do estoque de tratores e máquinas agrícolas no Brasil, graças maior facilidade de aquisição, por parte dos agricultores, de máquinas e implementos agrícolas a partir do ano agrícola 2000/01, graças ao Programa de Modernização da Frota de Tratores e Máquinas Agrícolas (o Moderfrota). Portanto, foi justamente a partir de 2002, que os aumentos mais expressivos na área plantada ocorreram.

Sendo assim, fica mais fácil compreender os índices apresentados por estes dois municípios na Tabela VIII, pois detectamos aqui, os elementos fundamentais responsáveis por aquele aumento.

²⁶ Discutiremos melhor essa questão no próximo tópico deste capítulo.

Vale ressaltar aqui que a diferenciação espacial interna da fronteira estudada se fez presente também neste momento, no qual temos diferenças marcantes entre os municípios, no que tange ao aumento tanto da área plantada com lavouras temporárias que não a soja quanto a própria. Não houve, portanto um comportamento padronizado nesta fronteira, o qual traduzisse uma homogeneidade da mesma.

Continuando o tópico, veremos agora, com o auxílio da Tabela IX, a % do número de estabelecimentos agropecuários segundo a utilização da terra nos municípios selecionados.

Tabela IX
Porcentagem do número de estabelecimentos segundo o uso da terra nos
Municípios da área de estudo – 1996-2006

1996				2006		
Municípios	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Pastagens	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Pastagens
Água Boa	22,22	51,00	89,60	7,82	25,88	91,92
Canarana	3,87	43,77	92,26	12,05	38,64	84,94
Nova Xavantina	24,25	41,72	92,71	3,90	29,72	92,34
Querência	18,35	68,35	88,85	4,24	31,97	80,26

Fonte: Censo Agropecuário 1996 e resultados preliminares do Censo agropecuário 2006.

Podemos observar que o número de estabelecimentos agropecuários inseridos na categoria de uso da terra correspondente às lavouras temporárias apresentou um decréscimo no período 1996-2006 em todos os municípios. Contudo, pudemos constatar na tabela anterior, que em três dos municípios estudados ocorreu um aumento da área de lavouras temporárias no mesmo período. Sendo assim, se a diminuição no número de estabelecimentos em lavouras temporárias foi acompanhada por um aumento da área destas, podemos supor que houve um aumento da concentração da terra na região. No trabalho de campo, pudemos conversar com alguns pequenos e médios produtores, os quais afirmaram que era cada vez mais forte o processo em que os grandes produtores, aqueles com propriedades acima de 10.000 hectares, compravam ou arrendavam as terras dos primeiros. Com o aumento dos custos de produção, muitos produtores se encontram endividados, e o retorno financeiro da soja está custando a vir, obrigando muitos, a venderem suas terras. De acordo com matéria do Jornal Valor Econômico (29/08/2007) estima-se que na crise de preço, dos últimos três anos, cerca de 500 médios agricultores perderam as terras e venderam para os grandes proprietários. Assim, ainda segundo o Jornal:

“A "classe média" segue pressionada pelo menor poder de barganha com tradings, multinacionais de defensivos e fertilizantes, além de bancos. A situação é agravada pela demora do governo em fazer chegar ao campo a ajuda anunciada. "A burocracia complica ainda mais a reversão dessa tendência", diz o produtor Gilberto Goellner. Há 300 grandes produtores, que plantam de 10 mil a 15 mil hectares, prontos para arrebatar as terras dos menores. "Sem dúvida, esse movimento preocupa muito", diz Olímpio Vasconcelos, gerente de Mercado de Agronegócios do Banco do Brasil em Mato Grosso”.

Sendo assim, pelas informações obtidas na ida a campo, e a partir da reportagem citada, reiteramos nossa afirmação para explicar a concomitante redução do número de estabelecimentos na categoria de lavouras temporárias e aumento da área dessas lavouras.

Finalizando essa parte, o número de estabelecimentos associados à agropecuária permaneceu quase que inalterado nos municípios estudados no período em questão.

Veremos agora a relação do número de estabelecimentos e também da área dos mesmos, de acordo com a condição do produtor. Para tanto, utilizaremos as Tabelas X e XI.

Tabela X
Número de estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor nos municípios da área de estudo – 1996

Municípios	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Água Boa	702	473	68	16	145
Canarana	594	518	41	1	34
Nova Xavantina	1001	912	54	2	34
Querência	278	271	7	-	-

Fonte: Censo Agropecuário 1996.

Observa-se que predomina fortemente, em todos os municípios, a figura do proprietário, isto é, foi essa categoria que alcançou os resultados mais expressivos. Num contexto em que temos a progressiva penetração das relações capitalistas na fronteira, tal padrão é coerente nesse determinado momento de sua construção.

Por outro lado, é pouco expressiva a participação do número de produtores rurais enquadrados nas categorias de arrendatário e parceiro, no total de estabelecimentos da fronteira da BR-158. A figura do ocupante (posseiro) apresenta um valor significativo apenas em Água Boa, onde a participação dessa categoria alcança 20% do total de estabelecimentos.

O IBGE ainda não divulgou as mesmas informações referentes ao ano de 2006, mas acreditamos que atualmente, o arrendamento assume maior importância que em 1996, pois como verificamos em campo, são cada vez mais comuns os médios ou pequenos proprietários arrendarem suas terras para os grandes proprietários. Nos últimos anos ocorreu um forte aumento da área cultivada com soja. De acordo com Giovanni Muller²⁷, gerente da fazenda Viana, em Nova Xavantina, tal aumento da área cultivada se deu através da compra de terras e, principalmente, de **arrendamento**. Segundo ele, o valor do aluguel de terras subiu 60% nos últimos quatro anos em Mato Grosso.

Tabela XI
Área dos estabelecimentos agropecuários (em hectare e %) segundo a condição do produtor nos municípios da área de estudo – 1996

Municípios	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Água Boa	639.596,081	586.542,134	33.545,600	2.404,750	17.103,597
Canarana	698.198,804	662.139,977	26.981,000	1.050,000	8.027,827
Nova Xavantina	421.515,380	408.517,470	7.619,710	1.183,000	4.195,200
Querência	565.496,680	564.991,180	505,500	-	-
Municípios	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Água Boa	100,00%	91,71%	5,24%	0,38%	2,67%
Canarana	100,00%	94,84%	3,86%	0,15%	1,15%
Nova Xavantina	100,00%	96,92%	1,81%	0,28%	1,00%

Fonte: Censo Agropecuário 1996

Na Tabela XI, pudemos apreciar a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor. Constatamos que a categoria dos proprietários apresenta um domínio avassalador no que tange a área ocupada pelos estabelecimentos. No município de Querência praticamente só existe ocupação das terras agrícolas por proprietários, pois estes ocuparam 99,91% da área total de estabelecimentos agropecuários. Todos os demais municípios apresentaram valores superiores a 90% de ocupação de área por proprietários.

O produtor sob a condição de arrendatário acalca alguma expressão apenas em Água Boa (5,24%) e Canarana (3,86%).

²⁷ Informação obtida em campo, através de uma entrevista realizada em 25/07/2007, no município de Nova Xavantina.

2.4. Produção agropecuária

Faremos nessa parte do trabalho uma caracterização da atividade agropecuária na fronteira da BR-158, destacando as atividades mais relevantes no território.

Na Tabela XII podemos apreciar a evolução recente da produção agrícola das principais lavouras temporárias da fronteira da BR-158. Observamos de imediato que a soja é o principal produto agrícola da região, alcançando os valores de produção em toneladas mais expressivos. O arroz aparece como o 2º cultivo mais importante, tendo logo a seguir o milho. Vale lembrar que no início da colonização da fronteira, o arroz foi o produto escolhido, e para cultivá-lo os agricultores recebiam incentivos oficiais do poder público. Atualmente, Querência se destaca como maior produtor de arroz, com 90.000 toneladas, seguido por Água Boa (85.777 toneladas), Canarana (36.490 toneladas) e Nova Xavantina (10.260 toneladas).

Outros cultivos, como a mandioca e a cana de açúcar não foram citados aqui, pois não apresentam valores de produção significativos.

No que se refere ao milho, a sua produção decresceu em todo o período, atestando a diminuição da importância desse cultivo perante a expansão da soja.

O algodão só figura com valores significativos no município de Nova Xavantina, que registrou um expressivo crescimento na produção desse cultivo no período 2000-2006, a qual passou de 804 toneladas para 9.435 toneladas.

Em 1996, ano que está inserido no período em que a soja começava a sua expansão na região, verifica-se que essa cultura já era preponderante em três municípios: Canarana, Nova Xavantina e Querência. Apenas em Água Boa o arroz sobrepujava a soja.

Em 2000, temos a mesma situação, com o predomínio da soja nos três municípios já citados, e da mesma forma o do arroz em Água Boa.

Por outro ângulo de análise, comparando a evolução da soja entre 1996 e 2000, verificamos que houve um expressivo crescimento da produção nos mesmos três municípios, enquanto em Água Boa, a produção decresceu no período. Assim, em termos absolutos, o maior crescimento foi registrado pelo município de Canarana, que viu sua produção aumentar de 41.820 toneladas para 105.000 toneladas. A produção de Nova Xavantina cresceu de 12.000 para 43.200 toneladas. Querência, município no qual o plantio da soja foi posterior aos demais municípios; registrou um aumento de sua produção de 16.800 toneladas para 45.792 toneladas.

Tabela XII
Produção agrícola das lavouras temporárias mais relevantes nos municípios
da área de estudo – 1996, 2000 e 2006.

Municípios	Lavouras temporárias	1996	2000	2006
Água Boa	Arroz (em casca)	42.660	43.075	85.277
	Milho (em grão)	7.200	8.075	6.000
	Soja (em grão)	37.794	28.034	129 600
Canarana	Arroz (em casca) (Tonelada)	15.184	36.000	36.490
	Milho (em grão) (Tonelada)	9.180	5.400	5.400
	Soja (em grão) (Tonelada)	41.820	105.000	226 193
Nova Xavantina	Algodão herbáceo (em caroço)	-	804	9.435
	Arroz (em casca) (Tonelada)	3.460	3.810	10.260
	Milho (em grão) (Tonelada)	4.080	6.300	3.000
	Soja (em grão)	12.000	43.200	55.474
Querência	Arroz (em casca)	5.250	40.590	90.000
	Milho (em grão)	1.300	3.375	810
	Soja (em grão)	16.800	45.792	461.100
Municípios	Lavouras temporárias	1996	2000	2006
Água Boa	Arroz (em casca)	42.660	43.075	85.277
	Milho (em grão)	7.200	8.075	6.000
	Soja (em grão)	37.794	28.034	129 600
Canarana	Arroz (em casca) (Tonelada)	15.184	36.000	36.490
	Milho (em grão) (Tonelada)	9.180	5.400	5.400
	Soja (em grão) (Tonelada)	41.820	105.000	226 193
Nova Xavantina	Algodão herbáceo (em caroço)	-	804	9.435
	Arroz (em casca) (Tonelada)	3.460	3.810	10.260
	Milho (em grão) (Tonelada)	4.080	6.300	3.000
	Soja (em grão)	12.000	43.200	55 474
Querência	Arroz (em casca)	5.250	40.590	90.000
	Milho (em grão)	1.300	3.375	810
	Soja (em grão)	16.800	45.792	461 100

Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal (PAM).

No período 2000-2006, a produção de soja cresceu em todos os municípios. Água Boa, que nos anos anteriores apresentou um decréscimo na produção, assistiu dessa vez a mais do que triplicar no referido período, passando de 28.034 toneladas para 129.600 toneladas, assumindo a posição de 3º município em produção de soja. Canarana aparece em 2º lugar, pois sua produção cresceu de 105.000 para 226.193 toneladas. Querência assume a posição absoluta de maior produtor, pois sua produção aumentou em mais de 10 vezes, passando de 45.792 toneladas para 461.100 toneladas.

Realizando agora, uma comparação entre os anos de 1996 e 2006, verificamos que, no município de Querência o percentual de crescimento da produção (2.644,64%) foi muito superior ao percentual de crescimento da área colhida (1.971,42%). Essa superioridade é explicada pelo fato de que no município de Querência estão as melhores condições naturais para a realização da produção sojifeira¹⁶, as quais, aliadas à intensa utilização de ciência e tecnologia no processo produtivo, propiciam a obtenção de tais resultados.

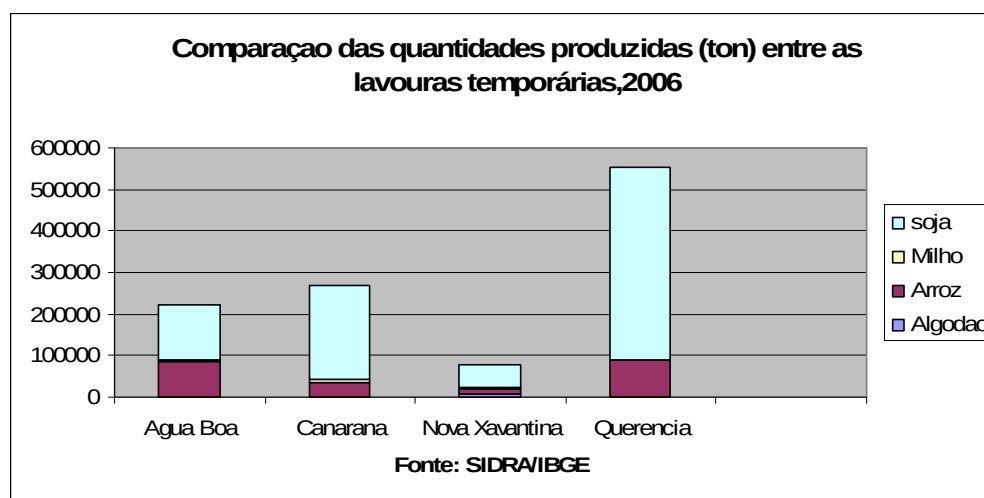
O fato do crescimento da produção superar o da área revela a forte tendência à aplicação de elevados níveis tecnológicos no sistema produtivo (BERNARDES, 1996).

A produção de soja da fronteira da BR-158 somou como um todo 872.367 toneladas. É um número considerável e que suscita grande movimentação nos armazéns de recebimento e na BR-158 em direção ao Sul do país, atualmente a única via de escoamento.

Com a perspectiva de uma nova logística em curso, ou seja, escoar a produção pelo norte através da BR-158 até Marabá-PA e seguindo por Hidrovia e ferrovia até o Porto de Itaqui em São Luiz-MA, diminuindo o custo do frete, aumenta muito as possibilidades de expansão da atividade na fronteira agrícola demarcada por nossa pesquisa. Para o sistema multimodal tornar-se realidade, o grande desafio é asfaltar 500 Km da BR-158 em território mato-grossense.

Para ter uma melhor idéia da preponderância da soja diante das outras culturas veremos o Gráfico X.

Gráfico X

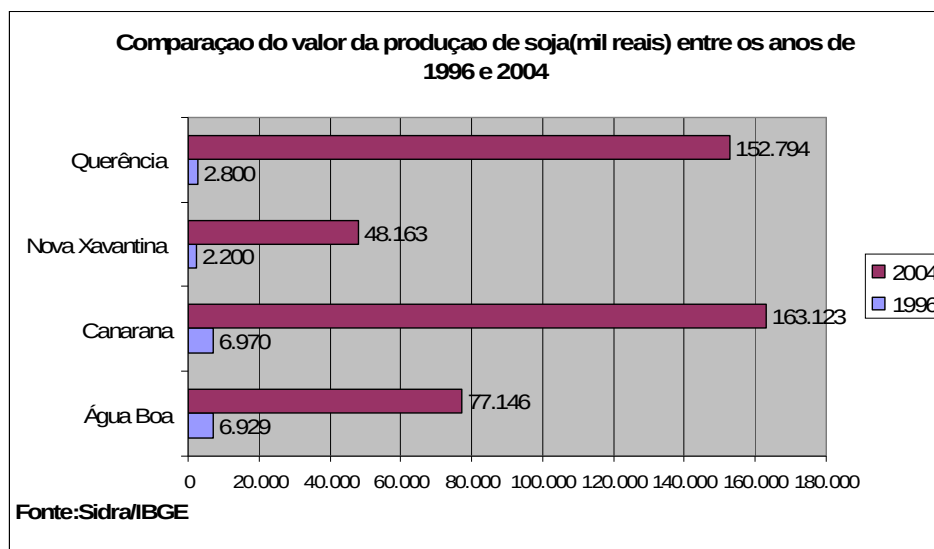


¹⁶ Segundo o gerente da Fazenda Tanguro em Querência, Gilmar S.L, nesse município uma determinada área produz 10% mais que uma área de igual tamanho nos outros municípios da região.

Nesse gráfico, podemos vislumbrar a posição da soja perante as outras culturas. Sendo assim, observamos que é no Município de Querência que a soja apresenta um domínio avassalador, pois sua produção é muito superior a das demais culturas. Em Canarana o predomínio da soja também é forte, porém em grau significativamente menor do que em Querência. Em Nova Xavantina, a produção de soja também supera a soma das outras culturas. É no município de Água Boa que o domínio da soja é mais tímido, indicando a maior divisão da importância dos diferentes cultivos na economia municipal.

Para se entender de fato como a soja está se expandindo para a fronteira em estudo ao longo do eixo da BR-158, o Gráfico XI revela o valor da produção de soja nos anos de 1996 e 2004. Destarte, as barras em azul e vermelho que representam, respectivamente, aos anos de 1996 e 2004, mostram o valor da produção de soja em mil reais. No Gráfico XII, podemos contemplar o percentual que este produto exerce dentro do quadro total de lavouras temporárias em cada um dos municípios, as quais eram preponderantes na área previamente à sua entrada.

Gráfico XI



Observa-se, através da análise do Gráfico XI que houve um aumento impressionante nos valores da produção dos municípios em estudo. Em todos os municípios, o aumento no valor da produção foi superior a 1.000%.

O aumento mais fantástico se deu no município de Querência, no qual ocorreu um acréscimo de 5.356,69% no volume de recursos financeiros oriundos da atividade sojifera.

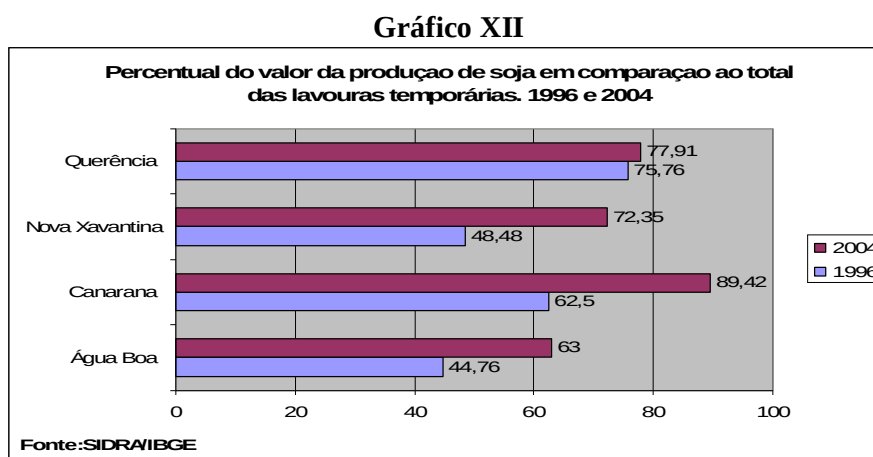
Assim, em 1996 a produção de soja em Querência alcançava apenas R\$ 2800000. Em 2004, tal produção atingiu a cifra de R\$ 152.794.000.

Em segundo lugar aparece o município de Canarana, com 2.240,35% de crescimento no valor da produção da soja, seguido por Nova Xavantina (2.089,22%) e Água Boa (1.013,37%).

Esses números comprovam o dinamismo instalado nessas áreas, no sentido de euforia que atinge alguns setores da sociedade e constitui um forte argumento para a expansão com reflexos de alcance regional. Aumenta assim, o poder de barganha na busca por melhores condições estruturais, como por exemplo, a efetivação de uma nova logística, a qual, pelo que temos acompanhado no âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), está em vias de implantação.

Nesse contexto, com a significativa expansão da atividade sojeira, a fronteira agrícola da BR-158 entra definitivamente na era do agronegócio, das grandes transações comerciais que essa *commodity* gera. Esse território chama a atenção e desperta interesses de grandes corporações (*tradings*), que em seus planejamentos de expansão, incluem necessariamente a presente fronteira.

Vale ressaltar que em outra região do estado, a Chapada dos Parecis, a produção de soja é bem superior ao total produzido na fronteira da BR-158. Naquela região o “boom” de expansão da soja se deu a partir de 1985 (Jardim, 1995).



Com o auxílio do Gráfico XII, podemos vislumbrar a preponderância da soja sobre as outras lavouras temporárias. Sendo assim, em 2004, Canarana e Querência foram, respectivamente, os municípios onde a soja exerceu maior participação em comparação a riqueza produzida pelas outras temporárias. Em Canarana, o valor da produção de soja representou 89,42% do valor total produzido pelas outras culturas. Já em Querência esse valor foi de 77,91%.

Podemos observar também, que esse aumento na participação da soja se deu em todos os municípios no período 1996-2004.

Veremos agora, com o auxílio da Tabela XIII, a evolução do rendimento médio²⁸ no território estudado. Nessa tabela é possível constatar o quanto a cultura da soja progrediu em termos de rendimento, ou seja, a quantidade colhida por hectare.

Tabela XIII
Evolução do rendimento da soja nos municípios da área de estudo
(nordeste mato-grossense) – 1990-2006 – kg/ha

Municípios	Períodos		
	1990	1995	2006
Água Boa	1600	2400	2700
Canarana	1550	2100	2520
Nova Xavantina	1400	2160	2100
Querência	-	2100	3180

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM).

Em 1990, todos os municípios da região apresentaram índices de rendimento médio bem inferior à média estadual (2006 kg/ha). Comparando com os principais municípios produtores da Chapada dos Parecis com os da região em estudo, percebemos que os índices de rendimento médio Chapada dos Parecis são bem superiores. Tratando do rendimento médio nos municípios da Chapada dos Parecis em 1990, JARDIM (2001, p. 42) afirma:

²⁸ Alguns autores substituem o termo rendimento médio pelo termo produtividade. Vale ressaltar que o presente autor não comunga com essa posição, pois acredita na posição de algumas obras que circulam nos meios acadêmicos e intelectuais, as quais afirmam que a produtividade está ligada ao trabalho e aos recursos técnicos de que dispõe determinado espaço. Sobre esta questão ver OFFE (1989).

“No que se refere ao rendimento médio, no período, Diamantino é o único dos municípios que tiveram valores de produção elevados a figurar entre os municípios com melhores valores de rendimento médio, com 2.100 kg/ha, destacando-se ainda Tangará da Serra (2.100 kg/ha), São José do Rio Claro (2.100 kg/ha) e Tapurah (2.040 kg/ha). Cabe destacar que esse grupo de municípios apresentou valores de rendimento médio superiores à média do estado (2.000 kg/ha) e da região (1.946 kg/ha)”.

Podemos deduzir, dessa forma, que o aparato técnico disponível na fronteira da BR-158 nessa época ainda era incipiente, na medida em que essa área apresenta desnível tão elevado quando comparada à região citada.

Já em 1995 ocorreu uma significativa melhora nos índices de rendimento médio em relação ao ano de 1990, pois os valores da região não ficaram muito abaixo da média do estado. No ano em questão, o dado relevante foi que apenas o município de Água Boa apresentou um índice de rendimento médio (2.400 kg/ha) superior ao do estado (2.364 kg/ha). Nova Xavantina apresentou o segundo maior rendimento médio (2.160 kg/ha). Cananara e Querência apresentaram o mesmo valor de rendimento médio (2.100 kg/ha).

De 1995 para 2000 houve um significativo aumento no índice de rendimento médio em quase todos os municípios, a exceção foi Nova Xavantina, pois seu rendimento decresceu de 2.160 kg/ha para 2.100 kg/ha. Em Querência ocorreu o maior nível de crescimento do rendimento no período, o qual passou de 2.100 kg/ha para 3.180 kg/ha. Assim, esse município, além de ser o maior produtor da região, é também aquele que apresenta o maior rendimento, indicando que no período em questão esse município passou a dispor de maior aparato técnico a serviço da produção. Como pudemos verificar no tópico referente à estrutura fundiária, Querência apresenta um maior número de estabelecimentos enquadrados no que seriam as grandes propriedades da região, representando assim, aqueles que detêm maior quantidade de capital, capazes de empregar maior nível técnico na produção. Por exemplo, de acordo com informação obtida no trabalho de campo, nesse município, dezoito produtores dispõem de armazéns em sua propriedade, um número considerável, especialmente quando comparado com os outros municípios da fronteira, indicando o maior poder econômico dos produtores desse município.

Na Foto I, podemos ver um desses armazéns numa fazenda no município de Querência. Tal armazém apresenta o que seria uma infra-estrutura adequada para a estocagem da soja, com o maquinário necessário para a secagem dos grãos, uma etapa fundamental para a garantia da qualidade dos mesmos. Portanto, somente as grandes propriedades dispõem

desses armazéns. Os outros armazéns existentes nas fazendas do município apresentam estrutura similar²⁹ ao do armazém que apreciamos na foto.

Foto I
Unidade de secagem e armazenagem de soja numa fazenda
no município de Querência



Fonte: ISA, 2003.

Foto II
Armazém de soja da Fazenda Tanguro, do Grupo Maggi em Querência



Fonte: Foto tirada pelo autor.

²⁹ Informação obtida através de entrevista realizada com o funcionário da EMPAER/MT, escritório de Querência, Fernando Perin.

Na Foto II³⁰, observamos um enorme armazém de soja na Fazenda Tanguro, em Querência, de propriedade do Grupo Maggi. Essa fazenda ocupa uma área de 82 mil hectares, adquirida do Banco Santander (PEIXINHO, 2006).

Tal armazém possui uma capacidade estática de 80 mil toneladas, servindo assim para o armazenamento da produção própria do grupo e também de produtores que não dispõem de armazéns em sua propriedade. Constitui um importante objeto técnico incorporado ao território, acarretando não apenas mudanças na sua estrutura material, mas também nos fluxos que circulam pelo mesmo. Por exemplo, durante a visita na fazenda e no armazém, pudemos presenciar e desembarque de carretas carregadas com soja para diferentes destinos, algumas indo para Goiás, outras para o Porto de Paranaguá no Paraná e também para o Porto de Santos em São Paulo. Aumenta assim, não apenas a composição técnica do território, mas também a circulação do mesmo, tanto de bens materiais como de informações.

Na Foto III observamos uma das carretas carregadas com soja – as chamadas bi-trens – sendo abastecida com o grão já nas condições de comercialização.

Foto III
Carreta bi-trem sendo abastecida com soja no armazém da Fazenda Tanguro, MT



Fonte: Foto tirada pelo autor.

³⁰ Foto tirada pelo autor do presente trabalho durante visita a referida fazenda em trabalho de campo em julho de 2007.

Em Nova Xavantina por sua vez, nenhum produtor possui armazém em sua propriedade. Este município como já vimos anteriormente, tem um padrão fundiário no qual a produção de soja se dá em propriedades menores do que em outros municípios da região, estando a maioria delas abaixo de 500 hectares.

É de suma importância salientar o expressivo aumento no rendimento médio no período 1990-2006 em todos os municípios, e especialmente em Querência. Este fato denota a importância que o aumento de utilização das técnicas e a crescente sofisticação das mesmas ao longo do tempo têm no aumento dos níveis de rendimento, importância que fica evidente quando comparamos os valores referentes aos anos de 1990 com os de 2006. O índice mais espetacular de crescimento, como vimos, foi apresentado por Querência, indicando que o cultivo de soja ali instalado se dá em modernas bases tecnológicas, voltadas para a maximização do aproveitamento técnico e econômico dos fatores de produção.

Nesse contexto de aumento dos rendimentos, vale destacar a contribuição dada pela pesquisa científica, a qual, inicialmente com a Embrapa e atualmente com a Fundação MT¹³, se mostrou cada vez mais eficaz durante o período em estudo, no sentido de produzir sementes adaptadas às condições de cerrado, otimizando certas condições naturais – como a distribuição de chuvas, por exemplo – e que resistissem a pragas como o cancro da haste, que ameaçava acabar com a soja no estado de Mato Grosso e que hoje é um problema superado.

Também de grande importância foi a utilização crescente de semoventes (tratores, colheitadeiras, máquinas de plantio), de fertilizantes e herbicidas, demonstrando a dimensão da participação do capital constante (orgânico) nesse campo modernizado. A participação da informação com suas normas (calendários agrícolas, instrutivos de utilização de produtos) não deve ser subestimada, bem como aquela que emana de objetos técnicos como as torres de telecomunicação, e que vem atender os atores hegemônicos locais.

Finalizando este tópico, abordaremos agora especificamente a pecuária bovina na região, inquirindo sobre o aumento no número de cabeças de gado, para ter uma melhor idéia de como se comportou a atividade pecuária bovina no período 1996-2006.

¹³ De acordo com Dário Hiromoto, superintendente da Fundação MT, a entidade já lançou 23 variedades melhoradas da soja e atende 83% da produção mato-grossense.

Tabela XIV
Efetivo de bovinos segundo os municípios da área de estudo – 1996-2006

Municípios	Ano	
	1996	2006
Água Boa	275.676	229.243
Canarana	228.168	274.385
Nova Xavantina	190.081	230.747
Querência	146.091	167.477

Fonte: Censo Agropecuário 1996 e resultados preliminares de 2006.

Pudemos constatar, através da análise da Tabela XIV que o efetivo de bovinos aumentou em três dos municípios estudados. Apenas Água Boa apresentou um decréscimo nesse número. Assim, esse município registrou uma queda no número de cabeças de gado de 275.676 para 229.243 cabeças. Tal fato é coerente com uma das constatações que fizemos na Tabela VIII, referente a área dos estabelecimentos agropecuários segundo a utilização das terras. Observamos que áreas de pastagens sofreram um forte decréscimo em Água Boa, passando de 371.072 hectares para 237.227 hectares. Assim, tal redução no efetivo de bovinos se coaduna com forte diminuição na área de pastagens nesse município. Dessa forma, Água Boa, que possuía o maior efetivo de bovinos em 1996, apresenta agora o terceiro maior efetivo de bovinos da fronteira da BR-158.

No período houve uma reordenação na pecuária da fronteira. Canarana que apresentava o segundo efetivo de bovinos da região em 1996, agora assume a primeira posição, com 274.385 cabeças, um aumento de 46.217 cabeças no período, o maior registrado. Nova Xavantina ultrapassa Água Boa, mais apresenta uma diferença insignificante quanto ao número de cabeças de gado. Querência continua com o menor rebanho da região, atestando as observações que fizemos previamente, que detectaram o maior peso econômico da soja nesse município.

CAPÍTULO III

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA BR-158

A proposta deste capítulo é apresentar e analisar os principais períodos históricos nos quais se deu a construção e evolução da fronteira agrícola estudada. Sendo assim, para fins metodológicos, estabelecemos uma periodização que envolve três momentos distintos na construção da fronteira em questão, os quais serão vislumbrados a partir dos tópicos que trabalharemos a seguir. Já dissemos anteriormente que tal tarefa é condição *sine qua non* para que possamos compreender as marcantes diferenças internas do território estudado.

3.1. Década de 1940: Vargas e a expedição Roncador-Xingu

Foi a partir da década de 1940, no contexto do Estado Novo, que ocorreram algumas ações para o processo de ocupação de Mato Grosso, sob influência do programa “Marcha para o Oeste” da Fundação Brasil Central (FBC). Uma foi na criação do núcleo populacional que deu origem ao município de Nova Xavantina, resultado da expedição Roncador-Xingu, que procurava uma área estratégica para a instalação da sede do governo federal. Em 1943, outras ações foram realizadas pela Comissão de Planejamento e Produção (CPP) do governo estadual, que em apoio ideológico ao governo federal, instalou colônias de povoamento no vale do rio São Lourenço para fixar a mão-de-obra da população mineira remanescente. Várias colônias foram desenvolvidas em Rondonópolis, Jaciara e Dom Aquino. (SÁNCHEZ, 1992; Governo do Estado, 2005).

Nesse sentido, o início da ocupação da fronteira da BR-158 vem na esteira de um projeto nacional. De acordo com BONFANTI (2006, p. 47):

“Era o dia 14 de abril de 1944, quando os bravos e heróicos integrantes da Expedição Roncador-Xingu atingiram o Rio das Mortes em sua margem direita. Esse foi o cumprimento de um dos vários objetivos definido pelo grande projeto nacional denominado de “Marcha para o Oeste”, empreendido pelo Governo de Getúlio Vargas.”

Esse local serviu de base para os órgãos executivos do projeto: A Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. No que tange ao papel inicial desses órgãos, BONFANTI (2006, p. 47) nos diz que:

“O primeiro era, responsável pelo reconhecimento da área, abertura de picadas e estradas e implantação de infra-estrutura. O segundo era responsável pela formulação de políticas que garantissem e assegurassem a manutenção dos trabalhos, a continuidade do projeto, o incentivo a implantação de atividades produtivas e núcleos habitacionais, de modo a atingir a idéia inicial, ou seja, ocupar e povoar as manchas brancas da carta geográfica brasileira”.

Surgiu, a partir desse momento, uma base operacional dos órgãos executivos da Marcha para o Oeste, na margem direita do Rio das Mortes, batizada de Vila Xavantina, em homenagens aos indígenas presentes na região, pertencentes à etnia xavante. Em 25 de Maio de 1944, o próprio presidente Getúlio Vargas visitou Xavantina com seleta comitiva.

Como afirma BONFANTI (2006, p. 48), no período em que foi empreendida a Marcha para o Oeste, a atual área de Nova Xavantina pertencia ao Município de Araguayana, que foi sumariamente extinto para dar lugar a Barra do Garças em 1948. Assim:

“a partir daí, a vila de Xavantina passou apenas a servir de base para os serviços da Expedição Roncador-Xingu e Fundação Brasil Central, que seguiam na abertura da picada, rumo ao Xingu, até chegar ao Tapajós. A Fundação Brasil Central, intento de cumprir com sua missão de administrar a vila, implementou algumas medidas no início, como a construção de casas para os funcionários, agendou a visita do Presidente Getúlio Vargas, instalou uma base da FAB – Força Aérea Brasileira, mas as medidas foram insuficientes para dar sentido ao projeto inicial. Passaram-se praticamente vinte anos de estagnação, em que a vila era formada somente por funcionários da Fundação, não havia base econômica definida, a única via de transporte era a picada feita manualmente a partir da Barra do Garças, ou descer o Rio das Mortes até São Felix do Araguaia, a uma distancia de mais de 500 km. Somente em 1963, através da Lei n 2.059, de 14 de dezembro, o lugar é elevado à categoria de Distrito, com o nome de Ministro João Alberto, em homenagem ao ministro da Mobilização Econômica, na época da deflagração da Marcha para o Oeste. Só assim o lugar começou a receber atenção das esferas competentes, no sentido de investimentos na infra-estrutura, principalmente na única ligação terrestre, a atual BR-158, e na organização urbana da Vila, com a instalação de serviços essenciais” (Ibid., p. 48).

Diante da citação acima, podemos compreender o fracasso na tentativa da Fundação Brasil Central em implementar assentamentos agrários na área. Com a inexistência de uma

mínima infra-estrutura, os colonos, insatisfeitos, debandaram, tornando-se posseiros no norte e leste mato-grossense. O que houve, em realidade, do ponto de vista das ações de Governo, foram políticas implementadas para a ocupação dos “vazios”. Contudo, de acordo com CASTRO et al. (1994, p. 74), essa visão de “espaços vazios” fugia da realidade pois:

“(...) essa parte do território também não correspondia à realidade no que diz respeito aos “espaços vazios”. Havia, na região, (...) 30 mil garimpeiros. Devido a esse fato e a superexploração dos garimpeiros pelos “capangueiros”, a propriedade da terra já dava sinais de concentração, o que agravava mais a miséria da população lá existente. (...) a questão das terras indígenas, que no caso dos Xavantes deu lugar a conflitos e violências”.

Portanto, a fronteira é um lugar de constante disputa de territórios. Esta disputa é realizada por diferentes grupos que comportam diferentes modos de ver e fazer a vida. A luta pela terra é um elemento agregador e desagregador na fronteira. Assim:

“É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem [...] Na fronteira, o Homem não se encontra – se desencontra”. (MARTINS, 1997, p. 12)

Sendo assim, a construção da fronteira nesse momento, conheceu momentos de tensão social, isto é, a ocupação desse espaço envolveu conflitos, pois tal espaço já era ocupado por outros atores sociais mesmo antes das referidas ações do Governo no âmbito do programa Marcha para o Oeste.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a política de ocupação do governo, com ações que abrangeram os territórios que hoje correspondem aos municípios de Nova Xavantina e de Água Boa, foi a doação de áreas de cerca de 10.000 ha para produtores e empresários do Sul e Sudeste do país. Grande parte do município de Água Boa ficou sob domínio do Sr. Alfredo Floriano Toneto, fazendeiro no Rio Grande do Sul, e outras pessoas de seu grupo³¹. A política de venda de terras era efetuada pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), que loteou as terras nos anos 50, mesmo sem ter um inventário real da situação fundiária, o que proporcionou muitas irregularidades que conduziram, inclusive, ao fechamento do Departamento de Terras e Colonização, em 1966 (ABREU, 2001).

³¹ Informações obtidas no trabalho de campo, a partir do acesso ao Plano de Desenvolvimento Municipal da Prefeitura de Água Boa.

De acordo com LAMOSO (1994, p. 10), a CODEMAT oferecia três tipos de loteamentos para colonização: lotes de 20 hectares, que eram para ocupação individual e se voltavam principalmente para os garimpeiros; lotes de 10.000 hectares, oferecidos aos “aventureiros”, que traziam consigo, algumas famílias para a ocupação da área; lotes de 200.000 hectares, para as colonizadoras particulares.

Tal processo resultou numa forte polarização da propriedade da terra, com aglutinação de grandes porções de terras nas mãos de poucos proprietários. Sendo assim, podemos compreender os fatores iniciais que contribuíram para a configuração da estrutura fundiária da fronteira da BR-158, a qual apresentamos no Capítulo II.

Um dos pressupostos da Marcha para o Oeste era a instalação de colônias agrícolas, que seriam povoadas por colonos do Sul (BONFANTI, 2006), pois os mesmos possuíam experiência agrícola e teriam um capital mínimo necessário para iniciar a atividade agrícola na região. Contudo, a área em que se implantavam os projetos se mostrava um tanto inóspita à ocupação e implementação da atividade agrícola. BONFANTI (2006, p. 50) nos diz com propriedade as dificuldades da ocupação territorial naquele contexto.

“Mas na região do Araguaia mato-grossense os desbravadores encontraram um ambiente desfavorável para tal empreendimento. Vários fatores contribuíram para o insucesso inicial do projeto, como: muitos rios, alguns grandes como o Araguaia e o Rio das Mortes, que dificultavam sobremaneira o transporte, trechos de matas de difícil transposição, pelos equipamentos disponíveis na época, enormes distancias dos centros produtores e fornecedores de materiais e equipamentos básicos para a sobrevivência, bem como para desenvolver o trabalho”. (Ibid.)

Sendo assim, no âmbito da Marcha para o Oeste, a instalação de bases operacionais se deu apenas em Aragarças, no estado de Goiás, e Xavantina em Mato Grosso, formadas quase que exclusivamente por funcionários dos órgãos executores, quais sejam, a Expedição Roncador Xingu e a Fundação Brasil Central (BONFANTI, 2006). De acordo com esse autor, as bases eram abastecidas por aviões da FAB, com altíssimo custo, para dar suporte e continuidade das projeções de chegar ao Tapajós via Xingu. Assim,

“pelo relato dos irmãos VILLAS BOAS (1994), a continuidade do projeto ate o Xingu foi mais um esforço e um ideal particular, que culminou com a formação do Parque Nacional, abrigo natural e restrito de várias Nações indígenas”. (Ibid.)

De 1944, início da Marcha para o Oeste, até a metade da década de 1960, não houve um efetivo funcionamento das atividades produtivas na região, como afirma BONFANTI (2006, p. 50) ao dizer que:

“nada se produzia, tudo vinha com os aviões abastecidos em São Paulo e Rio de Janeiro, pois era impossível cultivar produtos agrícolas, a não ser pequenos criatórios de animais, especificamente bovinos. A principal fonte de renda da vila, vinha do salário dos funcionários, que formavam a população local”.

Finalizando esse tópico, é de grande importância destacar aqui que, a ocupação inicial da fronteira agrícola da BR-158 se deu nos territórios que hoje correspondem aos municípios de Nova Xavantina e Água Boa. Sendo assim, tal particularidade histórica se refletiu no comportamento distinto no âmbito municipal de algumas variáveis apresentadas no Capítulo II³², resultando assim na diferenciação espacial que procuramos demonstrar no referido capítulo.

A partir dessas informações, temos claramente a delimitação do espaço a partir do qual se deu a gênese da fronteira estudada. Assim, foi nessa porção do território que se iniciou a chamada *Frente de Expansão* (MARTINS, 1997), tal qual expusemos no Capítulo I, ao tratar do conceito de fronteira. Assim, nesse momento histórico começou a se configurar a Frente de expansão no território em questão. Contudo, quase que simultaneamente também ocorria o fenômeno da *Frente Pioneira*, o qual ganha força total na década de 1970. Vale ressaltar, no que se refere à Frente de expansão, que não temos uma adequação perfeita a este conceito, visto que o mesmo estabelece a figura do posseiro como central nesse momento de avanço da fronteira. Nossa pesquisa já destacou que, uma enorme parcela de terras foi vendida ou mesmo doada pelo governo para empresários do Centro-Sul e também para os projetos privados de colonização. Pequena fração de terra ficou sob o controle dos posseiros.

Portanto, lembrando o que já afirmamos no Capítulo I, a expansão da fronteira agrícola em nossa área de estudo conheceu registrou esses dois momentos apresentados acima, que como diz MARTINS (1997), são faces e momentos da mesma expansão.

³² Diversas vezes chamamos a atenção para o fato de Água Boa e, principalmente, Nova Xavantina apresentarem uma ocupação mais antiga, o que pode ter influenciado o comportamento de algumas variáveis ou dados apresentados.

3.2. Décadas de 1960 e 1970: Os grandes programas e os projetos de colonização

A partir da década de 1960, o território correspondente a fronteira da BR-158 passa a conhecer uma ação mais efetiva por parte do Estado, principalmente no que tange a implantação de infra-estrutura, e também no planejamento desse território. No dizer de BONFANTI (2006, p. 51):

“Na década de sessenta, com mais ênfase na segunda metade, entra em execução o programa dos Grandes Empreendimentos Agropecuários, financiados e implementados pela SUDAM. Começa assim a se formar uma estrutura produtiva na região, baseada estritamente na pecuária extensiva, com uma estrutura fundiária de latifúndio e com altos investimentos oriundos dos incentivos fiscais, concedidos pelo governo federal”.

Assim, a SUDAM seria a partir daquele momento e até o final dos anos 1980 o principal norteador da ocupação da região a leste do Xingu por grandes projetos agropecuários.

A SUDAM atuou também incentivando a política de colonização da região implementada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O INCRA contava com incentivos fiscais da SUDAM para projetos privados de colonização. Essas iniciativas foram implementadas nas décadas de 1970 e 1980, destinadas ao assentamento de pequenos produtores do sul, à produção de lavouras alimentares (arroz, milho e mandioca) e ao desenvolvimento da pecuária bovina. Os projetos de colonização, principalmente os de caráter privado, tornaram-se marcos importante na formação de cidades (ISA, 2003). De acordo com informações do ISA (2003), a política empreendida pela SUDAM foi a principal responsável pelo avanço da fronteira agrícola e das grandes propriedades rurais no leste do Parque Indígena do Xingu, sobretudo nos municípios mato-grossenses de **Querência**, São José do Xingu e São Félix do Xingu. O sistema funcionava basicamente por meio de financiamentos concedidos pelo governo para empresas que estavam dispostas a ocupar e produzir na região leste do Mato Grosso, tendo como enfoque principal a criação de gado. Assim, 44% dos créditos da SUDAM eram destinados a essa atividade, somando US\$ 700 milhões até 1985 (ISA, 2003). Afirmamos com propriedade que, a forma pela qual a SUDAM executou suas ações e incentivos ocasionaram uma concentração brutal da propriedade da terra na região. O trecho abaixo, extraído do ISA (2003) corrobora nossa afirmação, pois:

“O tamanho médio das fazendas beneficiadas pela Sudam era de 24.000 hectares. No total, o governo financiou a compra de 8,4 milhões de hectares de terras em toda a Amazônia. Segundo o professor Ariovaldo Umbelino, a região leste do Mato Grosso, que compreende as bacias dos rios do Xingu e do Araguaia foi a que recebeu os maiores incentivos concedidos. Um exemplo é a fazenda Suia-Missu, a primeira a ser criada na região, que, de 1966 a 1976 recebeu US\$ 30 milhões e chegou a ter 560.000 hectares”. (ISA, 2003)

No Capítulo II, através dos dados referentes à estrutura fundiária dos municípios estudados, pudemos constatar tal concentração da terra, a qual está intimamente relacionada com os incentivos dados para os grandes grupos privados.

Destacamos também a atuação da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que desenvolveu ações na área abarcada por nossa pesquisa. A criação e a instalação da SUDECO, assim como de suas congêneres, confirmam a existência de uma racionalidade dirigida e introduzida como pensamento ideológico dominante, e que é propagada através de seus programas e planos (ABREU, 2001).

A SUDECO, já em 1968 empreendeu ações no território em que se localiza nossa área de estudo. Assim, nesse mesmo ano a SUDECO:

“iniciava o levantamento da produção agrícola da região, propondo-se a implantar um núcleo piloto de produção de sementes selecionadas em Vila Xavantina, onde ficava a sede da fundação. (...) Além disso, a SUDECO assumiu três unidades hospitalares, em Aragarças-MT (com capacidade para 72 leitos); em Xavantina-MT (com capacidade para 30 leitos); na Ilha do Bananal-GO (com capacidade para 20 leitos) e cuja administração passou a FUNAI, mediante convênio. Mantinha também escolas em funcionamento normal em Aragarças, em Vila Sonho, em Xavantina, em Gurupi e em Piranhas”. (Ibid., p. 73)

Já em 1970, a SUDECO, através do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), ampliou ainda mais sua ação sobre o território, pois articulou um complexo de rodovias, projetos de colonização oficiais e particulares, escolas rurais, postos de saúde. A BR-158 (Barra do Garças a divisa com o Estado do Pará) foi resultado dessa política.

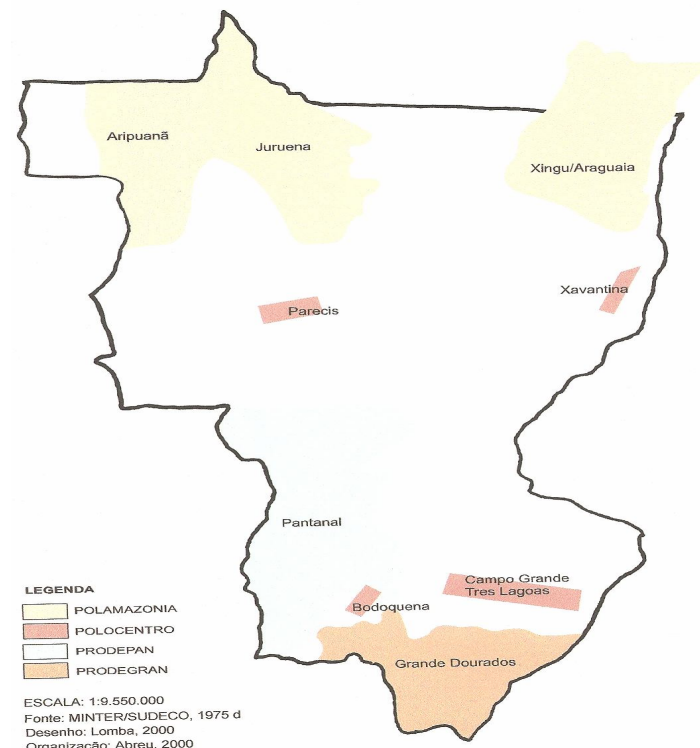
Com a criação dessas duas superintendências, vários programas foram implementados, contudo destacamos aqui o POLAMAZONIA e o POLOCENTRO. Tais programas foram idealizados no contexto do Projeto “Brasil-Potência”, caro aos Governos militares. O Mapa

IV, mostra as áreas nas quais tais projetos atuaram. As áreas-programas Xingu-Araguaia e Xavantina são aquelas que estão inseridas em nossa área de estudo.

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA) foi criado pelo Decreto nº 74.607, em 25/09/1974. Esse programa se estendia por toda área da Amazônia Legal, estabelecendo uma “parceria” entre a SUDECO e a SUDAM (ABREU, 2000). No que tange o POLAMAZONIA,

“à SUDECO cabia a responsabilidade pelos estudos e diagnósticos, que resultaram nos prognósticos para cada área-programa, bem como a administração e acompanhamento dos programas. À SUDAM caberia a aplicação dos incentivos fiscais” (...) “Segundo documento da SUDECO para proposição de criação do Banco do Centro-Oeste S/A – Bancentro S/A –, o relacionamento entre ambas as Superintendências não se dava harmoniosamente. A linha de financiamentos para a programação da SUDAM era viabilizada pelo Banco da Amazônia. Como as áreas de atuação estavam sobrepostas, era a última que definia as políticas e as prioridades de investimentos, vindo a SUDECO “a reboque”, projetando e instalando infraestrutura”. (Ibid., p. 128)

Mapa IV
As áreas Programa do II PND
Os programas especiais no espaço mato-grossense



Fonte: Extraído de ABREU (2001).

No âmbito do POLAMAZONIA, foram projetadas cinco áreas-programas, entre as quais três, no espaço mato-grossense: Aripuana, Juruena e Xingu/Araguaia. Esta última que nos interessa especificamente, pois abarca a área que corresponde a fronteira da BR-158, que constitui nossa área de estudo. De acordo com ABREU (2001), o objetivo para essas áreas era ocupar “espaços vazios” e proporcionar apoio ao empresário agrícola pioneiro, de modo a criar condições para o aproveitamento dos recursos e a exploração baseada na vocação e nas vantagens comparativas, tratava-se, pois, de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, florestais, minerais e agroindustriais em áreas selecionadas e espacialmente distribuídas na Amazônia Legal.

A área-programa Xingu/Arguaia³³, situada no nordeste do Mato Grosso, foi planejada como um pólo voltado para o desenvolvimento da pecuária “como vocação”, haja vista a baixa fertilidade da maioria de seus solos. A idéia era construir e fortalecer núcleos urbanos como apoio à atividade pecuária implantada através, principalmente, dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, para implantação de pastagens artificiais em propriedades com grandes extensões (ABREU, 2001).

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi criado pelo decreto nº 75.320, de 24 de janeiro de 1975, abrangendo principalmente o espaço mato-grossense, mas também áreas de Goiás e Minas Gerais. De acordo com ABREU (2001), criaram-se inicialmente quatro áreas-programas: Campo Grande/Três Lagoas; Bodoquena; Xavantina; e Parecis. Interessam-nos aqui, as ações empreendidas na área-programa de Xavantina, que constitui parte de nossa área de estudo.

O programa depositava grande potencial nas áreas de cerrado do estado para a *expansão da fronteira agropecuária brasileira*, devido a sua topografia plana, favorável a mecanização da produção. No contexto do II PND, o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado em 1975, serviu de ponto de partida para a incorporação do cerrado ao processo de modernização conservadora da agricultura brasileira. Tal instrumento de política territorial garantiu financiamentos para a criação de suporte físico e tecnológico adequado às transformações do cerrado. Com efeito, recursos financeiros foram canalizados para abertura de estradas vicinais, armazéns e silos, infra-estrutura de pesquisa, usinas de beneficiamento, frigoríficos, distritos industriais, e linhas de crédito rural. Na verdade, a estratégia era viabilizar a rápida inserção de áreas cerrado, previamente desmatadas, no complexo agroindustrial brasileiro, já concentrado no eixo Sul-Sudeste.

³³ As ações do Estado no âmbito do POLAMAZÔNIA na área em questão serão abordadas no Capítulo IV.

Ao redor desses grandes empreendimentos, começaram a gravitar pequenos agricultores e criadores que de uma forma ou de outra, se beneficiaram da infra-estrutura, principalmente das estradas e aos poucos vão formando pequenos aglomerados, geralmente as margens de córregos e riachos e adquirindo direitos sobre a posse da terra (BONFANTI, 2006). No dizer de BONFANTI (2006, p. 51):

“A atividade pecuária se expandiu rapidamente em toda a região, nas áreas dos grandes latifúndios e de criadores que se beneficiaram das ações dos empreendimentos. Já em 1970, eram milhares de cabeças de boi da raça nelore, vindas do estado vizinho de Goiás e Triângulo mineiro, que se adaptaram perfeitamente na região. (...) de maneira que a pecuária passou a ser a principal atividade econômica e em muitos lugares a única, por muito tempo e que tem representatividade até os dias atuais, inclusive em Nova Xavantina. Em 2003, o rebanho bovino do nordeste mato-grossense, ou Vale do Araguaia foi de 9.384.573 cabeças, representando mais de 30% do rebanho estadual”.

Foi na década de 1970, portanto, que ocorreu efetivamente a expansão da fronteira agropecuária na região. Apesar da pecuária ainda ser preponderante, outros cultivos surgiram nas áreas destinadas à colonização, destacando-se o arroz de sequeiro e, em menor escala, o milho (Ibid., 2006).

Foi a partir desse momento, que vários projetos de colonização foram implantados, contribuindo também para a expansão de tal fronteira. Tais projetos de colonização venderam seus lotes para “colonos” mini-fundiários do sul do Brasil. A venda do lote no sul viabilizava a compra de um lote maior em Mato Grosso. Sendo assim, migrantes principalmente dos estados de Goiás, Minas Gerais, Maranhão e Pará, foram para a fronteira da BR-158 no Vale do Araguaia. Eram agricultores pobres, os quais foram para o Araguaia, atraídos pela possibilidade de ocupar um lote de terra (SOARES, 2004). Ao longo da década de 70 estes migrantes foram ocupando posses em áreas não apropriadas pelas grandes agropecuárias e colonizadoras. Contudo, ao longo do tempo, os grandes grupos passaram a demandar mais terras, o que levou ao aumento da grilagem e da violência rural na fronteira. Portanto, mais uma vez chamamos a atenção para o fato que a construção da fronteira da Br-158 se deu através de momentos de tensão, um campo de forças, que refletia os diferentes interesses nas novas relações sociais que emergiam nesse território, o qual, é considerado um espaço definido pelas relações de poder.

Voltando a questão da colonização, BONFANTI (2006), destaca a importância de certas colonizadoras que atuaram nos municípios de Nova Xavantina, Água Boa e Canarana:

a Cooperativa de Colonização 31 de Março (COOPERCOL), Colonização e Consultoria Agrária (CONAGRO) e a Cooperativa Agrícola de Canarana (COOPERCANA). A COOPERCOL, que foi a primeira colonizadora do país, implantou os projetos Areões e Vale da Serra Azul, que juntos abarcaram uma área de 34.697 hectares no município de Nova Xavantina, dividida em 96 lotes. A CONAGRO implantou o Projeto Xavantina, que envolveu uma área de 22.068 hectares, dividida em 75 lotes (BONFANTI, 2006).

Tratando especificamente da atuação das duas primeiras colonizadoras citadas nos municípios de Água Boa e Canarana, BONFANTI (2006, p. 53) afirma:

“Foram mais de 220.000 hectares, divididos em 560 lotes, com uma média de 350 hectares para cada parcela. A importância desse registro é que essas áreas ficam além de Nova Xavantina, no sentido sul/norte, e que todas as transações financeiras de custeio, investimentos e aquisição de máquinas eram realizadas em Barra do Garças, de modo que o tráfego obrigatoriamente passava por Nova Xavantina, contribuindo para a consolidação do núcleo urbano”.

Percebemos pelo trecho acima, que as áreas ocupadas pelas colonizadoras particulares eram gigantescas. O autor em questão também destaca a influência do posicionamento geográfico de Nova Xavantina na estruturação de seu espaço urbano, ressaltando seu lugar como rota de passagem para Barra do Garças, o centro regional e os demais municípios da fronteira.

Ainda tratando mais especificamente de Nova Xavantina, o autor citado afirma:

“A partir da safra 77/78, tem início nos projetos de Nova Xavantina a atividade que, na verdade atraiu os parceiros, o cultivo de grandes áreas com arroz de sequeiro. É importante ressaltar que isso só foi possível graças à atuação da COOPERCANA, fundada no mesmo ano, com sede em Barra do Garças e filiais nas áreas colonizadas. A cooperativa montou inicialmente postos de atendimento com fornecimento de sementes, adubo, defensivos e uma equipe de técnicos para assessorar, bem como intermediava os financiamentos para custeio e equipamentos. Com essa estrutura de apoio, com as facilidades de crédito, a euforia de se tornar fazendeiro ou grande produtor e sem restrições ambientais, os novos proprietários se lançaram de corpo e alma, já no primeiro ano ao cultivo do arroz”. (Idem)

Notamos aqui, a importante participação das cooperativas de colonização na organização do território nesse momento de construção da fronteira, instalando alguns objetos no território e fornecendo assessoria técnica aos produtores.

Um projeto de colonização também de grande importância para a reorganização do território nessa fronteira foi o Projeto Canarana. A história do projeto Canarana está diretamente relacionada à da Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda (COOPERCOL). Fundada em 1971 por alguns proprietários de Tenente Portela (RS) e liderada pelo pastor protestante luterano Norberto Schwuantes, a COOPERCOL promoveu a primeira leva de colonos para Canarana em 1972. Dos cerca de 350 pioneiros, 91,6% eram pequenos produtores em Tenente Portela e 5,6% eram trabalhadores de outras áreas, contratados para prestar serviços como professores, mecânicos, serralheiros etc. (ISA, 2003). O Projeto recebeu incentivos do POLOCENTRO (Plano Municipal de Educação de Água Boa, 2004).

A principal motivação dos colonos era a de se transformar em empresários ou proprietários de terras. Os colonos contavam com subsídios fiscais e créditos do Programa PROTERRA e do INCRA. A área total do projeto Canarana era de 40.000 de hectares e foi dividida em 81 lotes rurais de pouco mais de 400 hectares. Os colonos tinham um prazo de dez anos para pagar o financiamento da compra dos lotes. No restante da área foram criados três núcleos urbanos-rurais, as chamadas agrovilas.

Apesar da função original da COOPERCOL ser estimular a produção, o consumo e a colonização, a cooperativa acabou direcionando suas atividades para a especulação fundiária, contribuindo com a multiplicação dos latifúndios nas décadas de 1970 e 1980, intensificando os conflitos com os povos indígenas do leste do Mato Grosso. Eles tiveram alguns de seus territórios invadidos e retalhados pelos projetos de colonização e de exploração agropecuária e mineral surgidos depois das estradas construídas com incentivos do governo federal (RIBEIRO, 1987).

Vejam os depoimentos do pioneiro gaúcho Carlos Mazureck³⁴, que chegou a Canarana em 1976, sobre o início da ocupação no contexto dos projetos de colonização, o qual retrata as dificuldades da ocupação do território naquele momento:

“A propaganda era muito boa. Diziam que teria colégio, hospital, pontes ... mas parece que não teve dinheiro para avançar o projeto”. (Carlos Mazureck, ISA, 2003).

A infra-estrutura na região permaneceu extremamente precária de 1972, quando foi inaugurada a primeira agrovila do Projeto Canarana, até o início dos anos 1980, quando o

³⁴ Depoimento extraído do texto do ISA (2003).

governo do Mato Grosso asfaltou quase toda a estrada ligando Canarana a Barra do Garças (ISA, 2003).

Tratando agora, especificamente do município de Água Boa, em 1970 é realizado o primeiro projeto de colonização no município, na localidade denominada Vau dos Gaúchos, através da COMAGRA - Comercial Agrícola e Colonizadora Ltda, constituída pelos sócios, Ernesto Martinho da Cruz, Floriano Toneto e Paulo Juarez Pereira (Plano Municipal de Educação de Água Boa, 2004). Em 1974 a COOPERCOL realiza o primeiro projeto de colonização no município de Água Boa, o Garapu I, e em 1975 são implantados os projetos Água Boa I e Água Boa II, cuja agrovila formada junto com o projeto é a atual sede do município. Boa parte dos colonos destes dois projetos veio da região do Município de Não Me Toque – Rio Grande do Sul. Para entender melhor a origem dos municípios e sua ligação com os projetos de colonização, vejamos o Quadro I abaixo, o qual mostra o histórico resumido de cada município.

Através da análise do quadro em questão, podemos perceber a importância das empresas colonizadoras para o surgimento das cidades. Dentre os municípios estudados, Nova Xavantina tem o povoamento mais antigo, que remonta à época da Fundação Brasil Central, quando da Fundação da Vila Xavantina. Querência tem a ocupação mais recente, como já dissemos anteriormente, sendo fundando em 1991.

Quadro I - Histórico resumido dos municípios da fronteira da BR-158

Município	Povoamento
Água Boa	1950-1960 - Doação de terras à produtores e empresários do sul e sudeste; 1970 - Primeiro projeto de colonização pela Comercial Agrícola e Colonização Ltda. (COMAGRA), voltado ao cultivo do arroz e atividades pastoris; 1974 - Projetos de colonização da COOPERCOL e CONAGRO (Colonização e Consultoria Agrária); 1975 - Novos contingentes de colonos através da COOPERCANA e incentivos fiscais para cultivo no cerrado; 1976 - Fundação do núcleo urbano; 1979 - Criação do município.

Continua...

Continuação...

Canarana	1971 - Nasce a Cooperativa Colonizadora 31 de Março (COOPERCOL) voltada às atividades pecuárias; 1972-1975 - Primeiros colonos, estabelecimento de uma agrovila e colonizações assentadas através da empresa de Colonização Consultoria Agrária (CONAGRO S.C. Ltda.) e da Empresa Cacique Empreendimentos; 1975 - Núcleo urbano de Canarana; 1975 - Projetos de colonização através da COOPERCANA; 1979 - Criação do município.
Nova Xavantina	1944 - Fundação da Vila Xavantina, administrada até 1967, pela Fundação Brasil Central, assentamento de colonos do Norte e Nordeste; 1974 - Colonização através da empresa CONGAGRO; 1980 - Criação do distrito Xavantina, a partir de Barra do Garças; 1986 - Criação do município.
Querência	1975 - Fundação da Empresa de Colonização Consultoria Agrária (CONAGRO S.C. Ltda) implantou projetos de colonização na mesma época da COOPERCANA; 1986 - Primeiros moradores; 1991 - Criação do município.

Fonte: Adaptado de ISA (2003)

Foi a partir dos projetos de colonização que o cultivo do arroz ganhou força no município de Água Boa, tornando-se uma atividade importante. Para apoiar tal atividade atuou a COOPERCANA, que embora sendo uma iniciativa dos colonos de Água Boa passa a atuar em toda a região. Nesse momento:

“Esta primeira fase é de muitos sacrifícios, devido às dificuldades de estradas, comunicação, habitação, saúde, etc. Em 26 de dezembro de 1979 é promulgada a Lei nº 4.166 que eleva Água Boa, até então Distrito de Barra do Garças, à categoria de Município”. (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA BOA, 2004)

Contudo, o sucesso obtido pelos colonos pioneiros não se repetiu com os que vieram depois. É que não houve o apoio necessário por parte da colonizadora, que jogou para os novos colonos os custos da infra-estrutura básica dos projetos. Além disso, não se repetiu o incentivo expressivo do governo federal. Empobrecidos e com dívidas dos empréstimos, a

maioria dos colonos desistiu do projeto, voltando para suas terras de origem ou tornando-se assalariados nas cidades e áreas próximas (SUZUKI, 2002).

Esses modelos de projeto estavam associados à colonização oficial. Contudo, logo após a implementação do Projeto Canarana, o governo fez concessões em grandes extensões de terra, na forma de glebas, para projetos de empresas privadas de colonização, que vendiam lotes de vários tamanhos. Isso acabou estimulando a concentração de terras, já que, muitas vezes, os pequenos produtores não conseguiam alavancar sua produção e acabavam vendendo seus lotes para os grandes proprietários.

Contudo, mesmo nesse contexto, aos poucos foi se desenvolvendo na fronteira da BR-158 uma agricultura familiar, basicamente para a reprodução dos posseiros, com pouco ou nenhum capital. Apesar da concentração fundiária no vale do Araguaia, onde as grandes áreas foram apropriadas por grupos econômicos do Sul/Sudeste, os migrantes pobres continuaram se apossando das áreas não utilizadas produtivamente.

Ao longo do tempo, já no final da década de 1970, os projetos de colonização, muitos deles mal sucedidos, eram pressionados pelos grandes empreendimentos agropecuários da região, que buscavam comprar novas áreas para a sua expansão, contando ainda com os financiamentos concedidos pela SUDAM. Assim:

“Segundo Carlos Mazurek, os pequenos e médios produtores só conseguiram adquirir terras até 1977, pelo projeto governamental Pro-Terra. Depois disso, qualquer novo imigrante acabava se dedicando ao comércio, pela impossibilidade de comprar terras frente à expansão dos latifúndios. Mazurek afirma que até o financiamento na década de 1980 foi dificultado para os produtores menores, uma vez que os recursos eram direcionados preferencialmente às grandes propriedades”. (ISA, 2003)

Tal fato ajuda a explicar os dados demonstrados no Capítulo II, que atestavam uma maior participação do setor de comércio e serviços na composição do PIB dos municípios estudados, com exceção de Querência, que como já dissemos anteriormente, sofreu uma ocupação mais recente do seu território e também abrigou a atividade sojifeira mais recentemente quando comparada aos outros municípios.

A Fronteira da BR-158 registrou uma ocupação que, de um lado foi marcada por grandes empresários atraídos pelos incentivos, vantagens fiscais e financeiras oferecidas pela SUDAM e pela SUDECO, e de outro por agricultores familiares, que estavam à procura de terra para se reproduzirem como camponeses. O resultado disso foi a eclosão de vários

conflitos pela posse da terra ao longo dos anos 70 e 80. Esse foi um traço marcante na constituição dessa fronteira, que envolveu a morte de muitos posseiros.

Concluindo esse tópico, ressaltamos que marcantes transformações espaciais ocorreram, tendo o Estado como o ator principal na geração e condução de tais transformações. Dizemos isso, pois o Estado comandou com força a implantação de novos objetos no território, bem como proveu as mudanças na acessibilidade, com a construção e pavimentação de estradas, gerando um aumento dos fluxos para a fronteira em questão. O Estado aparece aqui, como o agente principal dessas mudanças na organização do território nesse momento.

3.3. A Década de 1990: mudanças no papel do Estado na agricultura e o avanço da soja

Nos últimos anos presenciamos no Brasil, a expansão em dimensões importantes, do modelo produtivo conhecido como agronegócio³⁵. Esse crescimento acelerado produziu aumentos expressivos na produção agropecuária, superávits na balança de comércio exterior, e dinamizou a economia de amplas regiões e setores, onde antes imperava a calma e o baixo dinamismo socioeconômico.

Uma dessas regiões é a fronteira agrícola no eixo da BR-158 no nordeste mato-grossense. Uma região que nas décadas anteriores viu brotar do meio da floresta e dos cerrados, fazendas de criação de gado e pequenas cidades, e enfrenta agora a aceleração do processo produtivo com a expansão do plantio das pastagens e principalmente da soja e a urbanização acelerada de sua população.

Esse avanço da soja vai acontecer na década de 1990, um período de alterações nas características de inserção do Estado na agricultura. Assumindo a ideologia neoliberal, o governo brasileiro começa a efetuar a desmontagem dos aparatos estatais que permitiram exercer políticas públicas ativas desde o início dos anos 70. O sistema nacional de extensão rural é fortemente golpeado, as instituições de pesquisa são gradativamente asfixiadas, privatizam-se e desmontam-se as unidades de armazenagem e a política de garantia de preços mínimos é debilitada e passa a ser pautada pelos preços do mercado internacional. São liberadas as importações de produtos agrícolas e, abruptamente os preços agrícolas internos

³⁵ O termo agronegócio surge nos anos 50 a partir de conceito de “agribusiness” proposto por Davis e Goldberg, o agronegócio representa “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles”. (DAVIS & GOLDBERG, 1957)

sofrem alinhamento aos internacionais, ainda que estes estivessem “contaminados” por pesados subsídios dos países capitalistas avançados.

O período 1990-94 aproximou o Brasil do mercado internacional e do momento que o país vive hoje, de grande competitividade e expansão da oferta no mercado externo. A fronteira continuou alargando-se: de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para Rondônia, Tocantins, Pará, Maranhão, Bahia e Piauí. Porém, ao contrário da década anterior, o crédito rural subsidiado desapareceu e os produtores tiveram de financiar suas lavouras com recursos próprios e venda antecipada da produção. Esse sistema expandiu-se com a soja. O modelo da soja inspira hoje a formulação de políticas voltadas à comercialização de diversos produtos agrícolas. Ao vender antecipadamente a produção para a indústria ou para o exportador, o produtor cria condições de levantar, a custos competitivos, parte dos recursos de que necessita para realizar o plantio e o cultivo. (JANK, NASSAR E TACHINARDI, 2005, p. 16).

A década de 1990, marca a passagem a um patamar mais amplo de subordinação da agricultura aos interesses do capital financeiro internacional, agora em relação de dependência mais direta com as grandes empresas transnacionais, que se expandem no país.

O governo Fernando Collor de Mello³⁶ e, em menor medida o de Itamar Franco promovem uma abertura comercial drástica, eliminação subsídios e controles de preços e desregulamentando os mercados, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, do Instituto Brasileiro do Café e da política de controle de preços. A produção seguiu aumentando, com ritmos mais lentos de incorporação de novas áreas de cultivo. A exportação começou um caminho ascendente tendo em vista a recessão econômica (Idem, 2005).

Com a crise motivada pelo súbito aumento da competição e queda de preços, verifica-se um amplo movimento de concentração de capitais em torno das grandes transnacionais do agribusiness: Bunge, Cargill, ADM e Monsanto passam a controlar as principais empresas do ramo alimentício (não só na área de grãos, mas também de carnes).

A adoção dessa política neoliberal, junto a um novo paradigma tecnológico dominante (microeletrônica, biotecnologia, redes telemáticas corporativas), propicia um novo campo de forças na estruturação das articulações entre os agentes, sobretudo da produção voltada à

³⁶ A eleição de Collor para a Presidência da República foi o marco inaugural da ruptura de um modelo de desenvolvimento assentado na substituição de importações (1930-1980) para um modelo de desenvolvimento neoliberal que tinha como objetivos claros a integração rápida e dócil aos postulados do Consenso de Washington, os quais têm na abertura comercial, liberalização da conta de capital e privatizações os principais objetivos a serem alcançados pelas nações, em especial, as subdesenvolvidas como a brasileira.

exportação. Essas mudanças propiciam maior margem de manobra para as políticas territoriais das grandes empresas, ampliando o campo de ação dos capitais privados no agronegócio. O crédito, a circulação, a distribuição, a comercialização ganham nova racionalidade balizada pelos parâmetros dos mercados internacionais, introduzindo o imperativo da competitividade. As alianças entre empresas são dominadas pelas grandes *tradings*, tais como Cargill, Maggi, ADM, Caramuru e Bunge-Ceval, tanto para assegurar o acesso a novos conhecimentos e a novos mercados, quanto para estabelecer o controle de toda a cadeia produtiva.

A diminuição do financiamento estatal conduz a uma reorganização do setor agrícola. Interesses privados passam a pesar mais do que nunca nas decisões estatais.

Na década de 1990, observa-se que os mecanismos privados de financiamento para a agricultura proveniente das indústrias, das *tradings* e de outros agentes financeiros foram gradativamente somando-se ao financiamento público

Atualmente, o crédito privado já representa 20% do total do financiamento para a agricultura (Banco do Brasil, 2003). Os setores mais bem organizados, como soja e suco de laranja, conseguiram construir mecanismos de apoio e financiamento que não passam diretamente pela regulação do Estado (MAZZALI, 2000 e PAULILLO, 2000).

Modifica-se o papel do Estado, que tende a atuar cada vez mais como um intermediador das relações empresas/agricultura. Fixam-se novos padrões de financiamento da agricultura brasileira com implicações na política agrícola nacional. Hoje em dia, parece restar pouca margem de manobra para a condução de políticas agrícolas que possam reverter as perspectivas de concentração da produção e da renda no campo.

3.3.1 - O avanço da soja na BR-158 na década de 1990

Depois da exposição desse breve cenário geral que nos ajuda a caracterizar a década de 90, falaremos agora dos aspectos que marcaram a construção da fronteira da BR-158 nesse período.

O processo de globalização tende a direcionar a produção para espaços seletivos, nos quais existe previsão de se obter elevados índices de produtividade espacial para o produto escolhido, consolidando um modelo territorial que privilegia espaços locais, independentemente dos recortes institucionalizados, político-administrativos ou não.

A fronteira da BR-158 constitui um espaço seletivo para o qual foi direcionada a

atividade sojÍfera, em virtude de apresentar as condições ótimas³⁷ à realização dessa produção (imensas áreas de topografia plana que facilitam a mecanização da produção, temperatura, distribuição de chuvas e luminosidade). As condições não favoráveis foram relativizadas graças às contribuições da ciência e da técnica, deixando de constituir um obstáculo à reprodução ampliada do capital.

A territorialização da soja na fronteira da BR-158 está relacionada com a nova divisão territorial do trabalho, a qual envolve uma especialização seletiva dos lugares, de acordo com suas potencialidades em abrigar e rentabilizar determinados produtos.

Sendo assim, na década de 90, a fronteira da BR-158 apresenta uma nova forma de expansão do espaço produtivo, pois se tem uma nova fronteira incorporada pela grande lavoura tecnificada. Áreas já ocupadas anteriormente pela pecuária extensiva se convertem em lavouras de soja. Vem ocorrendo também o desmatamento de áreas “virgens”, o que pudemos verificar no trabalho de campo realizado, embora os produtores e políticos locais neguem.

A dinâmica territorial promovida pela expansão da fronteira da soja na região na década de 1990 constitui um processo de apropriação privada de enormes chapadas, campos abertos e de matas, de modo a inserir lugares às redes de modernização agrícola de conexões globais vinculadas às práticas das corporações do agronegócio.

Os territórios preexistentes são desorganizados e reorganizados em seus usos, a fim de atender a lógica dos circuitos mercantis, produtivos e financeiros em escala planetária. O avanço da soja adiciona maior complexidade à fronteira: potencializa o desmatamento e a velocidade das mudanças no uso do território.

Em realidade, o início do plantio da soja na região foi na década de 1980, quando:

“por conta própria, alguns produtores de Canarana começaram a plantar a soja em 1982, mostrando que a lavoura era viável. Dois anos depois, iniciava-se o plantio em Nova Xavantina, Água Boa e Campinápolis. Em 1985, o Banco do Brasil passou a conceder financiamento para o cultivo da soja na região, apesar de muitos agricultores estarem endividados pelos sucessivos empréstimos tomados para produzir arroz”. (ISA, 2003)

³⁷ BERNARDES (1998, p. 280) trata das condições favoráveis e das relativizadas da região da Chapada dos Parecis quando diz “... devemos chamar a atenção para a importância das dimensões na escala de produção, uma das vantagens comparativas que a região oferece, correspondendo a essa escala, possivelmente a maior do país, significativo nível de concentração da terra e, conseqüentemente do capital. Assim, as condições naturais do cerrado acabam sendo relativizadas pela técnica e a concentração e centralização do capital fazem com que as mesmas percam importância no contexto geral”.

Contudo, a produção ainda não atingia números significativos nessa década. Portanto, é a partir de 1990, quando entram no mercado as cultivares desenvolvidas e adaptadas pela EMBRAPA que, aliado ao declínio acentuado do cultivo de arroz de sequeiro, a soja conhece uma verdadeira expansão na região. Assim, as áreas já degradadas, mais especificamente as que correspondiam aos projetos de colonização, foram transformadas em cultivo de soja (BONFANTI, 2006).

Na década de 1980 a SUDAM ainda incentivou a instalação de grandes fazendas na região. Paralelamente a isso, em Água Boa *“nesta mesma década e início dos anos noventa, tem início um processo de ocupação de áreas por posseiros, o que ocorre na comunidade de Serrinha, Jatobazinho, Borecaia e Santa Maria. Isto muda o perfil populacional e fundiário do município, que até então era formado basicamente por sulistas, e passa a contar com nordestinos, goianos, mineiros, etc. Este grande contingente de pequenas propriedades gera grande demanda aos órgãos públicos”* (Plano Municipal de Educação de Água Boa, 2004). Tal fato corrobora os dados migratórios apresentados no Capítulo II, os quais apontam o fluxo originado em Goiás como o mais marcante do município na década de 1990.

A soja foi, aos poucos ganhando espaço e importância, desbancando as outras atividades presentes na fronteira. Como vimos no Capítulo II, em 1996 a soja já era preponderante nos municípios de Nova Xavantina, Canarana e Querência. Apenas em Água Boa a soja não era predominante ainda.

Esse produto invadiu, com uma velocidade surpreendente, áreas antes destinadas às produções domésticas. Como consequência, a agricultura alimentar básica e de tradição na região – o arroz de sequeiro – sofreu uma brutal desvalorização, consolidando-se a soja como produção hegemônica. De acordo com SANTOS & SILVEIRA (2002, p. 120) *“isto se dá com a colaboração do crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos”*. Tem-se, assim, um conflito velado entre agricultura de exportação e agricultura para o mercado interno, o qual é apontado de forma emblemática por CARLOS WALTER P. GONÇALVES (1995, p. 331).

Esse momento de construção da fronteira da BR-158 tem como fato marcante a chegada das grandes empresas comercializadoras da soja na região, as quais ocasionaram a quebra das cooperativas que atuavam na comercialização da soja. Tais cooperativas são as mesmas que citamos no tópico anterior, as quais atuavam também como empresas de colonização privada. Assim:

“a intensificação da produção de soja aconteceu mesmo na década de 1990, quando chegaram à região as grandes empresas comercializadoras do grão. A primeira delas, a Coimbra, se instalou em Canarana em 1988 e comprou a safra 88/89 dos agricultores, garantindo que eles pagassem o financiamento contraído naquele ano. Os juros eram altíssimos e não poderiam ser pagos caso a produção fosse vendida para as cooperativas. (...) Assim, o oligopólio das cooperativas sobre a comercialização de grãos dos pequenos e médios produtores foi quebrado”. (ISA, 2003)

Foi a partir do ano de 1996, mais precisamente, que as grandes empresas se instalaram no território da fronteira. Assim, tem-se a partir daí a atuação das grandes empresas do agronegócio que atuam em rede (Bunge, Cargill, ADM, Dreyfuss, Maggi e Caramuru).

A modernização, o uso intensivo de equipamentos e procedimentos técnicos passa a ser a base na qual se assenta o uso do território nesse momento, forjando a fronteira como instância do circuito de produção globalizada, o que implica a predominância de um pequeno grupo de grandes empresas. A inserção global fica evidente pela presença de empresas transnacionais em lugares outrora remotos, dentre as já citadas destacamos: Massey Ferguson, New Holland e John Deere.

Na Foto IV, observamos um escritório da Massey Ferguson no município de Querência, a qual atua no ramo de máquinas agrícolas necessárias ao processo produtivo da soja.

Foto IV - Escritório da Massey Ferguson no Município de Querência



Fonte: Foto tirada pelo autor durante trabalho de campo em julho de

De acordo com o texto do ISA (2003), além de se tornarem os principais compradores de soja, respondendo por cerca de 95% da safra anual do Vale do Araguaia, empresas multinacionais como a Bunge (dividida em Bunge Alimentos e Bunge Fertilizantes) e a Cargill constituíram uma nova fonte de financiamento³⁸ e fornecimento de insumos para o plantio, garantindo a expansão da cultura e deixando os produtores menos dependentes da intermediação dos bancos. Com a chegada de outras *tradings*, tal situação se ampliou na região. Montou-se assim um subsistema de crédito não vinculado ao Estado. O território passou a ser palco de novas relações econômicas, as quais também passam a condicionar o mesmo, pois a maior facilidade em obter crédito por parte dos produtores contribui para que os mesmos consigam utilizar uma maior densidade técnica em sua produção, seja na forma de máquinas ou de insumos. O território dessa forma tem sua estrutura alterada, principalmente no que tange a sua materialidade. Relembrando a citação de IANNI (1997) no Capítulo I, a atuação das corporações tem transformado o uso do solo e reorientado as atividades agrícolas.

É inegável a importância das corporações na organização do território da fronteira na década de 1990. Com sua chegada, a soja conheceu um “boom” em sua expansão. Para ilustrar melhor essa questão, voltemos ao Capítulo II, no tópico referente à produção agropecuária da fronteira. Veremos que, no período 1996-2006, a produção de soja no conjunto dos municípios estudados passou de 108.414 toneladas para 872.367 toneladas, ou seja, a produção cresceu mais de oito vezes, levando em conta o fato de que na década de 1980 a produção de soja crescia a passos lentos. Contudo, vale ressaltar aqui, a produção avassaladora do município de Querência em 2006 (461.100 toneladas), a qual é superior a soma da produção de soja dos demais municípios (411.000 toneladas). Esse dado nos faz lembrar aqui novamente, a premissa inicial desse trabalho – a da marcante diferenciação interna da fronteira –, pois, como já mostramos no Capítulo II, há diferenças significativas entre Querência e os demais municípios estudados. Querência por exemplo, na atualidade apresenta uma produção muito superior a dos demais municípios e representa também o espaço onde a soja continua se expandindo. Não cabe aqui fazer um retrospecto do que foi discutido no Capítulo II, no entanto, pareceu-me importante chamar a atenção quanto a esse dado apresentado, o qual ajuda a mostrar uma diferença significativa entre os municípios.

Como resultado de tal expansão, o território da fronteira da BR-158 constituiu-se, nesse período, num grande receptor de investimentos, os quais se convertem em objetos

³⁸ Trataremos melhor essa questão no Capítulo IV.

técnicos, verdadeiras próteses fixadas ao território, ou em sistemas de engenharia, alterando a organização e a estrutura do espaço.

Na Foto V, podemos observar um armazém da empresa Bunge no município de Querência. Tal empresa está presente nos quatro municípios estudados, tendo importante papel na organização do território da fronteira.

Foto V- Armazém da Bunge no município de Querência



Fonte: Foto tirada pelo autor.

Agora na Foto VI observamos a empresa Cargill, no município de Querência. Essa empresa, juntamente com a Bunge e a ADM³⁹, atua de forma preponderante na região no que tange à questão do financiamento ao produtor de soja.

Foto VI - Armazém da Cargill no município de Querência



Fonte: Foto tirada pelo autor.

³⁹ Atualmente a empresa ADM está concluindo sua instalação no município de Querência.

Os exemplos ilustrados nas fotos são importantes objetos técnicos, com um grau de sofisticação necessário para o devido armazenamento da produção, o qual deve ter um nível de umidade considerado ideal para que não comprometa a qualidade do grão. No dizer de ARACRI (2005, p. 51):

“O alto nível de informatização não se restringe apenas à produção de grãos. O armazenamento é uma etapa do processo produtivo que também conheceu notáveis inovações quando integrado a sistemas técnicos informacionais. O objetivo da informacionalização do armazenamento é a redução das perdas causadas por fungos. Para isso, os grãos de soja devem ser submetidos a processos de limpeza e secagem e a uma taxa de umidade altamente controlada. A tolerância de umidade no armazenamento é de, no máximo 13%. Nesse sentido, o monitoramento das condições de armazenagem (temperatura, aeração e umidade) deve ser rígido”.

Com a inexistência de rugosidades materiais e organizacionais consideráveis, os novos objetos técnicos e as novas ações criaram um espaço inteiramente novo e com grande participação na economia globalizada. O Grupo Maggi, que tem grande atuação na região, por exemplo, trabalha articulado à cotação da soja na Bolsa de valores de Chicago.

A instalação de fazendas modernas, sequiosas de fluidez e exigentes de relações levou ao rápido crescimento dos núcleos urbanos tornados multifuncionais e exercendo um comando sobre vastas áreas (SANTOS & SILVEIRA, 2002). Essas fazendas portam objetos técnicos e instrumentos de trabalho ditados pelos padrões tecnológicos requeridos pela atividade sojifera para ser mais competitivo na região. Reportemo-nos ao Capítulo II e vejamos a Foto II. Observamos uma unidade de armazenamento de soja na Fazenda Tanguro, de propriedade do grupo Maggi, no Município de Querência. Nota-se sua arquitetura sofisticada, com a presença dentro de seu perímetro produtivo, de unidades de armazenamento (silos) com uma forma geométrica um tanto diferente, que possui em seu interior, dispositivos computadorizados que controlam a temperatura e as condições de umidade adequadas ao armazenamento da soja.

Observemos agora as Fotos⁴⁰ VII, VIII, IX e X que ilustram fixos presentes na fazenda citada.

Na Foto VII, temos a visão externa do enorme galpão de máquinas da fazenda, o qual abriga grande quantidade das mesmas, ilustrando a importância do grupo Maggi na esfera da produção de soja na fronteira da BR-158.

⁴⁰ As fotos em questão foram tiradas durante visita a Fazenda Tanguro em julho de 2007.

Na Foto VIII observamos a parte interna do galpão, onde podemos visualizar a presença de várias máquinas modernas (colheitadeiras, máquinas de plantio e tratores).

Na Foto IX, visualizamos um posto de combustível dentro da fazenda, no qual os caminhões são abastecidos. A realização do abastecimento dos caminhões dentro da fazenda mostra a importância da mesma quanto ao total produzido, o qual necessita de vários caminhões para escoar a soja armazenada.

**Foto VII – Vista externa do galpão de máquinas da Fazenda Tanguro,
Querência Mato Grosso**



Fonte: Foto tirada pelo autor

Foto VIII - Vista interna do galpão das máquinas



Fonte: Foto tirada pelo autor

Foto IX – Posto de combustível no interior da Fazenda Tanguro



Fonte: Foto tirada pelo autor.

Foto X– Torre de telecomunicação no interior da fazenda Tanguro



Fonte: Foto tirada pelo autor

Na Foto X, observamos uma torre de telecomunicação presente na fazenda em questão.

Instalados, esses objetos técnicos passam a viabilizar a produção, servindo de suporte para o desenvolvimento da atividade sojifeira. As torres de telecomunicações, por exemplo, possibilitam a informatização no processo produtivo, facilitando a realização da comercialização.

A circulação de volumosos fluxos de mercadorias (humanas e não humanas) adicionou estranhos artefatos à natureza local, engendrando uma destruição constante da economia natural ali desenvolvida há décadas⁴¹. A penetração de capitais constantes como máquinas agrícolas, adubos, pesticidas, dentre outros, provocou a emersão de novas relações entre os homens. O movimento dado pelo avanço do cultivo da soja aumentou o volume e a importância dos fluxos, criando como efeito, novas formas de consumo e inaugurando novas formas diferenciadas de vivência (OLIVEIRA, 1993).

Os novos objetos técnicos, carregados de informação, juntamente com os novos sistemas de engenharia (hidrovias, rodovias) demandados pelas novas condições de circulação, imprimiram características totalmente novas à região, propiciando a constituição de um campo tecnificado e informatizado, onde são mantidas relações de amplo alcance espacial, as quais poucos benefícios trazem à maioria da população local.

É um processo de reorganização do território, em que o mesmo passa a ser fator cada vez maior de disputa; embora não dispondo de atividades suficientemente valorizadas para resistir às mudanças, o conteúdo desse espaço muda de qualidade, passando de um desenvolvimento baseado na quantidade (trabalho, recursos naturais) para um desenvolvimento baseado na qualidade (conhecimento, informação), importando não apenas quanto ou o que se agrega, mas como se agrega valor (BERNARDES, 1998).

A instalação das fazendas modernas traz no seu bojo implantações técnico-científicas que engendram um processo de transformação espacial, o qual conduz a uma nova realidade. Essa nova realidade é caracterizada pela presença cada vez maior ao longo do tempo, da técnica, ciência e informação. Muda a composição técnica da área rural e muda, ao mesmo tempo, a sua composição orgânica graças às novas químicas e às biotecnologias. A mudança do conteúdo territorial do campo, como das relações, implica no que SANTOS (1996) chama de urbanização do campo.

Com a territorialização da atividade sojifeira na região em estudo, o campo sofreu uma mutação, passando a ser aquele descrito por SANTOS (1994, p. 142), que se caracteriza pela extrema receptividade ao capital novo, acolhendo-o e difundindo-o rapidamente com tudo o

⁴¹ Vale ressaltar que certas porções da região em estudo eram habitadas por indígenas, que estavam instalados ali há séculos, sendo compelidos a adotar novas estratégias de sobrevivência.

que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, que aí rapidamente se instalam.

Como reconhecimento da importância da fronteira da BR-158 para o capital, estabeleceu-se ali uma monocultura cientifizada, solidária com a cadeia produtiva comandada por certas empresas nacionais e estrangeiras. Essa monocultura se expressa pela presença de uma agricultura com um grau de cientifização compatível com o nível técnico das duas principais regiões produtoras de soja do Estado a Chapada dos Parecis e o Sudeste mato-grossense. Contudo, devemos ressaltar aqui que, a densidade técnica na área de estudo é menor do que nas regiões citadas.

No que se refere à estrutura interna dessa fronteira, constatamos uma diferença no nível técnico empregado na produção entre os municípios, que também nos leva a hipótese inicial da pesquisa acerca da diferenciação espacial interna da fronteira. Nesse sentido, citamos o caso de Querência e Nova Xavantina. O primeiro município apresenta a estrutura fundiária mais concentrada, com predomínio das grandes propriedades de soja, conforme demonstramos no Capítulo II. Nesse município a presença da técnica é maior, com máquinas mais potentes e sofisticadas, pois 90% dos produtores utilizam máquinas e equipamentos de última geração. A maioria dos tratores e máquinas de plantio apresentam potência superior a 100cv, predominando as máquinas da John Deere e da New Holland. Os tratores para incorporação de calcário ao solo, nivelamento do solo e também plantio situam-se na faixa de 100 cv a 130 cv, mas há também alguns com 300cv. Cerca de 50% dos tratores e colheitadeiras estão equipados com ar condicionado⁴².

Verificamos também, durante trabalho de campo realizado, que esse é o único município da fronteira que emprega a agricultura de precisão no processo produtivo. Tal fato decorre do fato de que tal tecnologia só é viável a partir de propriedades com mais de 1.000 hectares e exige considerável soma de capital para empregá-la. De acordo com informação do funcionário do escritório da EMPAER em Querência citado na referência, cerca de 25.000 hectares são cultivados com soja adotando o sistema de precisão.

No caso de Nova Xavantina, a presença da técnica não se dá da mesma forma, pois:

“em princípio, obteve-se a informação de que 50% dos produtores possui o maquinário e equipamento básico, que permite pelo menos desenvolver o plantio, sendo as outras etapas terceirizadas ou realizadas pela troca de tarefas. Os outros 50% possuem todo o equipamento e maquinário

⁴² Informações obtidas a partir de entrevista com o funcionário da EMPAER/Querência Fernando Perin.

adquiridos no início desta década através de um programa oficial do Governo Federal denominado Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores e Máquinas Agrícolas). Esse programa teve influência tão grande na expansão da sojeicultura, que é comparado com os programas oficiais da década de 1970, no sentido do volume de recursos aplicados. Nas propriedades com menos de 500 hectares, a estrutura mecânica é ainda resultado dos investimentos do início da década de 1990, sem muito aparato técnico oferece pouca resistência e considerados ultrapassados pelas últimas inovações do setor industrial. Nas propriedades com mais de 500 hectares os equipamento já possuem melhor estrutura técnica no sentido de potencia e capacidade de serviços e são mais ágeis e velozes. Foram adquiridos pelo programa Moderfrota e estão ainda em perfeito estado de conservação” (BONFANTI, 2006, p. 77).

Observa-se assim, uma diferença considerável entre os dois municípios citados no que tange ao emprego dos recursos técnicos no processo produtivo. Uma boa parcela dos produtores em Nova Xavantina ainda usa máquinas consideradas ultrapassadas segundo as exigências atuais da produção de soja no Cerrado.

Assim, a presença da técnica não se dá de maneira homogênea no território da fronteira. Temos uma presença significativa da técnica em todos os municípios, contudo, ela se mostra mais marcante nos municípios onde há uma estrutura fundiária assentada em propriedades maiores, como é o caso de Canarana, mas principalmente de Querência. Lembrando uma tarefa contida no objetivo principal do trabalho, que consiste em explicar a constituição atual da fronteira, após percorrer os momentos de construção da mesma, podemos afirmar que sua constituição atual tem como base as contribuições da técnica, a qual se desdobra numa tríade: a tecnologia, a ciência e a informação. A presença do vetor tecnologia se fez presente através dos mais variados objetos técnicos e insumos aplicados na produção. Identificamos a presença da ciência pelo uso cada vez maior de sementes criadas em laboratórios – as sementes melhoradas – tanto da EMBRAPA como da Fundação MT, pelo “Dias de Campo” nos quais os agricultores recebem recomendações técnicas no sentido de aumentar a produtividade e reduzir as perdas no plantio. No que tange à informação, a mesma esta presente nos boletins de pesquisa divulgados para os produtores, e também aquela que emana das torres de telecomunicações.

Admitindo-se como fato a atual constituição da fronteira descrita acima, e admitindo-se também que tal constituição não se dá na mesma intensidade em todos os municípios, corrobora-se mais uma vez, a hipótese inicial do trabalho, a qual agora se manifesta também quanto à presença da técnica, que também refletiu a diferenciação interna da fronteira, assim como outros aspectos que demonstramos ao longo do trabalho.

Assim, por tudo que foi exposto no tópico, afirmamos que temos que compreender o avanço da soja na fronteira da BR-158 como um processo que expressa formas, estruturas, movimentos e interações espaciais, ou seja, um ordenamento territorial particular. A instalação de novos objetos técnicos no território se deu sobre uma estrutura espacial que tinha se estabelecido nos momentos precedentes de construção da fronteira, as décadas de 1940 e 1950, com a Marcha para o Oeste de Vargas e as décadas de 1960 e 70, período da marcante atuação da SUDAM e SUDECO na organização do território. Sendo assim, a constituição do território no momento atual, reflete o atual período técnico-científico, no qual os objetos técnicos impregnam o espaço geográfico. Portanto, devemos destacar que, o fato de estarmos vivendo o tempo dos objetos, como afirma BAUDRILLARD (1973, p. 18)⁴³, citado por SANTOS (1996), injeta mais importância à nossa posição de atribuir à implantação de objetos técnicos – que ao mesmo tempo é uma implantação técnico-científica – o papel de estar sempre mudando o território em sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações. A celeridade das mudanças no espaço deve-se substancialmente à multiplicidade de vetores que o percorrem, à rapidez de sua substituição, à novidade das forças que portam e à sua incidência sobre os objetos (SANTOS, 1996).

Lembrando a afirmação de MARTINS (1997) que citamos no Capítulo I, a qual dizia que a frente pioneira é também uma situação espacial e social que convida ou induz a modernização, em que o capitalista induz a modernização ao levar a instalação de máquinas e técnicas modernas, afirmamos aqui que, da década de 1990 até os dias atuais, temos o momento em que a Frente Pioneira conheceu uma intensificação na região em estudo. Pois esse momento de construção da fronteira corresponde ao período de modernização do território, com o mesmo sendo impregnado com os mais variados objetos técnicos (armazéns, tratores, máquinas, torres, prédios, fazendas, insumos).

Temos assim, uma forma de avanço da fronteira que, nesse momento de construção da mesma, esta intimamente relacionada à tecnificação da agricultura, aos grandes investimentos de capital e à grande propriedade.

Uma das dimensões espaciais do modelo de implantação da soja na fronteira da Br-158 se assenta, de um lado, na concentração fundiária, incentivos fiscais, impactos socioambientais, desterritorialização e marginalização de grupos sociais. De outro, na constituição de um modo de (re)produção do espaço agrário em que a técnica, as redes

⁴³ “Vivemos a era dos objetos: quero dizer que vivemos ao seu ritmo e segundo sua incessante sucessão. Somos nós que os vemos hoje nascer, perfazer-se e morrer, enquanto em todas as civilizações anteriores eram os objetos, instrumentos ou monumentos que sobreviviam às gerações humanas”. (JEAN BAUDRILLARD, 1970, p. 18)

políticas e as políticas territoriais são elementos de importância na transformação do uso do território.

Entretanto, os territórios preexistentes podem se tornar empecilho à reprodução do capital na fronteira. Logo, investimentos em pesquisa, em redes técnicas (transporte, telecomunicações e energia) e processos de desterritorialização de grupos sociais (camponeses, garimpeiros, nações indígenas, etc.), emancipação de municípios e criação de cidades se acentuam durante o período de abertura da fronteira.

Assim sendo, o avanço da fronteira agrícola da soja requer compreendê-la como processo que expressa formas, estruturas, movimentos e interações espaciais, ou seja, um ordenamento territorial particular.

A expansão da soja no Cerrado tem possibilitado significativa transformação nos usos do território. Após trinta anos, desde os programas de pólos de desenvolvimento para o cerrado, POLOCENTRO e PRODECER, verifica-se que o cultivo da soja se expandiu por diversas áreas do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. A partir de incentivos fiscais, via políticas territoriais e com forte participação de corporações, a modernização da agricultura e os problemas sociais dela decorrentes são alguns dos fatores responsáveis pelo avanço da fronteira agrícola da soja.

De um modo geral, isso acontece porque a fronteira capitalista que se apresenta, em grandes áreas do cerrado brasileiro, é produto de uma ordem territorial nacional/global, vinculada a uma prática de fragmentação política e estratégica de espaços regionais e/ou locais, através de interesses privados nacionais e internacionais.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA: ELEMENTOS E FATORES

Abordaremos aqui, os elementos e fatores determinantes para a expansão e construção da fronteira agrícola da BR-158. Para tanto, veremos cada fator ou elemento, estruturado em tópicos, como forma de apresentar a questão de forma metodológica.

Assim, no primeiro tópico abordaremos o papel do Estado na construção dessa fronteira, através das políticas públicas que contribuíram para a expansão da mesma, vislumbrando assim os impactos das ações desse ator social, um dos protagonistas no sentido de empreender reorganizações territoriais na área estudada. Num primeiro momento tratamos das políticas públicas para a região Centro-Oeste em geral, dando maior destaque para o Estado de Mato Grosso. Num segundo momento nos atemos à ação do Estado na área em estudo, tentando mostrar como a mesma se insere em ações e planos que foram implementados visando a modernização do Centro-Oeste.

O segundo tópico abordará a importância do elemento técnica para a expansão da fronteira estudada, o papel que a técnica teve nesse processo.

Finalmente, no terceiro tópico deste capítulo, abordaremos o papel das empresas na expansão e na reorganização espacial na fronteira.

4.1. A atuação estatal no Centro-Oeste

A expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste era parte do projeto de integração nacional existente em meados do século XX. Como já vimos no capítulo anterior, foi no âmbito da Marcha para o Oeste, implementada no governo de Getúlio Vargas, que o Estado executou as primeiras ações no sentido de ocupar a região Centro-Oeste.

O Estado implantou programas para atrair agricultores de outras regiões, predominantemente do Sul, fornecendo incentivos como, terras a baixo custo ou gratuitas, crédito subsidiado, etc. São exemplos dessas políticas as Colônias Agrícolas Nacionais implantadas em Ceres, Goiás, e em Dourados, Mato Grosso do Sul. Outro projeto importante

foi a transferência da capital para Brasília, o que contribuiu para aumentar os investimentos em infra-estrutura na região. Esse fluxo migratório em direção ao Centro-Oeste é revelado pelos dados dos Censos do IBGE. A taxa média geométrica de crescimento da população no Centro-Oeste foi a maior entre as grandes regiões nos períodos entre os anos 1950 e 1960, com 5,36% ao ano, e entre 1960 e 1970, com 5,60% ao ano. Isso confirma a hipótese de que o fluxo migratório em direção ao Centro-Oeste foi anterior à grande expansão agrícola que ocorreu na região a partir dos anos 80, como defende CASTRO & FONSECA (1994).

Nas décadas de 1950 e 1960, o Governo do Estado de Mato Grosso começa a vender grandes parcelas de terra no norte e no nordeste do estado para a colonização particular. De 1966 a 1978, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) realizou as políticas de venda direta por meio de licitação ou concessão do governo, de regularização fundiária de antigas colônias agrícolas estaduais implantadas nas décadas de 1940 e 1950 e de legitimação de posse e reconhecimento de domínios particulares. Isso, com e sem exigência de conferência. Nesse período, a maior parcela da arrecadação de Mato Grosso foi decorrente da venda de terras. Essa intensa política de regularização fundiária se prolongou até 1986. (SANTOS, 1993; MORENO, 1993)

O processo que ocorre após essa etapa inicial de ocupação é a exploração capitalista da fronteira. A fronteira, nesse sentido, não é um espaço desabitado, mas um espaço de acumulação capitalista através da produção agrícola. O produto que marca esse processo é a soja. O início dessa etapa na região Centro- Oeste, no entanto, dependeu do desenvolvimento de técnicas adequadas de plantio e de manejo do solo e de sementes especiais. O Centro-Oeste é constituído predominantemente por regiões de cerrado, que permaneciam à margem da produção agrícola por serem consideradas inférteis. O investimento do **Estado** na pesquisa para a produção neste tipo de solo foi significativo, e permitiu que essas terras, que eram apenas exploradas com uma pecuária rudimentar, se tornassem produtivas para o cultivo de grãos. No dizer de BONFANTI, (2006, p. 27)

“Foram muitos os programas e projetos implantados em território mato-grossense que, ao longo do tempo, foram dando as formas e configurações espaciais características de cada período. Formas e configurações sempre carregadas de significados que, na prática, são os resultados das políticas de cunho público e privado implementadas com objetivo de ajustes sociais e/ou pura e simplesmente de acumulação capitalista através do modo de produção hegemônico em vigor”.

De acordo com o autor acima, em 1967, juntamente com a SUDAM, começou também a atuação da SUDECO na implementação de políticas voltadas para integrar economicamente áreas da região Centro-Oeste e da Amazônia Legal, até então considerada isoladas no que diz respeito às atividades produtivas. Contudo, o papel desses órgãos não se restringiu apenas a integração física (produtiva) desse território, mas também no preparo de espaços que permitissem o mínimo de condições para receber fluxos de migrantes menos favorecidos de varias partes do país principalmente do Sul e Nordeste, que começavam a fazer pressão por mais terra e por reforma agrária. Assim:

“Nesse processo de atender as expectativas das comunidades e organizações sociais e ao mesmo tempo cumprir com metas estabelecidas, Mato Grosso foi palco de inúmeros programas e projetos desenvolvidos pela SUDECO e pela SUDAM” (Ibid., p. 28).

Portanto, na década de 1970, a SUDECO atuou no planejamento e implantação de uma malha viária que atingiu todo o Estado de Mato Grosso, privilegiando o modal rodoviário, no intuito de permitir a integração e o acesso às regiões Sul e Sudeste do país. Extensas rodovias cortaram o estado de Sul a Norte e de Leste a Oeste, com destaque para a BR-158, de Barra do Garças até a divisa do Pará, atualmente a cidade de Vila Rica, a BR-163 ligando Cuiabá a Santarém/PA e integrando uma vasta área da Amazônia, a BR-364 de Cuiabá a Porto Velho e a BR-070 ligando Barra do Garças a Cuiabá (BONFANTI, 2006).

O espaço mato-grossense, desde quando se iniciou o processo de intervenção da SUDECO e de seus Programas especiais, sofreu transformações que refletiram substancialmente no modo de produzir e de viver das pessoas que lá estavam ou que para lá se mudaram. Para (ABREU, 2001) um dos aspectos a serem considerados foi a mudança do cotidiano dessa população que ate 1970, era eminentemente rural e passa, com o processo de intervenção em pauta, a ser urbana. Nesse sentido, temos uma marcante transformação espacial resultante das ações do Estado no território.

O primeiro projeto desenvolvido pela SUDECO foi o Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro Oeste (PLADESCO).

“(...) foi o primeiro plano elaborado pela SUDECO a partir da realização de diagnósticos e prognósticos para uma programação de ações a serem realizadas a longo e médio prazo, dentro das metas nacionais de expansão do mercado e de ampliação da produção de produtos não tradicionais como, por exemplo, minérios, soja, para exportação”. (Ibid., p. 86)

No Estado de Mato Grosso foram incluídas no programa as áreas de Aripuanã, Cáceres, Peixoto e Rondonópolis. Paralelo à implantação da infra-estrutura para que houvesse a colonização, a SUDECO planejou o desenvolvimento da agricultura no Cerrado, deixando a cargo da EMBRAPA as pesquisas para tanto. A implantação desse projeto deu-se pelo POLOCENTRO, que tinha por objetivo a ocupação das áreas de Cerrado para o cultivo das terras que antes eram consideradas imprecisas para qualquer tipo de cultura. O projeto previa a implantação da infra-estrutura básica para o escoamento e armazenamento da produção. Em Mato Grosso foram selecionadas duas áreas, a saber: Parecis (na região da Chapada dos Parecis, onde hoje se localizam os municípios de Campo Novo do Parecis, Diamantino, Sapezal e Tangará da Serra), e **Xavantina** (hoje os municípios de Água Boa, Canarana e Nova Xavantina) (ABREU, 2001).

Nessas duas regiões foram implantadas malhas viárias e silos, além da exploração de jazidas de calcário, utilizado para corrigir a acidez do solo do Cerrado. Na mesma época o governo federal também desenvolveu o POLAMAZÔNIA na área da Amazônia Legal, o qual já foi discutido um pouco no capítulo anterior. O gerenciamento do programa ficou a cargo da SUDECO e da SUDAM. No Estado foram contempladas com o projeto a região Norte e a região do Xingu. Uma das ações desse projeto foi a criação de um núcleo populacional na região de Aripuanã (MT), hoje a cidade de Juína (MT) (ABREU, 2001).

Já nos anos 80, e sofrendo com a escassez de recursos, a SUDECO criou o POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), criado pelo Decreto nº 86.029/81, e que tinha por objetivo o asfaltamento da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho, além da implantação de infra-estrutura básica na área de influência. No Estado de Mato Grosso foram incluídas no POLONOROESTE a região Noroeste, estando aí incluída a Chapada dos Parecis. O POLONOROESTE foi responsável pela malha rodoviária da região Noroeste, bem como por diversos projetos de cunho social, tais como implantação de escolas na zona rural e postos de saúde nos municípios abrangidos pelo programa.

Com a extinção da SUDECO no governo Collor, a região Centro-Oeste deixou de ter um órgão estatal planejador do desenvolvimento da região, passando cada estado a trabalhar de forma isolada (ABREU, 2001).

É inegável, assim, a importância do Estado na expansão da agricultura em direção ao Centro-Oeste a partir da década de 1960. Tal expansão, devemos ressaltar, se deu através de programas implementados por este ator, os quais são tributários das formulações de François Perroux. Para tal autor:

“o crescimento econômico não aparece em todo o lado ao mesmo tempo: manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento com intensidade variável” (PERROUX, 1955 *apud* BENKO, 1999a, p. 78).

Aqui, o autor sugere que é possível induzir a um processo dinâmico através de empresas motrizes, em áreas que se quer dinamizar o crescimento, como forma de reduzir as desigualdades econômicas próprias do desenvolvimento capitalista. A idéia do desenvolvimento polarizado passou a ter ecos na ação política nacional, pois de acordo com PEIXINHO (2005, p. 158):

“As proposições de Perroux realmente exerceram fortes influencias, especialmente nos países subdesenvolvidos. No Brasil, a partir da década de 1960, foram organizados vários planos e programas de planejamento inspirados no desenvolvimento polarizado, como por exemplo, o POLONORDESTE, o POLAMAZONIA, o POLOCENTRO, entre outros (...) Esses programas, especialmente a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento(1974-1979, seguiram a lógica da indução do desenvolvimento polarizado, estruturados em produtos voltados, prioritariamente, para exportação. Não bastava um desenvolvimento regional dentro da lógica da substituição de importações, como o da década de 1950; era preciso produzir produtos de demanda internacional, pois seria a partir do aumento da trocas internacionais que a dinâmica nacional e/ou regional produziria o desenvolvimento”.

No entanto, a atuação do Estado na expansão da agricultura para o Centro-Oeste ocorreu de diversas formas, que tiveram implicações positivas e negativas para o próprio desenvolvimento da região. Na fase inicial da expansão da fronteira agrícola na região, que ocorre entre meados do século XX até a segunda metade da década de 70, a presença do Estado se dá principalmente via crédito e incentivos (terras). Programas como o POLOCENTRO e o PRODECER destinaram recursos significativos para a região, além dos financiamentos realizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Porém, diante da redução da capacidade de financiamento do Estado, esses recursos se reduzem significativamente já no início dos anos 80 e é exatamente a partir desse período que os cerrados irão apresentar o maior crescimento da produção agrícola. Deste modo, no momento de maior necessidade de crédito agrícola pelo Centro-Oeste, houve redução no volume de recursos.

Segundo REZENDE (2001), esse processo fez com que a agricultura nos cerrados se baseasse, desde o início, em uma estrutura de financiamento diferente da tradicional, independente do crédito oficial. A produção no cerrado demanda grande investimento pelas

necessidades já citadas de preparação do solo com intenso uso de insumos químicos. Com a escassez de recursos oficiais, os produtores recorreram ao autofinanciamento e ao crédito não-oficial. O autor ressalta que essa situação pode ter levado à maior presença na região de produtores capitalizados, ou com menor dependência do capital de terceiros, o que hoje constitui uma vantagem para esses produtores. Nos anos 90, essa redução do papel do Estado como financiador da agricultura foi mais intensa, e o próprio governo passou a estimular a criação de novos mecanismos de financiamento dentro do mercado. Esse processo fez com que as indústrias, a montante e a jusante, buscassem disponibilizar novas formas de crédito aos produtores, como a compra antecipada da produção, a troca de parte da produção por insumos, ou mesmo fornecimento de crédito a juros mais baixos através de recursos captados no mercado externo.

Ao contrário do crédito rural oficial que pouco participou da expansão da produção agrícola no Centro-Oeste, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) sempre é tida como uma política que favoreceu a região. Isso ocorreu devido à inconsistência espacial na definição dos preços mínimos, claramente explicitada por REZENDE (2002). Para que exista consistência na definição dos preços, é necessário que o preço definido na região consumidora seja igual ao preço da região produtora mais os custos de transporte. Se o preço na região consumidora for menor, o comércio entre essas regiões é desestimulado, e foi isso o que aconteceu na região Centro-Oeste. Como os preços mínimos não eram compatíveis com os custos de transporte, o governo acabava adquirindo boa parte da produção da região, “liberando” o produtor da preocupação com armazenagem e comercialização da produção que ficavam a cargo do governo. Enquanto o uso dos EGF's-COV (Empréstimos do Governo Federal, com Opção de Venda) se concentrava na região Sul, no Centro-Oeste a concentração era de AGF's (Aquisições do Governo Federal). Os preços pagos pelo governo estimulavam a produção, permitindo que ela se expandisse ao invés de ajustar-se à demanda.

Essa política teve importante papel indireto na expansão da soja, pois o arroz “foi sempre cultivado como produto de transição para a soja e pastos” (Coelho, 2001, p. 30), e ao definir preços mínimos para este produto, subsidiava-se a expansão da fronteira agrícola. A dimensão desse processo pode ser observada nos dados apresentados por REZENDE (2002, p. 16): as AGF's representaram em média 17,9%, da produção de arroz no Centro-Oeste no período de 1980-1984 e 50,9% no período de 1985-1989.

Se por um lado a PGPM estimulou a produção no Centro-Oeste, por outro, ela atrasou a instalação de outros estágios da cadeia agroindustrial devido aos preços “inflados”, como defende REZENDE (2002). Por:

“assumir o monopólio virtual da comercialização agrícola do Centro-Oeste” (Ibid., p. 30),

o governo atrasou a solução dos problemas de armazenagem e comercialização na região, segmento que passa hoje por uma reestruturação. Com a redução da PGPM na década de 90, as empresas voltadas para o agronegócio buscaram investir mais em armazenagem, criando alternativas de comercialização da safra para os agricultores. Empresas como a Cargill, Bunge e Monsanto passaram a atuar mais intensamente junto aos produtores, fornecendo crédito ou comprando antecipadamente a produção. Essa atuação que era mais presente na produção de soja se estendeu também ao milho e ao algodão. A Monsanto, em 2000, lançou contratos de opção de milho, destinados aos produtores do Centro-Oeste, com preços melhores do que os do governo (DINIZ, 09/05/2000), além de não exigir o pagamento de taxas. Basta o produtor emitir uma Cédula do Produtor Rural (CPR) e se na hora da liquidação do contrato o preço de mercado for maior, a Monsanto paga a diferença. A empresa criou ainda outros programas, como o seguro contra perda de safra e vantagens na troca entre as CPR's e alguns insumos específicos.

Obviamente, esses programas são restritos devido ao seu alto custo. Apesar do governo não ter feito intenso uso do crédito tradicional para estimular o crescimento da região, os gastos públicos evidenciam a redistribuição de recursos que ocorreu em favor da região. MAIA GOMES e MONTEIRO NETO (2002) mostram que a participação relativa da despesa realizada pelo governo no Centro-Oeste na despesa total é muito superior à participação relativa que a região tem em outros indicadores como PIB, população ou mesmo no total de receitas arrecadadas, o que é válido para todos os anos analisados (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995). Se o governo gasta mais na região do que arrecada, isso significa que existe uma transferência de recursos de outras regiões para o Centro-Oeste.

A atuação do Estado foi decisiva para que houvesse a ocupação agrícola do Cerrado. Seja através da criação de programas como o POLOCENTRO e o PRODECER, os quais, segundo NARCISO SHIKI (1998), promoveu a capitalização da agricultura no cerrado, seja através de projetos de desenvolvimento de tecnologias, os quais se deram no âmbito federal com a criação da EMBRAPA responsável pela geração de tecnologias agrícolas aptas para as características específicas do Cerrado e no âmbito estadual pelas empresas como a EMGOPA (Empresa Agropecuária do Estado de Goiás); EMPA-MT (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso); e EMPAER-MS (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul).

4.1.2. O papel do Estado na fronteira da BR-158 e seus reatamentos na reorganização do território.

No governo militar, com as transformações da conjuntura política e econômica do Brasil, as ações do Estado direcionadas à ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso envolveram três dimensões: a dimensão geopolítica, focada na distribuição de terras para efetivar a ocupação; a econômica, para fortalecer a economia nacional através da produção e consumo de bens; a social, que procurou transferir o “excedente” populacional do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro para aquela região. Nesse contexto, os diversos governos federais e estaduais estimularam a migração de sul-rio-grandenses, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, capixabas e nordestinos para as regiões “desocupadas” do Estado do Mato Grosso. Nesse contexto mais geral, se insere a fronteira da BR-158, a qual era uma das regiões “desocupadas”.

Com é sabido, no final da década de 1970, o nordeste do Mato Grosso foi inserido no processo de expansão da fronteira agropecuária do país. Para tanto, projetos de colonização foram implantados em várias localidades da área de estudo, abrangendo Nova Xavantina, Água Boa e Canarana. Centenas de glebas foram distribuídas e ocupadas por gaúchos, em função dos impactos da modernização da agricultura na Região Sul. Migrar para o Centro-Oeste, numa região ainda inexplorada, mas ao mesmo tempo destinada a um projeto de colonização, foi a solução encontrada para pequenos produtores no Sul do país. De início, a lavoura por excelência era a de arroz e a pecuária a base de ocupação dos campos de cerrado. No entanto, ao lado dos projetos de colonização, o **Estado** financiou a compra de terra para grandes grupos financeiros do país, tais como os Bancos SANTANDER, SAFRA, ITAU etc. As dificuldades de acesso aos grandes mercados, em face da precária rede de transporte e os altos custos de abertura de lavouras de grãos, as terras desses grandes grupos foram deixadas de lado durante todo o final do século XX. Nos últimos cinco anos, corporações do setor de agribusiness (Cargill, Bunge y Born e André Maggi, etc.) têm se apropriado dessas terras, num nítido processo de reconcentração fundiária e de corporatização do território.

No dizer de BERNARDES (2007, p. 3):

“Ao elaborar políticas para a incorporação dos cerrados ao processo produtivo, o Estado assumia a condição de indutor do desenvolvimento capitalista, desenvolvendo ações diretas para a ocupação do território, a exemplo da abertura das grandes vias. A terra barata facilitou os

investimentos, os incentivos da SUDAM e as linhas especiais de crédito atraíram os investidores, principalmente do sul do Brasil”.

Esse cenário se deu a partir da década de 1960, sendo mais efetivo na década de 1970.

Nesse momento de construção da fronteira da BR-158, temos a sua expansão pautada, sobretudo na ação do Estado, que desenvolveu alguns programas voltados a esse fim. Destacamos aqui o POLAMAZONIA e o POLOCENTRO.

No que tange o POLAMAZONIA, a ação do Estado na fronteira em estudo se deu na área-programa Xingu/Araguaia. Quanto ao POLOCENTRO, as ações estatais na fronteira se realizaram na área-programa Xavantina.

Tratando do POLAMAZONIA, foi elaborado, assim como para outras áreas programadas, um Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) com o objetivo de:

“programar os investimentos públicos que deveriam orientar e viabilizar as atividades produtivas de responsabilidade da iniciativa privada e o zoneamento adequado do uso dos recursos naturais, como por exemplo, a destinação de áreas para reservas florestais e biológicas, de reservas indígenas e parques nacionais” (ABREU, 2001, p. 130).

No que se refere às ações do POLAMAZONIA no território que constitui parte da fronteira estudada, os setores que mais se destacaram quanto ao montante de investimentos realizados foram: transportes, desenvolvimento urbano e energia. ABREU (2001, p. 144) nos auxilia sobre essa questão ao afirmar que:

“(...) os setores transportes, desenvolvimento urbano e energia, em terras do Norte mato-grossense, foram prioridades na programação do POLAMAZONIA, demonstrando que a infra-estrutura era o fundamento básico do planejamento elaborado. Essa situação explica-se pelo fato de que o critério crescimento econômico era o primeiro e, muitas vezes, único a ser considerado. Posto isso, é possível explicar porque são tão inexpressivos os investimentos nos demais subprogramas”.

De acordo com ABREU (2001), coube à SUDAM a programação quanto ao uso para exploração econômica e uma das justificativas foi que parte dessa área-programa ficava sob sua jurisdição. Ficaria para a SUDECO explicitamente a programação da infra-estrutura. Tivemos assim uma ação diferenciada de cada superintendência nessa porção do território da fronteira.

A atuação da SUDAM como já antecipamos no Capítulo III, teve grande papel no avanço da fronteira agrícola e na consolidação de um modelo de estrutura fundiária pautado nas grandes propriedades. Assim, o governo concedia fartos financiamentos às empresas para ocupar e produzir na região leste de Mato Grosso, inserida no contexto de atuação do POLAMAZONIA, atingindo mais especificamente os municípios de Querência e Canarana, os quais, não ao acaso, apresentam uma estrutura fundiária mais concentrada que os dois outros municípios da fronteira em estudo.

O Estado atuava assim, concedendo benefícios para as grandes empresas, os quais se realizavam tanto através incentivos fiscais, empréstimos, mas também por meio do provimento da infra-estrutura requerida pelas mesmas. Nesse sentido o Estado empreende ações no território não no intuito de beneficiar a maioria da população que ali reside, mas sim para atender aos reclames de um pequeno número de empresas que representam e expressam a presença do grande capital. ABREU (2001, p. 143) nos ajuda a clarificar tal questão ao comentar sobre algumas ações do estado na área-programa Xingu-Araguaia.

“Dentro dessa área-programa situava-se a fazenda Suiá-Miçu, do grupo italiano Liquifarm, com 50 mil reses, no município de Barra do Garças. A presença desse Grupo foi determinante para que a área fosse potencialmente considerada um pólo agroindustrial e para que a BR-158, já planejada pelo programa Rodoviário do I PLADESCO, fosse retomada e construída, assim como outras estradas vicinais, para ligação das zonas produtoras com a área de influência da Suiá-Miçu. A pretensão da empresa era construir um centro de industrialização de carne bovina, chegando a alardear a construção de um aeroporto para embarcar a carne diretamente para a Itália, uma forma de pressão, obviamente, para apressar as obras, e que parece ter tido ressonância pois, segundo o Sr. Aguinaldo Lelis, conduziu para Barra do Garças a instalação de um frigorífico, com incentivos da SUDAM”. (Ibid., p. 143)

Portanto, o Estado empreendeu ações no território que se materializaram em sistemas de engenharia, isto é, em rodovias que vieram atender primeiramente aos interesses dos grupos privados que se instalavam na região.

Com a construção da rodovia, surgiram diversas área de colonização e ocorreu uma forte valorização no preço da terra, estimulando outros grupos a adquirirem terras na região, ocasionando uma forte concentração da terra.

Reproduzindo o que ocorreu em outras áreas-programa do POLAMAZONIA, o setor de transportes foi aquele que recebeu maior montante de investimentos, pois:

“Dos Cr\$ 286.822.000,00 (US\$ 3,09 milhões) orçados para o período de 1975/1980, Cr\$ 242.644.000,00 (US\$ 2,61 milhões) destinavam-se à construção de rodovias e vias vicinais, ou ainda, melhoramentos em trechos já existentes. Isso corresponde a 85,3% de todo o montante”. (Idem)

As ações do Estado, no âmbito do POLAMAZONIA tiveram impactos marcantes na reorganização do território. Como já vimos, estradas foram construídas, promovendo uma maior circulação no território, um aumento nos fluxos materiais que percorrem o mesmo. Contudo, tais ações também tiveram implicações sócio-espaciais e ambientais, pois as estradas devastaram vastas áreas, expulsaram muitos indígenas de suas terras, alteraram as condições pedológicas das áreas afetadas, com aumento da erosão e perda de espécies vegetais. Nesse sentido, ABREU (2001, p. 146) afirma:

“Muitas estradas e rodovias foram construídas para permitir a “integração nacional”, atravessando áreas indígenas, devastando a floresta e expondo seus solos frágeis às intempéries; ou ainda derrubando seringueiras e castanheiras que serviam de fonte de trabalho para seringueiros e castanheiros, “povos da floresta”, como se convencionou chamar esses trabalhadores, a partir da notoriedade adquirida por Chico Mendes”.

As ações executadas e suas conseqüências estavam de acordo com a visão do Governo Militar da época, que apresentava nítidos ecos da concepção de fronteira de Frederick Turner, a qual descrevemos no Capítulo I. Tal autor considera a fronteira como as “terras novas”, aquele espaço “vazio”, que deve ser ocupado pelos “civilizados”. Nesse sentido, não apenas esse, mas os demais pólos planejados no âmbito do POLAMAZONIA, pensados a partir do ideário dos “espaços vazios”, praticamente não consideraram as sociedades que já habitavam aqueles territórios.

Não houve também, preocupação com os não-índios do local. No dizer de ABREU (2001, p. 146):

“Não há nos textos da SUDECO qualquer referência sobre políticas de apoio às populações autóctones, como os camponeses que lá produziam, tanto para subsistência quanto para o mercado e trabalhavam com o extrativismo vegetal”.

Sendo assim, não se tratava de um espaço vazio, mas de um espaço no qual ocorreu o desencontro de etnias, o desencontro de interesses econômicos distintos e o desencontro expresso nas temporalidades históricas peculiares de cada ator social presente na fronteira. O

resultado desse avanço da fronteira foi a eclosão de vários conflitos, que demonstraram as tentativas de resistência por parte desses atores sociais. Muitos posseiros foram expulsos da terra que ocupavam, assim como os índios, num processo expressivo de concentração da terra.

ABREU (2001) também nos fala do pouco empenho do Estado em criar infra-estrutura para os migrantes que chegavam à região, os quais passaram por grandes dificuldades no que tange a ocupação daquele espaço, as quais envolviam a questão climática, a fertilidade do solo, conflitos com os índios, posseiros e fazendeiros que já ocupavam aquele território.

Tratando agora do POLOCENTRO, nos interessam as ações do Estado no âmbito desse programa, na área-programa de Xavantina, que corresponde territorialmente a enorme porção da fronteira da BR-158.

Como já dissemos no capítulo anterior, o POLOCENTRO foi criado no contexto do II PND, com o objetivo de incorporar as áreas de Cerrado ao processo de modernização de agricultura que já se dava no Sudeste e Sul do país.

Estudos realizados pela EMBRAPA constataram a necessidade de correção do solo do Cerrado, o qual é tem alto grau de lixiviação, o que implica em sua maior acidez. O solo da região era considerado inadequado para a produção na formas tradicionais de manejo. Contudo, os estudos concluíram que, com a utilização de insumos modernos, seria possível o aproveitamento de mais de 50 milhões de hectares para a produção agropecuária. Nesse sentido, os governos Federal e Estadual participariam promovendo as pesquisas necessárias e subsidiando o uso de equipamentos para a produção (ABREU, 2001).

È nesse contexto que se insere a área-programa de Xavantina. Essa área-programa, assim como as demais, tinha uma localização planejada, a qual, no início, obedecia ao seguinte critério:

“as áreas selecionadas localizavam-se nas faixas de 40 km ao longo de eixos de estradas consideradas estratégicas, em função da disponibilidade próxima de jazidas de calcário e de energia, além de ter que apresentar alto potencial de manejo e presença de empresariado rural” (Ibid., p. 148).

Contudo, esse critério foi alterado e as áreas-programa divididas em *prioritárias* e *secundárias*, ainda que, articuladas a eixos rodoviários principais.

ABREU (2001, p. 149) clarifica as diferenças entre essas áreas ao dizer:

“As áreas definidas como prioritárias – conjunto de municípios que seriam beneficiados com, pelo menos, 60% dos recursos creditícios do Governo Federal para projetos agropecuários – seriam beneficiadas com a implantação de infra-estrutura de apoio que se consolidaram, basicamente, em melhoramentos e implantação de estradas rurais e ainda projetos de energia e eletrificação, nas proximidades de usinas de exploração de jazidas de calcário. As áreas consideradas secundárias, que foram definidas como o conjunto de municípios que receberia o restante dos recursos para crédito, não seriam contempladas com recursos do Programa para implantação de infra-estrutura, isso, quando necessário, era incumbência dos governos estaduais que, inclusive, eram responsáveis pela seleção das áreas para programação e aprovação pelas Comissões Estaduais de Coordenação e Acompanhamento do POLOCENTRO”.

Entendendo assim as diferenças entre as áreas prioritárias e secundárias, podemos dizer que os municípios de Nova Xavantina, Canarana e Água Boa, que compõem nossa área de estudo, correspondiam à *área prioritária*, sendo assim privilegiados quanto aos investimentos realizados pelo POLOCENTRO.

Como já dissemos no Capítulo II, um dos objetivos do POLOCENTRO em Xavantina era incentivar a rizicultura irrigada. Grande parte da área-programa não era servida de energia elétrica e as estradas existentes eram precárias (ABREU, 2001). Existia assim uma grande dificuldade de acesso aos municípios e também na interligação dos mesmos com as jazidas de calcário, o que demandava efetivas ações de planejamento. Assim:

“para isso, programaram melhorar as condições de tráfego do trecho entre Aruanã/Cocalinho, com 86 km, a partir de onde se implantaria outra estrada de ligação com as jazidas de calcárias com 74 km. Outros trechos implantados foram: Canarana (BR-158)/jazida de calcário (Água Boa), com 27 km; BR-158 (km 240)/núcleo urbano Canarana, com 38 km; BR-158 (km 240) / Rio das Mortes (Nova Xavantina), com 50 km; Entroncamento da BR-158 (Água Boa)/ Planalto/Entroncamento da MT-110 (Nova Xavantina). Outros trechos também foram melhorados, é o caso de 30 km entre Barra do Garças e Xavantina; Cocalinho/jazida de Calcário de Águas Negras (Barra do Garças); trecho de 51 km da BR-158 entre Xavantina e Alô Brasil; BR-158/ Projeto Novo Planalto (Água Boa), com 45 km; trecho BR-158/Rio das Mortes/Cocalinho, onde foram executados projetos de construção de pontes”. (Ibid., p. 161)

De acordo com ABREU (2001), foi gasto no setor de transportes Cr\$ 96.346.000,00 (US\$ 2.117.224,66 milhões), o que se materializou em implantação e melhoramentos de 417 km de estradas, majoritariamente ligando as jazidas de calcário; aos maiores centros urbanos regionais.

Observamos assim, diversas ações do Estado no sentido de prover uma maior circulação no território, implantando sistemas de engenharia, isto é, estradas, ou melhorando as já existentes. Sendo assim, o Estado nesse momento de construção da fronteira era o ator principal na condução das transformações do território.

No que se refere à energia, foi construída uma linha de transmissão de Barra do Garças até Nova Xavantina, com 140 km. Duas subestações foram planejadas e iniciadas: uma em Nova Xavantina com 10 kw/h e outra em Barra do Garças, com 13,8 kw/h (ABREU, 2001).

A armazenagem também foi outro setor contemplado pelo POLOCENTRO em Xavantina. Assim, foram implantadas uma unidade em Barra do Garças (com 12.000 toneladas) e mais outras duas em Nova Xavantina (com 4.200/ton. E 12.000/ton.) (ABREU, 2001).

Ocorreu também a instalação, mediada pela EMBRAPA, de uma Unidade de Pesquisa voltada para implantação de projetos de arroz irrigado no pólo Xavantina, a qual foi orçada em Cr\$ 4.560.000,00 (US\$ 561,9 mil) (ABREU, 2001). De acordo com a autora, tal empreendimento envolvia a compra da área e introdução dos campos experimentais, bem como as benfeitorias no terreno, compra de móveis, máquinas e etc., até a administração dos projetos (26 unidades) e o investimento em apoio.

Vemos assim, o Estado equipando o território com fixos diversos, conduzindo o mesmo a uma reorganização. Tal fato nos faz lembrar aqui o objetivo principal da pesquisa, que consiste em tornar inteligível os processos de reorganização do território que se deram ao longo dos três momentos fundamentais de construção da fronteira da BR-158, resultando num espaço com marcante diferenciação interna. Repetindo um procedimento que realizamos diversas vezes ao longo desse trabalho, e que consideramos fundamental para demonstrar a hipótese principal, falaremos agora, de forma sucinta, a influência desse processo de reorganização do território conduzido pelo Estado no período em questão, na geração de uma fronteira com significativas diferenciações espaciais internas.

Sendo assim, temos que ressaltar que as ações do Estado, tanto na instalação dos fixos e sistemas de engenharia quanto na concessão de incentivos, que se deu de forma desigual no território da fronteira da BR-158. No período da década de 1970 até meados de 1980 pudemos verificar pelo que foi exposto no presente tópico, que o município de Nova Xavantina foi aquele onde a instalação de uma infra-estrutura por parte do Estado foi maior, isto é, foi nesse município que se deu a instalação de determinados fixos ou objetos técnicos. Água Boa e Canarana também foram áreas contempladas pelo POLOCENTRO, contudo, não ocorreu no período em questão uma mudança significativa na materialidade do território dos

mesmos, pois não verificamos a instalação de fixos nos mesmos. A área correspondente ao município de Querência não foi contemplada pelo POLOCENTRO, lembrando que esse foi o município com a ocupação mais tardia e é o que hoje tem a pior infra-estrutura dentre os quatro estudados, tendo até hoje a estrada que se conecta com a BR-158 não pavimentada. Portanto, no que tange a determinados serviços e comércio, Nova Xavantina polariza os demais municípios. Essa posição relaciona-se inquestionavelmente com os investimentos realizados no mesmo no período em questão, que legaram um espaço mais urbanizado. No Mapa V, na página seguinte, podemos visualizar melhor essa questão que discutimos aqui, pois o mesmo mostra as realizações do POLOCENTRO na região. Podemos notar a concentração espacial de fixos no município de Nova Xavantina, com armazéns, uma subestação de energia e uma unidade de pesquisa.

Finalizando a análise do papel do Estado na fronteira nesse período, ressaltamos que foi este ator que direcionou o uso que se fazia do território.

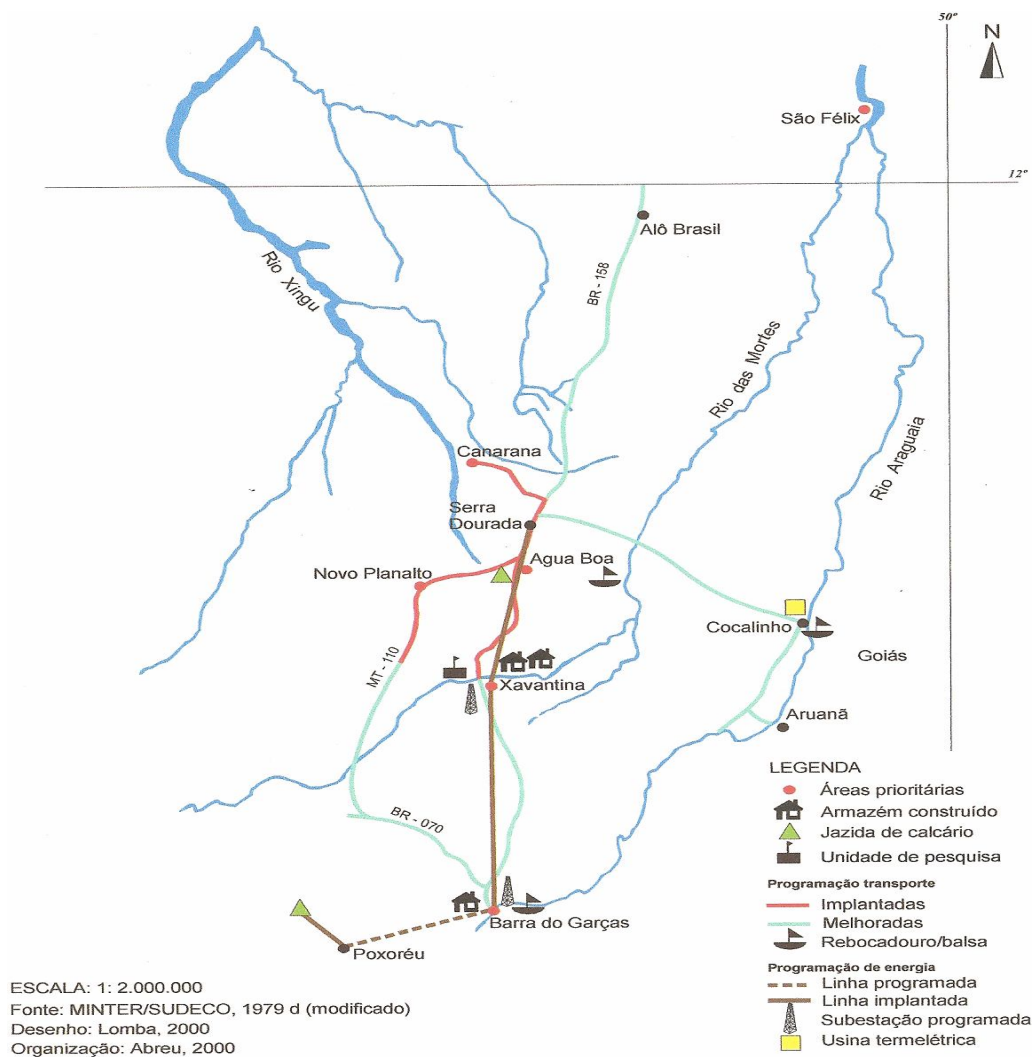
Historicamente a ocupação da fronteira da BR-158 se deu com base na grande propriedade rural. Quando o Estado planejador do desenvolvimento teve a oportunidade de modificar a estrutura fundiária, não o fez, pelo contrário, incentivou a manutenção do modelo, com as ações da SUDAM e SUDECO no território. A implantação da infra-estrutura para a ocupação de áreas consideradas ‘vazias’, aliada à concessão de incentivos fiscais, manteve a estrutura com base na grande propriedade rural.

Observamos ao longo desse tópico o importante papel que o Estado desempenhou do final da década de 1960 até o final da década de 1970. A partir da década de 1980, no contexto da crise da dívida, há um progressivo esvaziamento do papel do Estado, não apenas na fronteira em questão, mas na agricultura como um todo. No dizer de CASTILLO (2007, p. 35):

“A partir dos anos 1980, a forte crise fiscal do Estado brasileiro impele, pouco a pouco, a uma mudança nas formas de intervenção no setor agrícola. A adoção de políticas neoliberais (privatizações, concessões, diminuição dos subsídios, abertura comercial) junto a um novo paradigma produtivo dominante (com forte participação das tecnologias da informação) conduz a novas formas de relações entre os agentes da produção, sobretudo voltada à exportação. O Estado renuncia, parcialmente, à sua posição de comando dos circuitos espaciais produtivos, e essa tarefa é assumida por grandes empresas do agronegócio”.

Mapa V- POLOCENTRO na Área - Programa Xavantina

POLOCENTRO - XAVANTINA



Coerente com esse contexto, na década de 1990, com a extinção da SUDECO no governo Collor, a região Centro-Oeste deixou de ter um órgão estatal planejador do seu desenvolvimento, passando cada estado a trabalhar de forma isolada.

Sendo assim, a partir da década de 1980, mas principalmente da década de 1990 até os dias de hoje, o Estado assistiu uma drástica redução do seu papel como agente principal das transformações no território da fronteira. Podemos observar de forma clara sua atuação nesse

período através das ações do INCRA na região, o qual criou diversos projetos de colonização. Destacamos então, o “boom” que o Estado de Mato Grosso teve neste período: em 1994 haviam sido realizados cerca de 50 assentamentos pelo INCRA, enquanto em 1999 esse número cresce para cerca de 275 (GOMES, 2000).

Sendo uma política importante para atenuar os conflitos e tensões do campo, impedir, ou ao menos, minimizar as pressões nos centros urbanos, e ocupar o território, estes programas de assentamentos tem sido insuficientes na promoção do desenvolvimento sustentável no estado de Mato Grosso. Na realidade os assentamentos acumulam grande número de dificuldades e desafios tais como: a regularização das terras ocupadas, como vem fazendo o INCRA, para que o assentado não se torne um posseiro; a viabilização econômica destes assentamentos, já que somente a posse do lote não garante a inserção econômica no mercado e a reprodução social das famílias assentadas. Na verdade, a falta de financiamento, assistência técnica e infra-estrutura – particularmente viária – têm sido comumente os fatores que fazem ainda mais vulnerável a condição de assentado, tornando-o muitas vezes presa fácil para os grandes latifundiários ou grileiros (GOMES, 2000).

No município de Água Boa temos seis assentamentos do INCRA, os quais envolvem um total de 1.214 famílias. Em Nova Xavantina são três assentamentos, beneficiando 534 famílias. Querência apresenta três assentamentos, com 1.277 famílias assistidas⁴⁴. Numa entrevista com o já citado funcionário da EMPAER/MT em Querência, Fernando Perin, obtivemos informações sobre os assentamentos existentes no município. De acordo com ele, atualmente são cinco assentamentos, nos quais cada lote de terra tem uma média de 70 hectares. De acordo com o mesmo, existem vários problemas no que se refere ao assentamento das famílias no município, e que segundo ele, ocorrem nos demais assentamentos presentes nos outros municípios estudados. Um deles é a questão da infra-estrutura dos mesmos, os quais não recebem o apoio adequado do INCRA. O funcionário também apontou como problema a má seleção dos agricultores para o projeto, pois cerca de 60% dos mesmos não tem aptidão para a agricultura, isto é, nunca tinham trabalhado com terra. Muitos são migrantes de Goiás, do Nordeste e do Sul do país.

Recentemente, com a criação do PAC pelo Governo Federal, que contemplará Mato Grosso com diversas obras e investimentos, temos que compreender o papel do Estado na fronteira no momento atual. No espaço demarcado por nossa pesquisa, tal programa se fará presente através do asfaltamento do trecho da BR-158 de Ribeirão Cascalheira até a divisa

⁴⁴ Dados extraídos do Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2003.

com o Pará, propiciando uma nova logística de exportação da soja nesse território. Contudo, temos que destacar que tal sistema de engenharia vem atender aos interesses das grandes empresas ligadas à cadeia da soja presentes na região, as quais demandavam uma logística de exportação mais eficiente, que diminuísse os custos de transporte. Pois atualmente a soja produzida na fronteira ainda é escoada para os portos do Sul e Sudeste do país.

No que tange as rodovias estaduais, há uma parceria do Estado com os grandes produtores e empresas, no sentido de um consórcio para juntar recursos para a pavimentação de tais vias. Assim, *“nas áreas onde atuam os Consórcios Rodoviários, uma cláusula contratual determina que a associação de produtores ofereça manutenção no trecho. Vale ressaltar que na modalidade, o Governo de Estado firma parceria com os produtores rurais para pavimentar as estradas. Atualmente, o governo estadual tem conveniado 2.530 km de consórcio, no qual 1.212 km foram concluídos⁴⁵”*.

Nesse contexto observamos uma mudança na atuação do Estado, que deixa de empreender uma ação integral, não “custeando” por completo as transformações espaciais, agindo em parceria com a iniciativa privada. Esta nova forma de atuação nos revela o papel assumido pelo Estado na atual fase do sistema capitalista.

BERNARDES (2004, p. 5) complementa o que afirmamos acima quando diz:

“Sobre o papel do Estado na formação de políticas vinculadas aos novos corredores de exportação, pré-condição para a competitividade no mercado internacional, os instrumentos disponíveis no quadro atual permitem ver o Estado não tanto enquanto redução da sua presença, porém com uma adequação ao seu novo papel, tornando-se progressivamente mais regulatório do que interventivo, fixando normas gerais, articulando parcerias e como gestor dos processos de reestruturação territorial que envolvam conflitos em torno de interesses mais complexos” .

4.2. A importância da técnica.

Abordaremos aqui, a participação da técnica, enquanto importante elemento de construção da fronteira a partir da década de 1970.

O Cerrado, do qual faz parte nossa área de estudo, foi durante muitos anos, pouco valorizado pelo capital, mas de 1970 até os dias de hoje constituiu-se num espaço privilegiado, pois o desenvolvimento técnico – científico proporcionou uma reavaliação desse espaço, tornando-se a

⁴⁵ Secretaria de Comunicação Social do Mato Grosso.

escala de produção e a topografia trunfos que favorecem a região na competição internacional, que é característica do capitalismo. Devemos ressaltar que a técnica tem uma importância crucial na competição, na medida em que quanto maior for a sua aplicação, maior serão os níveis de competitividade. Em suma, a técnica permitiu que uma área que antes era pouco atraente do ponto de vista do capital se tornasse atraente para o mesmo.

Partimos da idéia de que todo avanço de fronteira se deve a inovações técnicas. Sendo assim, num sentido amplo, poderíamos pensar o “descobrimento” da América como resultado da expansão das fronteiras européias, a qual se deu devido a determinadas inovações da época⁴⁶. Sendo assim, a técnica participa no sentido de vencer determinadas dificuldades, nos mais variados aspectos.

A presença da técnica na fronteira estudada se dava num contexto no qual ocorria o esgotamento das terras a serem ocupadas no Sul/Sudeste do país, inviabilizando a incorporação de novas áreas para a prática agropecuária naquelas regiões. A partir das novas técnicas de correção do solo criadas pela EMBRAPA na década de 1970, e também do uso cada vez maior de máquinas no terreno plano do Cerrado, criam-se condições favoráveis à ocupação de regiões antes tidas como inviáveis à produção do arroz, mas principalmente da soja. Pela acidez de seus solos, esse ecossistema foi por muitos anos considerado inadequado à agricultura.

Portanto, graças à técnica, as dificuldades do Cerrado foram convertidas em vantagens comparativas no que tange à produção de grãos.

A questão da técnica como fenômeno social permite-nos elaborar uma leitura de que o conteúdo novo na fronteira tem na incorporação de sistemas técnicos ao processo de trabalho um elemento crucial da relação social na transformação da fronteira. Se o processo de trabalho e a produção de produtos na fronteira da BR-158 eram, até então, predominantemente artesanais e que aos poucos passa a incorporar novos sistemas técnicos, isso traz uma dimensão nova no conteúdo territorial da fronteira e que encerra uma relação de escala geográfica também nova.

Uma nova paisagem ganha formas, na medida em que, o uso de objetos e recursos técnicos cria uma amálgama territorial, um mosaico composto de ciência e tecnologia incorporada na dimensão produtiva, mas também alcança uma perspectiva simbólica sobre a fronteira. São as possibilidades abertas pelo conhecimento científico e pela introdução de sistemas técnicos que reduz a dependência – numa expressão de MARX – de uma primeira natureza, para uma configuração territorial – uma segunda natureza – composta de inovações

⁴⁶ Devemos tais idéias a uma proveitosa conversa com a Professora Maria Verônica Secreto.

químicas, tecnológicas e, mesmo, biológicas, ancorada na expansão da circulação no território (BERNARDES, 2005, p. 17), cuja manifestação geográfica é um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) que tornam as especializações produtivas solidárias em escala global.

A expansão da soja na fronteira da BR-158, bem como sua evolução, evidencia a ocupação de um espaço que antes era considerado periférico. Tal ocupação só se tornou possível com a modernidade contemporânea, pautada em ciência, tecnologia e informação, os três vetores em que se desdobra a técnica, os quais propiciaram uma reavaliação das áreas de cerrado, do qual a região em questão constitui parte.

No que se refere especificamente à importância da informação para o sucesso da produção de soja nas áreas de cerrado, Blairo Maggi – Ex-Presidente do Grupo Maggi – traduz essa importância ao dizer:

“... O sucesso da agricultura nestas regiões sempre foi amparado por um grande número de informações que possibilitaram traçar as melhores estratégias de desenvolvimento. A velocidade das informações foi imprescindível para o progresso alcançado e brevemente teremos acesso às informações em tempo real⁴⁷”.

Reportemo-nos a Foto X, no Capítulo III, a qual ilustra uma torre de telecomunicação na Fazenda Tanguro, Querência, de propriedade do grupo em questão.

Sendo assim, a participação da informação com suas normas (calendários agrícolas, instrutivos de utilização de produtos) não deve ser subestimada, bem como aquela que emana de objetos técnicos como as torres de telecomunicação, e que vem atender os atores hegemônicos locais.

A presença da ciência, traduzida pela importante contribuição dada pela pesquisa científica, a qual, inicialmente com a EMBRAPA e atualmente com a Fundação MT⁴⁸, se mostrou cada vez mais eficaz durante o período em estudo, no sentido de produzir sementes adaptadas às condições de cerrado, otimizando certas condições naturais – como a distribuição de chuvas, por exemplo – e que resistissem a pragas como o cancro da haste, que

⁴⁷ Afirmação feita no *Boletim de Pesquisa de Soja*, da Embrapa, número 05, janeiro de 2001.

⁴⁸ A fundação é resultado do acordo entre a Embrapa, principal órgão de pesquisa agropecuária do governo federal, 100 produtores e 40 empresas agrícolas. Produtores locais e empresas agrícolas, os patrocinadores, investem dinheiro na pesquisa e em troca recebem mais rapidamente uma soja que resista às doenças. Cerca de 90% das empresas agrícolas, incluindo gigantes como a americana Cargill, aceitaram contribuir mensalmente. A Fundação MT tem em caixa 1,25 milhões de dólares por mês (JARDIM, 2001).

ameaçava acabar com a soja no estado de Mato Grosso e que hoje é um problema superado. A Fundação MT teve e tem um papel muito importante para a difusão e consolidação da soja na região, pois, como afirma Blairo Maggi “*Ela salvou a soja no cerrado*” (Revista Exame, 14/06/2000). No que se refere especificamente ao papel da Fundação MT em Nova Xavantina, BONFANTI (2006, p. 75) afirma:

“Os sojeicultores contam com o apoio incondicional da Fundação Mato Grosso, formada por empresas ligadas ao setor agropecuário, com sede em Rondonópolis. A prefeitura municipal mantém um convenio com a Fundação Mato Grosso, que repassa aos produtores através de palestra, cursos e Dia de Campo, as orientações de plantio, aplicação de insumos colheita, comercialização. Todos, técnicos e produtores reafirmam que a Fundação Mato Grosso é responsável em grande parte pela expansão da atividade sojeífera em Nova Xavantina”.

Sendo assim, temos assim o reconhecimento da importância da ciência, bem como da inevitabilidade de sua contribuição para ter êxito na região.

Destacamos agora a presença técnica em sua forma mais material, isto é, enquanto objetos técnicos e insumos. O uso cada vez maior de tratores, máquinas de plantio, colheitadeiras potencializou os índices de produção e contribuíram para a domesticação do solo do cerrado. Os insumos atuaram na correção da fertilidade do solo, com reflexos automáticos na produtividade do mesmo.

As implantações técnicas se materializam na forma de objetos técnicos: hidrelétricas, prédios de empresas agrícolas, fazendas modernas, tratores modernos, máquinas de plantio direto, aviões pulverizadores, estradas de rodagem, estradas de ferro. O espaço é, então, marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. Tem-se, assim, um sistema de objetos que serve aos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política.

Auxiliando-nos a precisar a questão do nível técnico na fronteira, BERNARDES (2004, p. 5) afirma:

“vale destacar que o padrão tecnológico de produção mecânico e químico é dominado pelas multinacionais, através de suas subsidiárias no país. Já o padrão biológico, com adaptação mais problemática, possibilita a participação dos atores locais através das pesquisas de novas variedades adaptadas às condições climáticas e de solo de cada região do estado, de resistência a doenças, pesquisando ainda espécies de ciclos distintos, o que permite certa autonomia dos produtores”.

Citamos aqui, a recente instalação do escritório e depósito dos produtos da corporação multinacional Singenta em Nova Xavantina, que produz agrotóxicos agrícolas, a qual vai permitir aos agricultores a aplicação de insumos químicos necessários à produção sojifeira.

Para dar uma melhor idéia do aumento da presença da técnica na fronteira, usamos a Tabela XVII, na qual podemos visualizar a evolução do número de tratores nos municípios estudados nos anos de 1996 e 2006.

Tabela XVII
Evolução no número de tratores nos municípios estudados. 1996-2006

Municípios	1996	2006
Água Boa	602	563
Canarana	742	905
Nova Xavantina	376	457
Querência	234	582

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006.

Com exceção de Água Boa, ocorreu um significativo aumento no número de tratores da fronteira, com destaque para Querência, que registrou um crescimento de mais de 100% no seu número de tratores. É importante notar que nos dois municípios onde a soja vem registrando forte expansão em área e produção (Querência e Canarana), o aumento no número desses objetos técnicos foi maior. Em Nova Xavantina o aumento foi tímido.

Tal constatação nos permite reafirmar aqui a diferenciação espacial da fronteira no que tange ao seu nível técnico. Temos então, no interior do espaço da fronteira, áreas onde a presença da técnica é mais marcante, o que se traduz em maiores valores de produção e rendimento.

As inovações técnicas e organizacionais na agricultura criaram:

“um novo uso do tempo e um novo uso da terra”. (SANTOS & SILVEIRA, 2002, p. 118)

O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico informacional.

As inovações científico-tecnológicas apresentam acentuada velocidade no período atual, apresentando uma difusão mais rápida e mais extensa do que nas épocas precedentes, conferindo novas formas ao espaço e acarretando sua reestruturação. Sua configuração é cada vez mais alterada pela presença de objetos técnicos carregados de informação. Assim,

“as atividades mais modernas, na cidade e no campo, passam a exigir adaptações do território, com a adição ao solo de acréscimos cada vez mais baseados nas formulações da ciência e na ajuda da técnica”. (SANTOS, 1994, p. 73)

Contudo, tais inovações não se distribuem de forma uniforme no planeta, criando uma geografia desigualitária (SANTOS, 1994). Sendo assim, no dizer de SANTOS (1994, p. 145):

“o espaço rural e urbano são marcados na sua transformação, pelo uso sistemático das contribuições da ciência e da técnica e por decisões de mudança que levam em conta, no campo e na cidade, os usos a que cada fração do território vai ser destinada. Trata-se de uma geografia completamente nova”.

Nesse sentido, com rapidez o território é transformado, resultado das novas técnicas que são adicionadas ao mesmo para conferir êxito à produção moderna. Encontramos assim, um esforço de organização do território para a criação de uma maior produtividade espacial.

4.3. As empresas ou corporações e seu papel na reorganização espacial na fronteira

Antes de iniciar este tópico, que abordará o papel das corporações na reorganização do território na atualidade, especialmente no território da fronteira, gostaríamos de reforçar aqui que, apesar de já termos discutido o conceito de território no capítulo um, o mesmo é entendido aqui como o espaço socialmente usado, o *locus* onde são produzidas as ações dos homens, das empresas, dos Estados e demais instituições sociais, ou seja – o território pode

ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico, espaço esse resultante das práticas de todos os agentes, que envolve todas as ações e todos os interesses sociais (SANTOS, 2000). Conseqüentemente, as relações de poder não poderiam deixar de estar presentes ao se considerar o território, pois temos ações e/ou práticas que envolvem diferentes agentes, nos obrigando assim a evocar a acepção do território como um espaço definido e delimitado por relações de poder (SOUZA, 1995).

A história dos lugares é definida a partir da efetivação das possibilidades que o mundo lhes oferece, ou seja, a efetivação de um conjunto de ações, que por sua vez tornam-se materializadas no território. Assim, ainda que o território seja povoado por distintas ações e objetos, e que todos estes influenciem o seu funcionamento, a sua configuração é determinada sobremaneira por um conjunto de agentes (e de ações) mais proeminentes.

Nesse sentido, a orientação do uso do território se revela por vezes direcionada por um grupo seletivo de agentes, em determinada circunstância de tempo e espaço. No período atual, podemos destacar as grandes empresas como exemplo de agentes que acabam por (re)funcionalizar os lugares segundo as suas necessidades. Sendo assim, os lugares são redefinidos pela ação das grandes empresas.

No que diz respeito ao papel que as grandes empresas têm, na reorganização do território na fronteira, SANTOS (2002, p. 293) nos auxilia ao dizer que:

“A presença numa localidade, de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infra-estruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética. Acrescenta-se a tudo isso as inflexões exigidas da política e nos planos federal, estadual e municipal para atender as necessidades de instalação, permanência e desenvolvimento das empresas. Estas estão interessadas, sobretudo na produção material, isto é, são empresas dedicadas à indústria e à agricultura, mas incluem também empresas ligadas ao comércio, aos serviços, aos transportes, as finanças e à informação, etc.”.

É inegável, assim, o importante papel das grandes empresas enquanto importantes agentes de (re)organização territorial na contemporaneidade. Apenas a instalação das mesmas já provoca impactos na organização do território, como MILTON SANTOS explicou de forma elucidativa no trecho acima.

A intenção das grandes empresas em investir é seletiva, e ela acaba por eleger os lugares que se mostram mais favoráveis, ou seja, aqueles que apresentam as condições ideais

e reais (ou em via de realização), e que desta forma satisfaçam as suas necessidades. Podemos, de forma dialética, compreender os interesses das empresas e também os interesses que os lugares possuem em atraí-las. Este último, em verdade, constitui não o interesse do lugar como um todo, mas apenas a vontade de alguns, visto que as *benesses* do acontecimento se restringem ao alcance de um seleto grupo de agentes.

A idéia e prática atual das grandes empresas são, no contexto do atual capitalismo globalizado, encontrar o lugar (no conjunto de um território nacional) que mais satisfaça aos seus interesses produtivos, levando em conta, desta forma, o menor esforço por parte da empresa em adicionar ao lugar escolhido os elementos técnicos necessários para a implementação de seu projeto. Ou seja, a questão da localização dos empreendimentos produtivos há muito tempo resulta das vantagens comparativas e concorrenciais, que envolvem tanto a natureza da atividade produtiva como a natureza do local onde a atividade é (ou será) implantada (BENKO, 1999b).

Foi na década de 1990 que as grandes empresas se instalaram e passaram a exercer uma grande influencia na reorganização do território na fronteira da BR-158. Portanto, a escala temporal abrangida nas análises efetuadas nesse tópico abarcam o ano de 1990 ate a atualidade.

Tratando especificamente das empresas do agronegócio, CASTILLO (2007, p. 39) nos diz:

“Essas grandes empresas do agronegócio dominam, cada vez mais, o beneficiamento (classificação, limpeza, secagem), a assistência técnica, o processamento agroindustrial, o mercado de fertilizantes, o mercado de sementes, o armazenamento, o financiamento da produção, a comercialização e a exportação. Essas grandes empresas detêm indústrias processadoras, armazéns e silos, empresas de colonização, empresas de comercialização de produtos agrícolas e seus derivados; atuam no transporte rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo, possuem terminais em portos fluviais e marítimos, centros de distribuição, escritórios exportadores, postos avançados de compra de grãos; fornecem crédito de custeio e investimento, prestam assessoria técnica a produtores conveniados, estabelecem parcerias com empresas de logística entre outras ações que variam segundo as especificidades do circuito de cada produto (soja, algodão, laranja, café, cacau, cana-de-açúcar estão entre os mais importantes).

Esse trecho ajuda a esclarecer a importância das corporações ligadas ao agronegócio na reorganização do território na atualidade. Elas são poderosos agentes de transformação territorial na atualidade.

Já adiantamos um pouco a questão no Capítulo III, quando associamos o avanço da soja na década de 1990 à chegada das grandes corporações na fronteira. Pudemos demonstrar visualmente, através de algumas fotos, a presença de tradings como a Cargill, a Bunge e a Amaggi no território da fronteira da BR-158. Contudo, temos também a presença da ADM, da Coimbra (Louis Dryfuss) e da Caramuru.

Segundo recente relatório do Greenpeace⁴⁹ sobre a expansão da indústria da soja no Brasil, em especial na Amazônia, as *traders* transnacionais de *commodities* “*não agem apenas como compradoras. Juntas, elas são responsáveis por 60% de todo o financiamento da produção de soja no país. Só a Bunge financiou o equivalente a quase US\$ 1 bilhão em insumos agrícolas para fazendeiros brasileiros em 2004*”. Embora não cultivem diretamente grãos – o que as isenta de eventuais prejuízos inerentes à agricultura, como mudanças climáticas ou ataque de novas pragas –, essas empresas dominam o setor financiando as várias etapas do plantio: compra de sementes, de produtos químicos e equipamentos que elas próprias fabricam ou fornecem, em troca do direito de comercializar a safra. Na área em estudo, pudemos verificar, através de visita a alguns produtores, o sistema de negociação chamado de “soja verde”:

“ em que a indústria antecipa o pagamento da soja contra a entrega posterior do produto. A particularidade desse processo é que seu funcionamento ocorre com maior frequência quando os preços do produto estão altos, já que o custo da operação é muito elevado, assim como o custo de oportunidade dos recursos que seriam imobilizados se a aquisição da matéria-prima fosse imediata. Nesse cenário, a rotina agroindustrial da soja verde impõe uma estreita relação entre processadores e agricultores na qual os grupos de pressão e as organizações de interesses agrários não estão envolvidas” (BELIK & PAULILLO, 2001, p. 104).

Verificou-se também a presença de outra forma de contrato, o contrato em dólar, no qual o produtor contrai um empréstimo antecipado (na época do plantio), comprometendo sua safra na época da colheita. A empresa paga o valor em dólar, de acordo com o preço da saca do dia do empréstimo, e cobra juros que variam de 14% (ADM) a 16% (Bunge) ao ano do produtor.

A maioria das empresas na fronteira estudada, nos empréstimos até US\$ 200.000,00 cobram como garantia o penhor de safra; isto é, na época da colheita, a preferência de recebimento é da empresa, além da existência de dois avalistas. Para empréstimos acima desse

⁴⁹ *Eating up the Amazon* (2006).

valor cobra-se a hipoteca do terreno. Veja relato de um agricultor, do município de Querência, o qual plantou 4000 hectares de soja em 2006 e que pretendia manter o mesmo patamar em 2007. Ele conta que, para comprar todos os insumos, precisou fazer um empréstimo com a Bunge, “*Quando pega dinheiro das tradings, a gente dá o penhor da safra e a garantia da propriedade, o penhor de hipoteca. A gente vai tocando desse jeito para continuar o plantio*”⁵⁰.

Nas visitas aos sindicatos dos produtores e a alguns produtores de soja, constatamos a predominância dos contratos norteados pela chamada Cédula do Produtor Rural (CPR), que foi criada pelo Governo Federal em 1994. Esse contrato passou a substituir cada vez mais, aqueles realizados no esquema da “soja verde”.

De acordo com BELIK & PAULILLO (2001), a CPR significou um avanço, pois permitiu a venda antecipada de parte ou a totalidade da produção do agricultor, em qualquer de suas fases. No dizer dos referidos autores:

“A CPR é um instrumento privado de financiamento, que pode ser emitida por um agricultor, cooperativa ou associação, significa uma obrigação de entrega do produto rural quantidade e qualidade especificadas. É uma venda antecipada, com recebimento no ato e entrega diferida, como um contrato a termo, podendo ser emitido nas fases anterior, durante e posterior do plantio, trazendo a possibilidade de alavancagem de recursos no volume e momento desejável pelo agricultor”. (Ibid., p. 108-109)

Sendo assim, Os bancos e *tradings* avalizam as operações de CPR e garantem a entrega do produto nas condições estipuladas no contrato. Este sistema traz consigo garantias para o financiador através de empresas securitárias (seguro de crédito, para garantir o ressarcimento do empréstimo concedido; seguro da produção – contra riscos climáticos, por exemplo) e a garantia de preços através do mercado futuro. Isto beneficia o financiador, sendo que o agricultor pode se proteger de possíveis baixas dos preços (GASQUES e VILLA VERDE, 1999, p. 29-31). A grande empresa, por ser um agente privilegiado em termos de acesso a informação, muito raramente sofre prejuízo nas negociações.

Portanto, pelo que foi apresentado acima, podemos afirmar que a coordenação da produção não é feita somente através do sistema de preços, mas também por contratos envolvendo agricultores, ofertantes de insumos, as *tradings* e as firmas processadoras, os

⁵⁰ Informações presentes nos dois primeiros parágrafos dessa página foram obtidas através de entrevistas com produtores e gerentes de algumas das *tradings* presentes na área em estudo.

quais já são preponderantes nas negociações na região. De acordo com ZYLBERSZTAJN (2005, p. 391):

“Ao considerar a complexa gama de atividades gerenciadas pelos agricultores nos sistemas agroindustriais (SAG's), percebe-se que relações contratuais formais e acordos de cooperação informais de longo prazo se estabelecem entre os agricultores, os fornecedores de insumos, os *traders*, as firmas processadoras...”.

Sendo assim, verificamos que a região em estudo segue a tendência da coordenação através de contratos.

No que tange os produtores de soja, as grandes *tradings* passaram a atuar também como agentes financeiros, exercendo um papel antes exclusivo do Estado.

Temos então, uma situação em que:

“A estreita dependência dos agricultores às condições impostas pela indústria interfere, em grande parte, no processo de articulação de seus interesses através de organizações reivindicativas... As *tradings* e essa parcela de agricultores integrados operam sob um modelo de transação no qual instituições de controle da produção agrícola (como condições de entrega do produto, nível de qualidade da matéria-prima, pagamentos antecipados da indústria para o produtor etc.) são criadas a partir dos interesses industriais”. (BELIK & PAULILLO, 2001, p. 102-103)

Além das *tradings* vinculadas ao agronegócio, bancos e fabricantes de insumos (máquinas, defensivos – muitas vezes pertencentes às mesmas *tradings*) também participam no crédito agrícola (MAZZALI, 2000, SANTOS & SILVEIRA, 2002).

Essa alternativa de financiamento agropecuário proporciona uma dinâmica na qual os circuitos produtivos funcionam com uma estrutura de oportunidades controlada por agentes exógenos ao setor. Isso permite que porções do território nacional sejam usadas pelas empresas de agronegócios como mais um recurso (SANTOS & SILVEIRA, 2002). Assim, formam-se campos organizacionais nos quais as novas formas privadas de financiamento atuam como ferramentas de controle e dominação (FLIGSTEIN, 1990, p. 6-10, *apud* BELIK & PAULILLO 2001). No que se refere a tal situação, BELIK & PAULILLO (2001, p. 103) nos diz:

“A criação dos bancos dos fabricantes de máquinas agrícolas como fontes de crédito aos produtores rurais é um bom exemplo. A necessidade de suprir a

demanda de insumos mecânicos na agropecuária e de facilitar os processos de aquisição pelos produtores são as justificativas desses bancos para o crescimento de suas participações nos últimos cinco anos. Tanto que a liderança do desembolso de recursos do Finame Agrícola, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vem pertencendo aos bancos New Holland e John Deere”.

Em nossa ida a campo, pudemos constatar tal fato descrito acima. Através de entrevista informal com funcionários das concessionárias New Holland e Massey Ferguson em Querência, obtivemos a informação de os mesmos atuavam também como bancos, emprestando determinada quantia aos produtores, a uma taxa de juros de 13%⁵¹ ao ano, em média.

Como resultado desse novo modelo de financiamento, temos uma situação em que:

“as organizações de representação do campo não tem qualquer capacidade de intervenção. O espaço de financiamento agropecuário nacional foi ocupado por atores que impõem os seus interesses em troca de facilidades de aquisição de equipamentos colocadas para os agricultores” (Idem).

O território da fronteira da BR-158 se tornou, a partir da chegada e atuação das grandes empresas, palco de novas relações econômicas. Emergiu no mesmo, um subsistema de crédito, o qual não é vinculado ao poder público.

O controle da produção de soja na fronteira da BR-158 efetiva-se pelas políticas das corporações Cargill, Bunge, ADM, Coimbra, Caramuru e Grupo André Maggi, na medida em que controlam a compra dos grãos de soja, mediante uma série de estratégias que incentivam o avanço da produção, tais como financiamento e marketing⁵². Essas estratégias se fortalecem, fluindo pelo sistema de rede, através de fluxos de informação, de transportes, de serviços especializados para a melhoria da qualidade da soja e pelo sistema de “créditos” que garantem a compra da soja.

Na política de incentivo do plantio de soja, as empresas oferecem uma série de serviços agronômicos especializados e insumos agrícolas aos produtores que se comprometem a vender a produção às mesmas, garantindo o controle da qualidade do grão de soja e sua comercialização. Temos assim, mais mudanças nas relações entre os produtores e as grandes empresas, expressas através da terceirização dos serviços, a exemplo da aplicação de fertilizantes e da realização da colheita, já que a técnica, mais sofisticada e cara exige maior

⁵¹ Taxa praticada no ano de 2007.

⁵² Sobre a questão do Marketing das empresas ver ARACRI (2005).

controle das ações e da capacitação da mão-de-obra para a redução dos custos, conseguindo-se manter com maior autonomia aqueles produtores que possuem significativa escala de produção e capacidade de investimento (BERNARDES, 2005). Em Nova Xavantina, devido a sua estrutura fundiária em que 60% propriedades que cultivam a soja apresentam menos de 500 hectares, temos uma grande expressividade de serviços como a aplicação de insumos e a própria colheita, pois os produtores terceirizam essas tarefas por não terem condições de adquirir técnicas que exigem um maior nível de capitalização dos mesmos. De acordo com BONFANTI (2006, p. 82):

“Pelo alto custo na aquisição e manutenção de equipamentos e na formação de um quadro técnico de pessoal altamente especializado, só é viável possuir estrutura própria quem trabalha com uma área de cultivo de no mínimo cinco mil hectares”.

Tratando de um serviço como a agricultura de precisão, já dissemos anteriormente que o mesmo vem sendo realizado efetivamente apenas no município de Querência, em uma área significativa. Tal serviço é oferecido aos agricultores do município pela Bunge, através de suas subsidiárias, a Bunge Fertilizantes e a Serrana Fertilizantes. O método que a empresa utiliza é o de amostragem georreferenciada. Essas empresas estão estruturadas com todos os equipamentos e pessoal especializado para desenvolver a atividade, desde a coleta de amostras, passando pelos softwares até o aplicador de fertilizante, seja adubo ou calcário. Como em Querência, a escala de produção é maior, com o maior nível de concentração da terra da fronteira da BR-158, o emprego de tal técnica é realizado de forma expressiva no mesmo, devido ao maior nível de capitalização de seus produtores. Tal fato nos remete ao conceito de território, na medida em que expressa relações de poder. ARACRI (2005, p. 54) nos ajuda a tratar dessa questão ao falar da agricultura de precisão e de como sua utilização evoca relações de poder. Assim:

“Um dos pontos que pretendemos destacar aqui é que estamos discutindo um sistema técnico não apenas sofisticado, mas que possui, inclusive, um custo de implantação bastante elevado. Isto significa que sua utilização é um fator de diferenciação entre agentes econômicos e, portanto, é uma condição para a criação de esferas de competição distinta e para a reprodução das relações de poder. Os usuários mais comuns desse tipo de tecnologia são indústrias de alimentos e de fertilizantes, sementeiras e produtores empresariais de grande porte. Nesse sentido, o acesso aos sistemas técnicos informacionais é determinado, em grande parte, pelo nível de capitalização dos empreendedores agrícolas”

O armazenamento da produção constitui uma importante ação das tradings na fronteira, na medida em que a maioria dos produtores; não possuem esses fixos em suas propriedades. Tal fato os obriga a vender sua produção praticamente no momento em que se realiza a colheita, o que os impossibilita barganhar melhores preços para a soja, pois são obrigados a vendê-la no “pico” de produção, quando há excesso de oferta. Com isso, as tradings acumulam vantagens, pois podem vender a soja quando a mesma estiver cotada com um preço melhor na Bolsa de Chicago.

No caso do Grupo Maggi, a implantação desses fixos estratégicos também garante controle da renda da terra pelo grupo, bem como potencializa o circuito de comercialização de grãos (SILVA, 2005). No dizer desse autor:

“Se o Grupo André Maggi é um dos mais importantes atores na comercialização da soja brasileira, uma rede de armazéns é requisito básico à dinâmica de sua rede agro-urbana. A instalação de armazéns significa interações com as áreas de produção, agroindústrias, escritórios de filiais de corporações, portos fluviais e marítimos, bolsas de *commodities* etc. Logo, o armazém demanda uma rede de integração campo e cidade, articulando pontos e áreas, numa divisão territorial do trabalho inerente aos propósitos de acumulação de capital da corporação”.

Os armazéns como já demonstramos através de fotos no capítulo anterior, são importantes objetos técnicos, os quais, somados com a instalação de tantos outros (torres de telecomunicação, estradas, máquinas, prédios, fazendas modernas, etc.), modificam o território em sua materialidade, fazendo com que o mesmo aumente sua densidade técnica. Levam também a uma maior importância dos fluxos no território, pois os mesmos se intensificam, expressando a conexão da fronteira com a economia internacional, pois a produção ali estocada é escoada, através de diversos meios de transporte (hidrovias, rodovias, ferrovias) para os portos do país, e dali para o mercado externo.

A partir de uma nova densidade técnica, o lugar também conhece uma nova densidade informacional (SANTOS, 1996), porque as estruturas produtivas agora adicionadas e em funcionamento no lugar requerem um intercâmbio de ordens e ações para a efetivação do uso do território pela empresa. De certa forma, tanto o lugar quanto o funcionamento do território para a produção se expõem a comandos e objetivos que lhes são externos, e uma dependência entre diferentes pontos na rede de produção também reforça a dependência dos diferentes espaços geográficos por ela envolvidos.

Destacamos aqui a fala de SILVEIRA (2002, p. 45), que assevera:

“(...) os lugares são mais ‘exitosos’ quanto maior a sua carga de modernidade. Suas virtualidades decorrem, então, da sua densidade técnica – o conjunto de objetos modernos que abriga –, da sua densidade informacional – o acesso à informação hegemônica – e da sua densidade normativa – o império das normas do mundo num lugar”.

Assim, pela e para as atividades dos novos agentes no lugar, são empreendidos tanto por parte das empresas, como do Estado e município, novos esforços de renovação e organização do território, visando tornar o lugar mais adequado às ações de produção.

Portanto, as sucessivas instalações de objetos técnicos na fronteira, decorrentes da presença e atuação cada vez maior das grandes empresas, fazem com que o território se torne mais preciso, ganhando quantitativa e qualitativamente em técnica para dar conta das ações das empresas. Esta renovação do conteúdo material do território confere, no lugar, a emergência do que poderíamos denominar de “efeito modernizante”. Este efeito modernizante é tudo aquilo que se impõe como novo⁵³, e que, ganhando localmente um caráter de proeminência em relação aos demais objetos e ações, agora tornados residuais, acaba por centralizar toda a atenção dos agentes públicos. Tirando proveito político desta situação de renovação territorial, e invertendo e distorcendo as atenções, o poder público, em todas as esferas, apoiado em uma legitimidade aparente, se volta para a racionalidade das ações privadas, promovendo desta forma o uso corporativo do território.

Contudo, não podemos considerar a modernização apenas nesse contexto. BERNARDES (2007, p. 5) apresenta a mesma num outro contexto ao dizer:

“A modernidade descontrolada no Brasil é resultado da ausência da cidadania, e foi esta ausência que possibilitou a aplicação do meio técnico-científico-informacional nas últimas décadas. A modernidade brasileira está impregnada da mesma racionalidade dominante nos países centrais, que é imposta de cima para baixo e está em conformidade com os objetivos dos atores hegemônicos. Assim, temos um campo organizado a partir de interesses dos atores hegemônicos”.

As relações de poder surgem novamente nesse momento, de forma explícita, pois aceita-se aqui, o fato de que determinados atores (hegemônicos) impõem determinados usos do território, impondo uma modernização que beneficiam poucos. Nesse sentido,

⁵³ Tal fato nos remete novamente a concepção de Frente Pioneira de MARTINS (1997).

BERNARDES (2007, p. 6) fala das ações daqueles que tem a hegemonia no território da fronteira:

“Trata-se aqui de pensar a ação, portanto, não no sentido de atividade, mas enquanto ato que tem sentido no âmbito da racionalidade capitalista, vinculando-se a problemática da ação ao tempo e ao espaço. Trata-se da ação entendida como uso do tempo que no processo produtivo é fundamental, é pré-estabelecido, pois quem domina quem tem a hegemonia, é quem vai elaborar, por exemplo, o calendário agrícola, é quem vai definir a safrinha ou a segunda safra, fazendo com que haja outra eficiência do tempo. Estamos falando, portanto, das estratégias do poder que contemplam grandes ações. Assim, as ações devem ser sincronizadas, sendo as ordens e as regras enquadradas em tempos pré-definidos, e estas ordens, e estas regras se relacionam com mecanismos de reprodução de poder”.

O Estado, por sua vez, atua no sentido de prover uma infra-estrutura no território que atenda os seus requerimentos no mesmo. Nesse sentido, destacamos o asfaltamento da BR-158, obra que inserida como uma das ações do Governo Federal no Estado de Mato Grosso, no âmbito do PAC. Nesse sentido, a circulação é alterada de modo que atenda e viabilize os empreendimentos das grandes empresas presentes na região, as quais já vinham realizando forte pressão política para a pavimentação de tal rodovia, sobretudo o Grupo Maggi, que tem seu representante no poder público estadual, exercendo o cargo de Governador do Estado.

As ações do PAC na fronteira, bem como as iniciativas das empresas em construir armazéns, contribuem para o que SANTOS (1996) chama de instrumentalização do território. Assim, a pavimentação da parte ainda não asfaltada da BR-158 em Mato Grosso, bem como a finalização da hidrovía Araguaia-Tocantins, constituem exemplos da ação do Estado no sentido de dotar o território de condições de fluidez adequadas à reprodução ampliada do capital.

A idéia de desenvolvimento e as práticas políticas do poder público que viabilizam o uso do território pelas empresas são assim legitimadas junto à sociedade local, e o futuro do território é pensado para funcionar de acordo com o interesse das grandes empresas.

"Cada empresa (...) utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e, cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo o que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno

preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social”. (SANTOS, 2000, p. 85)

As ações que atendem os interesses dos atores que operam nas escalas nacional e internacional podem implicar em desorganização na escala local. Assim,

“É o que, em geral, acontece com as redes de transporte e comunicações: nas escalas, nacional e mundial, significam a **ordem** alcançada pelos agentes hegemônicos da economia e da política; na escala local, porém as mesmas redes podem significar desordem, pois conduzem os vetores externos que atingem os lugares e as regiões, reorganizando-os em função de interesses forâneos” CASTILLO (2004, p. 93).

Portanto, é necessário cautela ao analisar os impactos de determinadas implantações técnicas no território, no sentido de apreender quem realmente se apropriará efetivamente dos benefícios proporcionados pelas mesmas. Em suma, a constituição de uma logística voltada para o escoamento da soja, com o asfaltamento da BR-158, promove um uso corporativo deste, com uma adequação espacial aos interesses das grandes empresas atuantes na região. Nesse sentido o Estado atua no sentido de viabilizar ou potencializar a infra-estrutura necessária, como destaca CASTILLO (Idem, p. 88):

“os governos federal e estaduais passaram a se empenhar em oferecer condições de fluidez para a soja em grão e derivados, muitas vezes em detrimento de infra-estruturas e serviços sociais básicos, como saneamento, saúde e educação”.

Os municípios que compõem nossa área de estudo não dispõem de rede de esgoto, corroborando a afirmação feita pelo autor acima.

O ordenamento territorial imposto pelas corporações é marcado por um conteúdo técnico que viabiliza a inserção dos produtores (nem sempre grandes produtores) nos circuitos globais de capital, informação e mercadorias. Desse modo, o sistema de objetos não é apenas técnico, mas também social, ou seja, é reflexo e condição de ações políticas que participam da produção de uma ordem territorial dinâmica e funcional que se transforma em função dos padrões de produção e regulação capitalista (SILVA, 2006a). As grandes empresas são, dessa forma, responsáveis pela produção de uma nova ordem territorial, na qual a circulação e a disposição dos objetos técnicos obedecem aos seus desígnios.

CONCLUSÃO

Este trabalho nos permitiu identificar e corroborar nossa hipótese inicial acerca da marcante diferenciação interna da fronteira da BR-158. Ao longo do trabalho, com destaque para o Capítulo II, pudemos, muitas vezes, apresentar dados e informações que corroboraram nossa hipótese principal de pesquisa.

No Capítulo II apresentamos, em determinado momento, questões históricas, as quais acreditamos terem influenciado significativamente a questão da diferenciação interna do espaço da fronteira. Nesse sentido, tentamos estabelecer uma relação entre os fatos históricos que resultaram na ocupação inicial de certa porção do território da fronteira, a qual correspondia a dois determinados municípios, os quais, apresentaram significativas diferenças no que se refere aos diversos dados apresentados, quando comparados aos dois municípios ocupados mais tardiamente. Sendo assim, para executar tal tarefa, percorremos os diversos momentos de construção da fronteira da BR-158.

Pudemos constatar também, a presença das chamadas frentes de expansão e frente pioneira no território, com destaque para a proeminência da segunda forma de avanço da fronteira, a qual se tornou mais efetiva a partir das décadas de 1960 e 1970, e alcançando grande destaque na década de 1990. Contudo, temos que acrescentar um dado novo à fronteira agrícola capitalista na BR-158, que é a busca de produtividade e competitividade, verdadeiros axiomas da globalização. Estes só puderam ser alcançados, na fronteira em questão, pela ação política de atores hegemônicos e também pelo Estado, mas as bases de seu conteúdo estão na incorporação e na inseparabilidade da ciência, da técnica e da informação.

De forma resumida, pode-se afirmar, então, que o significado contemporâneo da fronteira da BR-158 relaciona-se a um espaço em incorporação ao espaço global fragmentado, contendo elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, sendo, entretanto, um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não estão cristalizadas e, portanto, gerador de realidades novas, podendo a fronteira ser definida como espaço de manobra das forças sociais e como o espaço de projeção para o futuro potencialmente gerador de alternativas (BECKER, 1988).

Pudemos verificar também, o papel crucial desempenhado pelo Estado na ocupação do território da fronteira, desde a FBC, com a criação da Vila Xavantina, passando pela criação

da SUDAM e SUDECO, que implementaram programas com impactos diretos na organização e nos usos do território. Como demonstramos, o início da ocupação da fronteira se deu no contexto de um projeto nacional (Marcha para o Oeste). Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970 o Estado assume um papel mais efetivo, atuando no provimento de uma infra-estrutura para as atividades que se desenvolviam nesse momento e também através de diversos incentivos e financiamentos, ações essas que incentivaram e tornaram possível a colonização da fronteira estudada. Nesse momento, entram em ação as empresas (cooperativas) colonizadoras, as quais devem ser ressaltadas, pela sua importância na ocupação do território, bem como na organização do mesmo.

Temos que destacar aqui que, no período em questão, o avanço da fronteira não ocorreu de forma linear, isto é, envolveu conflitos. Conflitos com os pequenos agricultores, com os posseiros e com os índios. A consequência de tais conflitos foi a escalada da violência no campo, com o assassinato de muitos dos atores citados. A resistência desses grupos se dá até os dias atuais, os quais, em alguns momentos, chegam a bloquear a rodovia Br-158 como forma de protesto.

No que se refere ao papel do Estado no terceiro momento de construção da fronteira (da década de 1990 até a atualidade), nosso estudo identificou que a participação do Estado vem se limitando à construção da infra-estrutura básica da produção (transporte, energia e telecomunicações). Contudo, observamos também um novo modelo de atuação do Estado, no qual o mesmo não custeia por completo as obras de infra-estrutura, atuando em parceria com diversas instancias governamentais, destacando-se no caso da fronteira estudada, as parcerias com o poder público estadual.

Não poderíamos deixar de falar das corporações, as grandes empresas atuantes na fronteira. Destacamos neste trabalho o seu importante papel, a partir da década de 1990, na reorganização do território, com atuação preponderante na instalação de objetos técnicos que conferem uma nova materialidade ao espaço, e também no financiamento aos produtores da região. Os reflexos da presença dessas empresas na fronteira também são vislumbrados através das ações do Estado (vide o PAC) no sentido de conferir maior fluidez ao território, atendendo assim aos reclames das mesmas. Nesse sentido, as grandes empresas influenciam ou mesmo impõem determinados usos do território.

Devemos ressaltar aqui também a questão da técnica, sua importância, principalmente a partir da década de 1990, para o avanço da fronteira agrícola da soja na área demarcada por nossa pesquisa. Nesse sentido, afirmamos que, é no atual período histórico, chamado de técnico-científico, que vamos encontrar as variáveis que nos permitirão entender a

incorporação das áreas de cerrado e de floresta a uma agricultura moderna e globalizada, que tem como um de seus pilares básicos, a obtenção de elevados índices de produtividade espacial. SANTOS (1994, p. 143) nos ajuda, a ressaltar a importância do referido período quando afirma:

“... Foi o período técnico – científico da humanidade, isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto, como o cerrado, na região Centro – Oeste e na Bahia, se transformasse num vergel formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja”.

As especializações do território são um dos resultados desse processo, desenhando uma nova geografia regional, que traduz a nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Sendo assim, a fronteira da BR-158 especializou-se principalmente na produção de soja, devido às contribuições da ciência, da tecnologia e da informação, que minimizaram as condições naturais adversas e potencializaram aquelas consideradas favoráveis.

A presença crescente da técnica na fronteira, expressa pelas sucessivas implantações técnicas (objetos técnicos, insumos, sementes melhoradas) que se realizaram a partir da década de 1990, engendrou marcantes modificações espaciais. As forças produtivas anteriores foram sobrepujadas e o espaço reorganizado com o auxílio das contribuições da ciência, da tecnologia e da informação, de modo a sustentar e tornar rentável a atividade sojifeira e ampliar a acumulação de capital. Tem-se assim uma estruturação do espaço que traduz os impactos da revolução técnico-científico informacional.

As mudanças espaciais se inserem num contexto de reestruturação do espaço, em que os fixos anteriores são substituídos por outros, a circulação em geral também está sendo alterada no sentido de atender e viabilizar a atividade sojifeira.

A expansão da fronteira agrícola da BR-158 nos permitiu identificar um cenário no qual a técnica e o território se modificam juntos. Isto decorre do fato de que estas duas categorias são instâncias da sociedade (SANTOS, 1996), não podendo assim, serem tratadas como noções excludentes entre si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Silvana de. Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense - contexto, propósitos e contradições. São Paulo, Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2001.
- ARACRI, L. A. S.. "Informatização do cultivo da soja em Mato Grosso e suas repercussões territoriais". In: BERNARDES, J.A & FILHO, O. L. (Orgs). Geografias da soja BR-163. Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições. 2005.
- ARRUZO, R. C.. "*Modernização agrícola, trabalho e organização espacial na BR-163*". IN: BERNARDES, J.A & FILHO, O. L. (Orgs.). Geografias da soja BR-163. Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições. 2005.
- BARROS, M. A., Silva, A, N, MOREIRA, M.. Espacialização e dinâmica da produção de soja e IDH para Mato Grosso entre 1991 e 2000 utilizando-se técnicas de geoprocessamento. Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 2043-2050. 2005.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1973.
- BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H. da.; SILVEIRA, Carmen B. (Orgs). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-8. 1983.
- _____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Aubertin, Catherine (org). Fronteiras. Brasília/UNB, Paris:ORSTOM, 1988, pg. 60-89.
- BELIK, W & PAULILLO, L. F., "O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na década de 90: Ajustamento e Seletividade" in: LEITE, S. (org.), *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Editora Universidade UFRGS, pp. 95-120, 2001.
- BENKO, G. A Ciência regional. Tradução de Gonçalves, A. Oeiras-Portugal: Editora Celta, 1999(a).
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999(b).
- BERNARDES, Julia Adão. "Mudança técnica e espaço: Uma proposta de investigação". In: CASTRO, I.E de, GOMES, P. C. da C. e CORREA, R. L. (Coords.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1995.
- _____. "As estratégias do capital no complexo da soja". In: CASTRO, I.E de, GOMES, P. C. da C. e CORREA, R. L. (Coords). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1996.
- _____. "Técnica, trabalho e espaço: As incisivas mudanças em curso no processo produtivo". In: CASTRO, I. E.; EGLER, C. e PALHARES, M. (Coords.). Redescobrimo o Brasil. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1998.
- _____. "Novas Territorialidades no Cerrado Mato-grossense". Relatório técnico final de pesquisa/CNPq. 2004.
- _____. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão e FREIRE FILHO, Osni de Luna (Orgs) *Geografias da soja: BR-163 - Fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005, p.13-38. 2005.

- _____. *Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica*. Revista NERA Presidente Prudente Ano 10, 2007. Nº 10, pp. 1-10, Jan/Jun 2007.
- BONFANTI, Gilmar. *A Expansão da agricultura moderna e a (re)estruturação do espaço em Nova Xavantina- MT*. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.
- CASTILLO, Ricardo. *Sistemas Orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*, tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil. 1999.
- _____. *Transporte e Logística de Granéis sólidos agrícolas: Componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro*. Revista Investigaciones Geográficas, dezembro, n 55. Universidade Nacional Autónoma do México. 2004.
- _____. *Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada*. Revista da ANPEGE. v. 3, p. 33 - 43, 2007.
- CASTRO, Ana Célia & FONSECA, Maria da Graça – “A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste”, série IPEA, n.148, Brasília, 1994.
- CASTRO, I. E. “O Problema da Escala”. In: CASTRO, I.E de, GOMES, P. C. da C. e CORREA, R. L. (Coords). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1995.
- CASTRO, S. P. et al. A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: Edufmt, 1994.
- COELHO, Carlos Nayro. “70 anos de política agrícola no Brasil” Revista de Política Agrícola. Ano X, No. 3, jul/ago set 2001.
- CUNHA, José Marcos Pinto. **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. *Revista Bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, Jan./Jun. 2006.
- DAVIS, J.A. & GOLDBERG, R.A. *A Concept of Agribusiness*. Boston: Harvard University, 136 p. 1957.
- DINIZ, Maurício Sampaio. Monsanto lança contratos de opção de milho a preços superiores aos do governo. *Gazeta Mercantil*, caderno interior paulista, p.6, 09 de maio 2000.
- ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Trad. Roland Corbisier. São Paulo: Paz e Terra, 1968.
- EMBRAPA. *Boletim de Pesquisa de Soja*, da Embrapa, número 05, janeiro de 2001.
- ENGELS, F. (1980). “O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”, In: MARX, K. & ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, Ed. Alfa-Omega.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Disponível: em: <<http://74.125.45.104/search?q=cachê:iDsRhuiaw70J:osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc+Man%C3%A7ano+Fernandes+2005&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=10&gl=br>>. (s/d).
- _____. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais*. Revista NERA, Nº. 6, 2005.
- FLIGSTEIN, N. *The Transformation of corporate control*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

- GASQUEZ, J. G.; VILLA VERDE, C. M.. Financiamento da agricultura: Outras Alternativas. Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural/Editores Danilo Rolim Dias Aguiar e José Benedito Pinho. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). P.29-32. 1999.
- GOMES, M. A. V. **Zoneamento socioeconômico ecológico**: diagnóstico socioeconômico ecológico do estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2ª aproximação. Cuiabá: Governo do Estado do Mato Grosso/Seplan/Bird. (situação fundiária – parte 2: sistematização das informações temáticas – nível compilatório). 2000.
- GONÇALVES, Carlos W. “Formação Sócio-espacial e questão ambiental no Brasil”. In: BECKER, Bertha, CHRISTOLETTI, Antônio, DAVIDOVICH, Fanny e GEIGER, Pedro P., Geografia e meio ambiente no Brasil. Hucitec. Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, São Paulo – Rio de Janeiro, pp. 309-333. 1995.
- GOVERNO do Estado de Mato Grosso. Municípios de Mato Grosso. Cuiabá: MT *on line*, Apresenta informações estatísticas, históricas e geográficas dos municípios de Mato Grosso. 2005. Disponível em: <[http://www.mt.gov.br/redirect.php?url=http://www.amm.org.br/odules.php?name= Municípios](http://www.mt.gov.br/redirect.php?url=http://www.amm.org.br/odules.php?name=Municípios)>. (Acesso em: 27 junho 2007).
- GREENPEACE. Eating up the Amazon. <http://www.greenpeace.org/international/press/reports/eating-up-the-amazon>. 2006.
- GURVITCH, George. *A Vocação Atual da Sociologia*. Lisboa. Volume I, Ed. Cosmos. 1969.
- HARVEY, David. *A produção do espaço capitalista*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOMEM DE MELO, F. Agricultura brasileira: um novo horizonte de crescimento. In: TEIXEIRA, E. C. (Ed.) *Política Agrícola e Desenvolvimento*. UFV–FAPEMIG, Viçosa, 1992.
- IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 1997.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br. (Acessado em 11/2006).
- IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?1295493093>.
- ISA - Instituto socioambiental. *Histórico de Ocupação do Vale do Xingu*. 2003. Disponível em www.socioambiental.org/esp/soja/8.shtm. (Acesso em 12/06/2007).
- JANK, M. S.; NASSAR, A, M.; TACHINARDI, M. H.. **Brasil, A ascensão do agronegócio brasileiro e as negociações internacionais**. 2005. (Acessado no site: www.iconebrasil.org.br em 04/08/2007).
- JARDIM, Luciano Duque. A Territorialização da Atividade Soj fera na Região da Chapada dos Parecis, Mato Grosso. Monografia. UFRJ. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. 2001.
- KNAUSS, Paulo. (Org.). *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF, 2004.
- LAMOSO, L. P.. “Alguns aspectos sobre o processo de ocupação do Estado de Mato Grosso. (mimeogr.). 1994.
- LANDES, D. S.. *Prometeu Desacorrentado*. São Paulo, Ed. Nova Fronteira. 1994.
- LÉNA, P. & OLIVEIRA, E.. “Notas sobre expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia”. In: LÉNA, P. & OLIVEIRA, A. E. (Coords). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém, museu paraense Emílio Goeldi. 1991.
- LENOIR, R.. “Objeto Sociológico e problema social “In CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., e

- PINTO, L. (Coords). *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 1998.
- MACHADO, Lia Osório. “A Fronteira Agrícola na Amazônia brasileira” *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. 54, n° 2, Abr/Jun, 1992.
- MAIA GOMES, Gustavo; MONTEIRO NETO, Aristides. Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste brasileiro: recursos públicos em ação. Brasília: IPEA, Mar/2002. (Texto para Discussão).
- MARCUSE, H. “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”. In: Tecnologia, guerra e fascismo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, p. 73-104. 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. **Expropriação e violência** - A questão política no campo. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico de frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. Revista de Sociologia USP, São Paulo, 8 (1): 25-70, Maio de 1996.
- _____. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo, Editora da UNESP, 2000.
- MORENO, Gislaene. **Os (des) caminhos da apropriação capitalistas da terra em Mato Grosso**. 620 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 135-167. 1993.
- MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec; EDUC, 1989.
- MUNFORD, Lewis. *Técnica y civilización*. Madri,:Alianza Universidad, 1971.
- OFFE, C.. *Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”*. Vol. I – A Crise. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. 1997. 496 f. (Tese de livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. il.
- POULANTZAS, N. Sobre o conceito de poder. In: Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- OLIVEIRA, T. C.. A agroindústria e a reprodução do espaço: o caso da soja no Mato Grosso do Sul. São Paulo, Tese de Doutorado, USP. 1993.
- PAULILLO, L. F.. *Redes de Poder e Territórios Produtivos: indústria, citricultura e Políticas Públicas no Brasil do século XX*. São Carlos: Rima: Ed. UFSCar, 2000.
- PEIXINHO, Dimas Moraes.. *A Espacialização da soja em Mato Grosso*. IN: BERNARDES, J.A & FILHO, O. L. (Orgs). Geografias da soja BR-163. Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições. 2005.
- PERREOUX, François. (1955) La Notion de pôle de croissance. Économie Appliquée 1-2. *Públicas no Brasil do século XX*. São Carlos: Rima: Ed. UFSCar, 2000.
- PLANO MUNICIPAL de Educação de Água Boa. Prefeitura do Município de Água Boa. 2004.
- PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento**

- Humano no Brasil 1991 e 2000.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>
- RACINE, J. B; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 45 (1): 123-135, Jan/Mar de 1983.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, José. Uma epistemologia do território. In.: Revista Estudo Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRJ, Ed. Mauad, Vol. 13, Nº I, 2005.
- REVISTA EXAME. 14/06/2000
- REZENDE, Gervásio Castro de. "Política de crédito rural e expansão agrícola dos cerrados. In transformações da agricultura brasileira e políticas públicas". GASQUES, J.; CONCEIÇÃO, J. (Org). 539 p. Brasília, IPEA 2001.
- _____. "A política de preços mínimos e o desenvolvimento da região Centro-Oeste". (Texto para discussão no. 870). Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2002.
- RIBEIRO, Iselda Correa. Pioneiros Gaúchos: a colonização do norte mato-grossense. Porto Alegre, Tchê Editora, 1987.
- SÁNCHEZ, Roberto Omar. Zoneamento agroecológico do Estado de Mato Grosso: Ordenamento ecológico-paisagístico do meio natural e rural. Cuiabá: Fundação de Pesquisa Cândido Rondon, 1992. 155 pp. il.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M.. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo, Record. 2002.
- SANTOS, Milton. Pensando o espaço do Homem. Hucitec, São Paulo, 1982 (3ª ed.: 1991).
- _____. Técnica espaço tempo. São Paulo: Editora Hucitec. 1994.
- _____. A Natureza do Espaço / Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, 2ª ed. Hucitec. 1996.
- _____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.
- _____. Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.
- _____. "O dinheiro e o território". In: Território, Territórios, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Rio de Janeiro. Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D. ; NEVES, M. F. (org.) – Economia & Gestão. 2002.
- SANTOS, Milton et. all. **Território territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2 ed. Secretaria de Comunicação Social do Mato Grosso. 416 p. 2007. Disponível em <http://www.secom.mt.gov.br/ng/conteudo2.php?sid=49&cid=36435&parent=0>. (Acesso em 14/03/2008).
- SECRETARIA de Comunicação Social do Mato Grosso. Disponível em <http://www.secom.mt.gov.br/ng/conteudo2.php?sid=49&cid=36435&parent=0>. (Acesso em 14/03/2008).
- SECRETO, Maria Verônica. *Fronteiras em Movimento: O Oeste Paulista e o Sudeste Bonaerense na Segunda Metade do Século XIX. História Comparada*. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

- SHIKI, S.. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o Caos? In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A. C. (org.) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: EDUFU, p. 135-167. 1998.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira, Cuiabá: Entrelinhas, 2003.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. *A Transnacionalização do Grupo André Maggi a Partir do Cerrado Mato-Grossense*. Revista geo-paisagem (on line) Ano 4, nº 7, Janeiro/Junho de 2005. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Maggi.htm>. (Acesso em: 15/02/2008).
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. *A Fronteira Agrícola Capitalista da soja na Amazônia*. Revista da Sociedade Brasileira de Geografia, Vol. 1, Nº 1. 2006(a). Disponível em: http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Carlos_%20A%20F%20Silva.asp. (Acesso em 26/04/2007).
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et. all. **Território territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, pág. 283-312. 2006(b).
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988, 250p.
- SOARES, Luiz Antônio B. Trilhas e Caminhos: Povoamento não indígena no Vale do Araguaia – nordeste de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. Cuiabá, UFMT, Dissertação de Mestrado, 2004.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116. 1995.
- SUZUKI, J. C.. Mato Grosso: na frente de ocupação, a determinação histórica da produção do espaço. In: 54ª Reunião Anual da SBPC, 2002, Goiânia. Anais/Resumos da 54ª Reunião Anual da SBPC. SP-SP, 2002.
- TOLEDO, Marcio Roberto. *Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro*. Dissertação de mestrado em geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.
- TURNER, F. J. The frontier in American history. New York: Dover Publications, 1996. (1st ed., 1893).
- VALOR ECONOMICO. *Cresce ainda mais a concentração na produção agropecuária no MT*. 29/08/2007.
- VIRILIO, Paul. Os motores da história. In: ARAÚJO, Hermes Reis (org.). *Tecnociência e cultura* - ensaios sobre o tempo presente. São Paulo, Estação Liberdade, p. 127-146. 1998.
- ZYLBERSTAJN, D. Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.) – Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, Cap. 1, p. 1 – 21. 2000.